

**Instituto Superior Politécnico de Viseu**  
**Escola Superior de Educação - 2008**

---

**Avaliação da Implementação do Processo de Bolonha**  
**Anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008**

## **0. SUMÁRIO**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

## **1. MEDIDAS DE PREPARAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA**

### **a) Criação e/ou afectação de estruturas e recursos (humanos e materiais) e metodologias de trabalho**

A ESEV fez um grande investimento na área das Tecnologias da Informação e Comunicação, no sentido de se adaptar aos desafios de uma economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica, no contexto da sociedade da informação e do conhecimento. Para atingir os objectivos de Bolonha, nomeadamente uma maior responsabilização dos alunos no seu processo de formação e a promoção da aprendizagem ao longo da vida, a ESEV desenvolveu e implementou os seguintes serviços informatizados de apoio a alunos, docentes e funcionários: 1) implementação da secretaria virtual, permitindo aos alunos, entre outras coisas, matricular-se online, aceder ao seu histórico, consultar horários e sumários e inscrever-se em exames; 2) No final do ano de 2008 foi implementado o serviço de pagamento de propinas, taxas e emolumentos, por Multibanco; 2) implementação de uma plataforma de gestão da aprendizagem, optando por uma solução de “opensource”, no sentido de racionalizar os investimentos nesta área; 3) dinamização de um portal institucional com informação relevante para a comunidade académica e para o público em geral; 4) desenvolvimento de um sistema online de gestão de pedidos de assistência informática e desenvolvimento de um sistema online de requisições de equipamentos, ambos dirigidos a toda a comunidade escolar; 5) Aquisição de um sistema de impressão baseado em tecnologia Web que permite a alunos e docentes gerirem a sua conta pessoal, para acesso livre a impressão, digitalização de documentos e seu envio por e-mail. 6) Investimento na aquisição de vários tipos de equipamento para apetrechar salas de aulas: computadores, televisores, vídeo e projectores, quadros interactivos e telas; sala com computadores de acesso livre para os alunos, todos com acesso à internet, e várias tipologias de

equipamento que podem ser requisitados por docentes e alunos, como computadores portáteis, projectores de vídeo e câmaras digitais, entre outros.

### **Conselho Científico**

**Dinâmicas e práticas** relativas à preparação e acompanhamento da implementação do processo de Bolonha no âmbito do Conselho Científico da ESEV.

No ano lectivo 2006-2007, o Conselho Científico trabalhou intensamente na análise, discussão e, posterior, aprovação das propostas de Adequação a Bolonha dos Cursos de Licenciaturas Bietápicas (Comunicação Social, Artes Plásticas e Multimédia e Animação Cultural), assim como na elaboração do Regulamento de Transição Curricular nº 250/2007, publicado em Diário da República, 2ª Série, nº 181 de 19 de Setembro de 2007, que estabeleceu, nomeadamente, os princípios gerais e regras de transição curricular. No ano anterior tinha já sido aprovado o Regulamento específico do curso de Licenciatura em Educação Social (Regulamento n.º 203/2006) decorrente da sua adequação ao processo de Bolonha, aprovado em reunião do Conselho Científico em 11 de Setembro de 2006 e publicado no Diário da República, 2ª série, nº 207 de 26 de Outubro de 2006. Em virtude destas adequações e na ausência pontual de um *Regulamento de Frequência e Avaliação* adequado à realidade de Bolonha, o Conselho Científico, no decorrer do ano lectivo 2006-2007, foi atendendo à análise de solicitações dos discentes que, perante este novo quadro, exigiram a tomada de algumas deliberações resultantes desta fase transitória.

Nesse mesmo ano, foram propostos, discutidos e aprovados em Conselho, novos cursos, de licenciatura e mestrado, ao abrigo da legislação em vigor, já no enquadramento do processo de convergência europeia do Ensino Superior, a saber:

- Licenciaturas (1º Ciclos): *Publicidade e Relações Públicas, Educação Ambiental, Desporto e Actividade Física.*

- Mestrados (2º Ciclos): *Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável e Desporto e Actividade Física.*

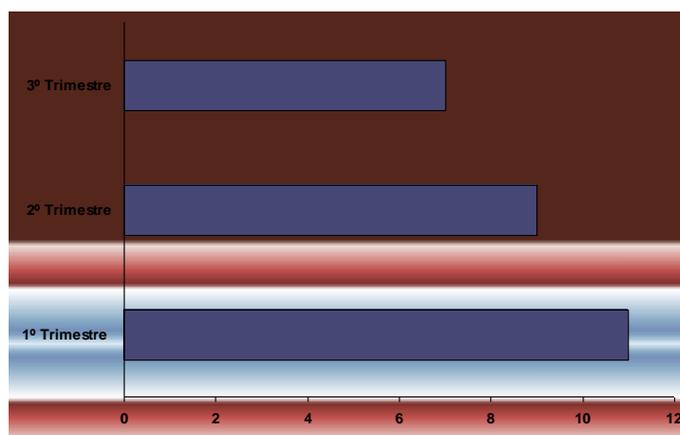
Foi ainda promovida a reflexão/discussão exaustiva em torno dos Cursos de Formação de Professores da ESEV, tendo como referência, na época, o

*anteprojecto do Decreto-Lei Regime Jurídico da Habilitação Profissional para a Docência* e as linhas orientadoras das políticas a prosseguir no domínio da oferta de cursos na Instituição.

Nesta sequência, decidiu-se, por unanimidade, que a Escola Superior de Educação, em função da informação disponível e sob reserva da aprovação do referido documento, iria avançar com formação de Professores nas diferentes áreas permitidas por Lei.

Assim, grande parte da actividade do Conselho Científico decorreu no âmbito do previsto na alínea d) dos actuais estatutos da ESEV “Aprovar propostas de criação, extinção e reestruturação de cursos e respectivos planos de estudos, apresentadas pelos departamentos ou pelas áreas científicas da ESEV. O maior número de reuniões ocorreu no primeiro trimestre do ano, correspondendo a 41% do total [de reuniões do órgão]. Tendo em conta o trabalho desenvolvido em torno das propostas de novos cursos de Formação de Professores, ao abrigo do Decreto-Lei nº 43/2007 de 22 de Fevereiro, que mobilizaram todos os docentes deste órgão e da ESEV (nomeadamente a área científica de Ciências da Educação) na organização das mesmas, para efeitos do seu envio à Direcção Geral do Ensino Superior (DGES) para aprovação.

**Gráfico N° - DISTRIBUIÇÃO DAS REUNIÕES DE CONSELHO CIENTÍFICO EM 2007**



No âmbito das reuniões plenárias e das reuniões de Comissão Coordenadora, debateram-se questões que foram, simultaneamente, tratadas em grupos de trabalho diversos. Assim, foram auscultados os alunos, no âmbito das

comissões de Conselho Pedagógico, os elementos do Conselho Consultivo, os Presidentes dos Conselhos Executivos dos Agrupamentos da região com os quais a ESEV tem tido colaboração, via protocolo, ao longo da sua existência Institucional.

Importa ainda considerar a presença em reuniões a nível nacional, nomeadamente as que foram promovidas pelo [Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos](#) (CCISP) na perspectiva de constituição de redes de parcerias para efeitos de propostas de cursos. O Conselho Científico, representado pela sua Presidente, associou-se ainda às sessões de esclarecimento organizadas e promovidas na ESEV, com a participação de estudantes e de professores cooperantes dos Agrupamentos de escolas, com os quais haviam sido celebrados protocolos no âmbito da prática pedagógica dos cursos de formação de professores. Tal foi o caso da reunião ocorrida a 30 de Janeiro de 2007 e designada “Debate sobre a Formação de Educadores e Professores do Ensino Básico no âmbito do Processo de Bolonha”.

Da mesma forma, na qualidade de Presidente do Conselho Científico, participou numa reunião de Conselho Consultivo, ocorrida a 23 de Março de 2007, com a finalidade de se obter parecer sobre os planos dos novos ciclos de estudos no âmbito da Formação de Professores.

As reuniões plenárias do Conselho Científico, respectivamente de 7/14 de Fevereiro de 2007, 7/8 de Março de 2007 e 14/20 de Março de 2007, foram dedicadas à abordagem destes cursos (organização curricular) conforme se pode constatar pelas respectivas ordens de trabalhos:

(7 e 14 de Fevereiro de 2007)

*Ponto da situação relativamente ao trabalho desenvolvido, nas Comissões Coordenadoras, no âmbito da proposta de novos cursos de Formação de Professores; Apresentação, análise e decisão sobre a proposta do CCISP e da Comissão Especializada das Escolas Superiores de Educação; Critérios a adoptar para a afectação dos docentes aos ciclos de estudos (Formação de Professores); Proposta de constituição de equipa de trabalho para a organização das peças instrutórias ao pedido de autorização de funcionamento de novos ciclos de estudo no âmbito da Formação de Professores. Análise das Estruturas Curriculares dos 2º Ciclos nos domínios da Habilitação para a Docência na ESEV.*

(7 e 8 de Março de 2007)

*Reflexão em torno do Projecto Educativo, Cultural e Social da ESE. Decisão sobre os domínios para a Docência em que a ESEV vai investir, de acordo com o*

*Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro; Análise das Estruturas Curriculares das Licenciaturas nos domínios de Habilitação para a Docência em que a ESEV decidiu investir sob reserva; Parcerias Institucionais na Formação de Professores.*

(14 e 20 de Março de 2007)

*Análise das Estruturas Curriculares dos 2º Ciclos nos domínios da Habilitação para a Docência na ESEV; Reflexão em torno do Projecto Educativo, Cultural e Social da ESEV.*

Da mesma forma as reuniões de Comissão Coordenadora de 17 de Janeiro de 2007, 24 de Janeiro de 2007 foram dedicadas maioritariamente a esse trabalho em torno dos referidos cursos, como se pode constatar pelas respectivas ordens de trabalhos:

(17 de Janeiro de 2007)

*Análise de competências gerais e específicas inerentes às Licenciaturas em Educação Básica e respectivos mestrados habilitantes para a docência tendo como referência os domínios já identificados (Educação de Infância e Professores dos 1º e 2º CEB), assim como da Licenciatura em Educação Visual e Tecnológica e respectivo mestrado em Ensino de Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico; Proposta de “Discussão no âmbito da Comunidade Escolar da ESEV” sobre a Formação de Professores do Ensino Básico e Educadores a levar a cabo pela ESEV, na perspectiva de Bolonha.*

(24 de Janeiro de 2007)

*Análise de competências inerentes às Licenciaturas e Mestrados na área da Formação de Educadores e Professores e organização dos respectivos cursos; Auscultação dos alunos sobre os cursos de Formação de Educadores e Professores do Ensino Básico no âmbito do Processo de Bolonha.*

Foi nesta sequência que se aprovaram, no âmbito da Formação de Professores e ao abrigo do Decreto-Lei nº 43/2007 de 22 de Fevereiro, na reunião plenária de 22 de Março de 2007, um total de nove propostas de cursos por Bolonha, cada uma delas, respectivamente, instruída em conformidade com as normas regulamentares vigentes para o efeito, que a seguir especificamos:

-Três propostas de cursos de licenciatura: Educação Básica; Educação Visual e Tecnológica; Línguas Estrangeiras – Inglês/Francês;

- Seis destas propostas para cursos de 2º Ciclo (Mestrado): Ensino do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico; Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico; Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico; Educação Pré-Escolar; Ensino de

Educação Visual e Tecnológica no Ensino Básico; Ensino de Inglês e de Francês no Ensino Básico.

Ainda em 2007, veio a confirmar-se o registo do curso de licenciatura em *Educação Básica* aguardando-se, à data de Dezembro de 2007, a resposta relativamente à aprovação/registo dos cursos de mestrado então propostos. No momento (Outubro de 2008) sabemos que foram todos aprovados.

O início do ano civil de 2007 foi, ainda, marcado pela expectativa da aprovação das novas propostas de formação remetidas, no final de 2006, em sectores distintos da tradição da Instituição na área de formação de professores. Vieram assim a confirmar-se, no decorrer do primeiro semestre, os registos/aprovações dos novos cursos de licenciatura propostos, respectivamente, em *Educação Ambiental e Desporto e Actividade Física*. Apenas a proposta designada *Publicidade e Relações Públicas* não mereceu a aprovação da DGES, pese embora o recurso ao contraditório. Da mesma forma, na primeira metade do ano de 2007, confirmaram-se as aprovações/registos dos cursos de licenciatura adequados a Bolonha (em Novembro de 2006), a saber: *Animação Cultural, Comunicação Social, Artes Plásticas e Multimédia*.

Foi já no decorrer de meados do ano de 2007 que vieram também a ser aprovados/registados dois cursos de mestrado (2º Ciclos): primeiro, *Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*, numa versão prévia à que foi remetida à DGES em 2006; segundo, já próximo do final do ano, *Desporto e Actividade Física*, de acordo com a proposta de Novembro de 2006.

A ESEV tornou-se, em 2007, a primeira unidade orgânica do IPV a ter mestrados aprovados, de forma autónoma, isto é sem recurso a parcerias com outras instituições de Ensino Superior nomeadamente do subsistema universitário.

Na sequência da revitalização da Instituição por via da proposta de novas ofertas formativas, em paralelo com os cursos de formação de professores, e como forma de assegurar a continuidade dos alunos dos cursos de licenciatura adequados a Bolonha, tendo em vista o prosseguimento dos seus graus académicos, foram, no último trimestre do ano, propostos à DGES, depois de discutidos e aprovados em reuniões plenárias de Conselho Científico, respectivamente a 12 e a 19 de Dezembro de 2007, os seguintes cursos de Mestrado: 1. *Animação Artística* (em colaboração/parceria com a Escola Superior de Castelo Branco); 2. *Arte e Multimédia*; 3. *Cultura e Comunicação em*

*Ciências; 4. Comunicação e Informação Estratégica; 5. Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco.* Destes soube-se em Outubro de 2008, que só dois não foram aprovados pela tutela, a saber, 3. Cultura e Comunicação em Ciências; 4. Comunicação e Informação Estratégica:

O início do ano civil de 2007 foi marcado pela expectativa da aprovação das propostas feitas à DGES, no final de 2006. No início do ano lectivo, à data de Outubro de 2007, a situação dos cursos de Formação Inicial da ESEV é retratada no Quadro intitulado “TIPOLOGIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL EM FUNCIONAMENTO NA ESEV: CURSOS DE LICENCIATURA”, e a dos 2º Ciclos (Mestrados) no Quadro “CURSOS DE 2º CICLO (MESTRADO)”. Na altura, dos 1355 alunos que se inscreveram/matricularam, 747 estavam inscritos/matriculados em cursos adequados a Bolonha/novos cursos (cujos registos se receberam em 2007) de acordo com a Lei 74/ 2006 de 24 de Março, e 608 alunos nos restantes cursos Pré-Bolonha/Bietápicos da ESEV e do Pólo Educacional de Lamego.

**Quadro nº - TIPOLOGIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL EM FUNCIONAMENTO NA ESEV: CURSOS DE LICENCIATURA (2007/2008)**

CURSOS	PRÉ-BOLONHA	BOLONHA
Animação Cultural		X
Artes Plásticas e Multimédia	X <sup>1</sup>	X
Comunicação Social	X <sup>2</sup>	X
Educação Ambiental		X
Educação Básica		X
Educação de Infância	X	
Educação Social		X
Educação Visual e Tecnológica		X
Desporto e Actividade Física		X
Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico	X	
Professores do 2º Ciclo do Ensino Básico – Variante de Educação Física	X	
Desporto, Variante de Desporto e Recreação	X <sup>3</sup>	

<sup>1</sup> Lic. Bietápica (4º ano).

<sup>2</sup> Lic. Bietápica (4º ano).

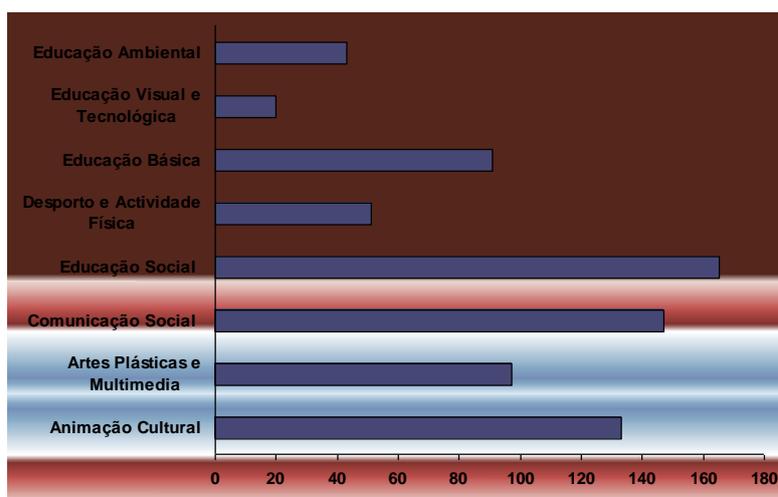
<sup>3</sup> Lic. Bietápica (3º e 4º anos).

**Quadro n.º - CURSOS DE 2º CICLO (MESTRADO) DA ESEV (2007/2008)**

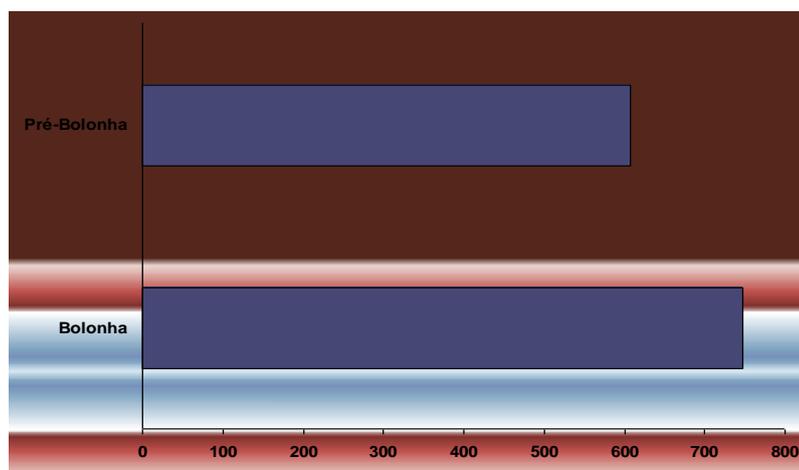
CURSOS	APROVADOS Em 2007 e 2008	A AGUARDAR DECISÃO
Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável	X	
Ensino da Educação Visual Tecnológica no Ensino Básico	X	
Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico	X	
Ensino de Inglês e de Francês no Ensino Básico	X	
Educação Pré-Escolar	X	
Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico	X	
Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico	X	
Desporto e Actividade Física	X	
Animação Artística	X	
Arte e Multimédia	X	
Comunicação e Informação Estratégica		X
Cultura e Comunicação		X
Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco	X	

A distribuição dos discentes pelos cursos Bolonha e Pré-Bolonha, bem como a forma como se distribuíram pelos primeiros está ilustrada nos Gráficos abaixo (de acordo com fonte dos serviços académicos de 03/12/07).

**GRÁFICO Nº - ALUNOS INSCRITOS/MATRICULADOS EM CURSOS DE LICENCIATURA POR BOLONHA E PRÉ-BOLONHA (2007/2008)**



**GRÁFICO Nº - ALUNOS INSCRITOS/MATRICULADO NOS CURSOS POR BOLONHA (2007/2008)**



Foram ainda aprovadas parcerias com outras Instituições de Ensino Superior, no âmbito de propostas de novos 2º Ciclos relacionados com a formação de professores, com vista à realização de cursos de mestrado com “as Escolas Superiores de Educação que integram a rede nacional para o Mestrado em Ensino de Inglês e Francês e com a Universidade de Aveiro no âmbito da Educação Física” (Plenário de 7 de Março continuado a 8 de Março de 2007).

No plenário de 17 de Outubro de 2007, aprovou-se ainda o aval à possibilidade de concretização de parcerias com a Universidade de Aveiro e Instituto Politécnico de Castelo Branco, para cursos de 2º Ciclo (Mestrado), na área da *Animação* e com a Universidade de Coimbra para um curso de 2º Ciclo (Mestrado) na área da *Educação Social*.

No plenário de 12 de Dezembro de 2007 aprovaram-se ainda as propostas de um 2º ciclo, conjunto com a Escola Superior de Castelo Branco, em *Animação Artística*, bem como o Plano de Estudos e o corpo docente a afectar a uma proposta conjunta com a Universidade de Aveiro no Curso de Mestrado em *Artes Performativas*.

No âmbito dos cursos adequados a Bolonha foram ainda aprovados (na reunião plenária de 27 de Junho continuada a 2 e 4 de Julho) os *Planos de Transição* dos cursos de *Animação Cultural*, *Comunicação Social*, e *Artes Plásticas e Multimédia*, (rectificados posteriormente em reunião plenária de 20 de

Setembro de 2007), bem como o *Regulamento de Transição dos Cursos por Bolonha*.

Ainda no âmbito das competências deste órgão, foram aprovados, ao longo do ano civil, os seguintes Regulamentos: *Prescrições; Provas Específicas Adequadas a Avaliar a Capacidade para a Frequência do Ensino Superior a Maiores de 23 Anos* (Revogou o Regulamento Anterior). No último trimestre do ano foi revisto o *Regulamento de Mestrados* nº 18/2006 publicado em Diário da República (II Série) de 23 de Março de 2006 e objecto das reuniões de Comissão Coordenadora (19 de Setembro de 2007 e 5 de Dezembro de 2007), tendo-se constituído um grupo de trabalho paralelo. A proposta de reformulação do anterior regulamento ficou de ser submetida a reunião plenária de 2008 para efeitos da sua aprovação.

Foram ainda aprovados (reunião plenária de 17 de Outubro de 2007) os seguintes *Regulamentos Internos de Estágios* dos cursos por Bolonha, que reuniram parecer favorável das respectivas comissões pedagógicas, *Animação Cultural, Comunicação Social, e Educação Social*. Aprovaram-se ainda os *Regulamentos de Estágio do curso de Licenciatura Biotápica Artes Plásticas e Multimédia* (Pré-Bolonha) e os *Regulamentos de Estágio I e II do curso de Licenciatura Biotápica em Desporto, Variante de Desporto e Recreação* (Pré-Bolonha).

O Conselho Científico, no âmbito das suas funções, procedeu ainda nomeadamente: à tomada de decisão sobre equivalências e reconhecimento de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos.

Aprovou-se também (10 de Julho de 2007), o calendário escolar para o ano lectivo de 2007/2008 sendo que, relativamente ao anterior calendário de 2006/2007, foram produzidas adendas que tiveram como objectivo responder à situação de transitoriedade relativa aos cursos Pré-Bolonha e à sua natural extinção, conforme legislação em vigor. Assim (no plenário de 20 de Setembro de 2007) ratificou-se uma época especial de exames de recurso, que decorreu em Setembro, relativa a unidades curriculares de cursos anteriores ao modelo de Bolonha, independentemente do seu número. No plenário de 3 de Outubro de 2007, deliberou-se no sentido de que aos alunos cujos cursos deixam de ter hipótese de lhes ser proporcionada a repetição do ano escolar, por excesso de disciplinas em atraso ou precedências não efectuadas, fosse concedida a matrícula

no ano escolar em que as disciplinas funcionam pela última vez, independentemente do número em atraso (nas precedências têm-se em conta apenas a PPII e Didáctica Específica para a inscrição na PPIII). Finalmente, no plenário de 19 de Dezembro de 2007, relativamente ao Calendário Escolar de 2007/2008, aprovou-se uma época especial de exames (a decorrer em Fevereiro) para alunos finalistas de cursos em extinção, com unidades curriculares em atraso ou segunda matrícula no 4º ano.

No decorrer dos períodos em análise neste relatório foram ainda elaborados e/ou aprovados, no âmbito de grupos de trabalho e em comissões, *instrumentos de regulação Institucional* no âmbito do processo de Bolonha, caso de protocolos diversos, de parcerias, e de instrumentos de especial relevância, como foi o caso dos *Regulamentos de Estágio* dos cursos adequados a Bolonha, e outros submetidos a aprovação já no final do ano lectivo de 2007-2008: *Regulamento de Frequência e Avaliação por Bolonha* Regulamento n.º 410/2008 (publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144 de 28 de Julho de 2008) e, finalmente, o *Regulamento de Creditação da Formação e Experiência Profissional Certificada* proposto por uma comissão de trabalho em 2007-2008 e praticamente finalizado, no final do respectivo ano lectivo, para efeitos de submissão a aprovação.

Importa ainda referir o extensivo trabalho de adequação dos Programas das licenciaturas aos desafios proposto por Bolonha, com implicações ao nível das metodologias de trabalho e avaliação, tendo-se chegado a contabilizar cinco dezenas de programas para efeitos de aprovação numa mesma reunião.

Da mesma forma constituiu um momento importante a análise e aprovação de Questionários de Monitorização dos cursos por Bolonha, que foram propostos, pela comissão nomeada para o efeito, pela Presidente do Conselho Directivo para o ano de 2007-2008.

Em meados de 2008 foi-nos comunicado pela DGES a aprovação e autorização de funcionamento do Curso de Publicidade e Relações Públicas que veio a abrir no ano lectivo de 2008/2009.

## **Metodologias e recursos tecnológicos utilizados no âmbito do Conselho Científico da ESEV**

As metodologias de trabalho foram, no âmbito do Conselho Científico, essencialmente, de promoção de reuniões diversas que contribuíram para a rentabilização do trabalho efectuado e que vieram a mostrar-se produtivas e adequadas, dada a recente aprovação das propostas efectuadas no decorrer do ano lectivo de 2007-2008.

Salientamos, ainda, no âmbito das iniciativas deste Plenário, a utilização da *plataforma de ensino à distância Moodle*, em <http://moodle.esev.ipv.pt/institucional/course/view.php?id=2>, de acesso restrito aos conselheiros, com o objectivo de dinamizar um trabalho colaborativo e prévio às reuniões, que inclui documentação de referência e fóruns de discussão. A lista de tópicos consignados incluía nomeadamente a: Fórum geral – Notícias; 1. Actas; 2. Legislação genérica; 3. Bolonha; 4. Cursos propostos para adequação para 2007/2008; 5. Cursos de Formação de Professores para 2007/2008; 6. Cursos novos propostos para 2007/2008; 7. Cursos a propor para 2008/2009; 8. Trabalho com a Comunidade Educativa; 9. Docentes; 10. Ensino Superior – Documentação Genérica, estando em cada um dos tópicos previstos fóruns.

Esta *plataforma Moodle* tinha como objectivo dinamizar um trabalho prévio às reuniões. Contudo, constata-se que serviu, em 2007, essencialmente a finalidade de permitir veicular, antecipadamente às reuniões plenárias, as informações a dar aos conselheiros (só o número de documentos entrados no ano civil de 2007 foi de 1147, o dobro do habitual) atenuando-se, de alguma maneira, o tempo dispendido com as mesmas em algumas das reuniões. Assim, no decorrer do ano civil de 2007, a plataforma *Moodle* funcionou sobretudo como espaço interno de organização de informação e arquivo de documentação de acesso para os conselheiros.

### **Conselho Directivo**

Disponibilização, desde 2003, on-line a todos os docentes e alunos, em <http://www.esev.ipv.pt/cd/default.aspx?AspxAutoDetectCookieSupport=1>, de informação, documentação e legislação de interesse, incluindo o Calendário Escolar, os Planos de Estudo dos Cursos em funcionamento, bem como os respectivos horários lectivos, os Relatórios de Avaliação Externa dos Cursos, os Estatutos da ESEV, e outros como Regulamentos Internos, estrutura orgânica e sua composição, horários dos serviços, formulários, sistema de mensagens, etc.

No ano lectivo de 2006/2007, toda esta informação, acrescida de outra, bem como actualizada, passou a estar disponível na plataforma moodle, no endereço <http://moodle.esev.ipv.pt/institucional/course/view.php?id=3>, contendo informações gerais e institucionais, legislação geral e legislação específica de interesse para os estudantes e para os docentes, todos os Regulamentos Internos em vigor, órgãos de gestão e sua composição, Áreas Científicas, sua composição, horários dos respectivos docentes, identificação dos professores responsáveis por unidades curriculares e pela orientação de docentes, assistentes e equiparados, actividades das áreas, serviços e centros da ESEV, sua composição e respectivos regulamentos, cursos em funcionamento, sejam cursos pré-Bolonha, sejam cursos Bolonha, sejam cursos a funcionar na ESEV ou no Pólo Educacional da Lamego, legislação que os criou, respectivos Planos de Estudo, horários dos cursos, regulamentos de unidades curriculares específicas, Programas e projectos em curso, designadamente os Programas de Formação Contínua para professores do Ensino Básico em Matemática, em Ensino Experimental das Ciências, em Ensino do Português, Protocolos entre a ESEV e outras instituições, contactos de outras instituições educativas parceiras, a Carta Educativa do Concelho de Viseu, que a ESEV, no âmbito de protocolo celebrado para o efeito com a Câmara Municipal de Viseu e dentro da sua competência de prestação de serviços à comunidade, elaborou e redigiu, Relatórios e Planos de Actividades da ESEV.

Com a publicação da Lei n.º 38/2007, de 18 de Agosto, que prevê a obrigatoriedade da avaliação (art.º 7º e 8º), bem como prevê a auto-avaliação (art.º 10º) realizada por cada estabelecimento de ensino superior (art.º 11º) e estipula que, no âmbito deste processo de auto-avaliação, são vários os intervenientes, docentes, estudantes, e entidades externas, (art.º 12º), bem como determina o objecto da avaliação (art.º 9º), assim como considera que os estabelecimentos de

ensino superior devem adoptar uma política de garantia da qualidade dos seus ciclos de estudos (art.º 17º), bem ainda como consagra procedimentos a ter em conta na implementação do processo de auto-avaliação (art.º 18º) e exige a publicitação dos resultados da avaliação (art.º 16º), entendeu o Conselho Directivo, pensando na necessidade de começar a implementar na ESEV, no próprio ano lectivo de 2007/2008, processos e procedimentos de auto-avaliação, nomear uma equipa responsável pelo processo de Auto-Avaliação da ESEV, o que fez por despacho datado de 7 de Setembro de 2007, do qual se transcreve este excerto:

*“Compete ao Conselho Directivo, enquanto órgão que representa, promove, dirige, orienta e coordena todas as actividades da ESEV, imprimindo-lhes unidade, continuidade e eficiência, despoletar o processo de auto-avaliação da ESEV, o que neste acto se faz. Devem, nesta conformidade, os Conselhos Pedagógico e Científico, conjuntamente com os Coordenadores de Curso, definir procedimentos formais para a aprovação, acompanhamento e avaliação periódica dos seus ciclos de estudos, como o determina o art.º 18º, para, **ainda este ano lectivo**, no máximo no 2º semestre, se iniciar o processo de auto-avaliação da ESEV e dos seus ciclos de estudos, com prioridade inequívoca, para os ciclos de estudos segundo Bolonha.*

*Considera-se necessário nomear uma equipa responsável, para agilizar e operacionalizar este processo de auto-avaliação da ESEV e que o lidere.*

*Nestes termos, nomeio os Professores Coordenadores Esperança Ribeiro, Véronique Delplanq, Cristina Azevedo Gomes, Francisco Mendes e o Professor-Adjunto Jorge Fraga.*

*Esta equipa poderá e deverá chamar para com ela trabalhar e colaborar na implementação e concretização deste processo de auto-avaliação, qualquer docente, os quais a coadjuvarão, trabalhando sob a sua liderança.*

O trabalho que, desde então, foi sendo desenvolvido por esta equipa, em muito facilitou a construção e redacção do presente Relatório.

### **Cooperação Internacional// ECTS**

Desde o princípio da implementação do Processo de Bolonha no IPV (2004), o Gabinete de Cooperação Internacional e ECTS na ESEV participou na Comissão de Bolonha, sob a direcção do IPV, e coordenou, no seio da ESEV, essa mesma Comissão.

## **b) Estratégias de divulgação e para a formação dos públicos-alvo**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

#### **Cooperação Internacional// ECTS**

O Gabinete de Cooperação Internacional e ECTS na ESEV, desde 2004, início da implementação do Processo de Bolonha no IPV, que participou na elaboração de pareceres, nomeadamente, no que respeita ao pedido do MCTES no âmbito das funções de “Interlocutor Académico sobre Políticas de Formação de Professores”, mas também a pedido da DGES, do ARIPESE e do CCISP, participou em várias sessões de apresentação de pareceres, redigidos pelas equipas de trabalho do MCTES, no domínio da formação de professores e também nos círculos de debates, por área de conhecimentos, na Universidade de Lisboa; apoiou a elaboração de propostas de novas formações; colaborou com os vários Órgãos, Serviços e Centros; colaborou com a Associação de Estudantes da ESEV no objectivo de preparar reuniões do tipo Assembleias Gerais; dinamizou e organizou sessões de trabalho e debates sobre o Processo de Bolonha e sobre os instrumentos para um ensino superior de qualidade na Europa, nomeadamente durante as semanas culturais da ESEV, dirigidos quer a pessoal docente, quer a pessoal não docente e quer aos discentes; elaborou e divulgou planos e relatórios de actividades.

Procedeu sempre à divulgação de vários documentos informativos, nomeadamente de dossiers com material de apoio, exemplos de boas práticas, relatórios das reuniões dos vários grupos de trabalho e ainda pacotes informativos da ESEV no âmbito dos ECTS.

#### **2006/2007:**

A divulgação foi feita de várias maneiras:

1. Apresentação do Processo de Bolonha, do ECTS, ... em documentos Power Point em destaque na página Internet da ESEV;
2. Divulgação semanal (por via electrónica) de sites informativos relevantes durante todo o ano 2006 e das várias leis;
3. Afixação de posters informativos em vários locais da ESEV;

Participação em várias actividades na e fora da ESEV:

1. Dinamização de sessões de esclarecimento sobre o Processo de Bolonha e o Europass destinadas aos vários públicos (docentes, não docentes e discentes);
2. Organização de actividades culturais da ESEV:
  - A.** 22.05.07: com os alunos do Curso de Comunicação Social, de uma sessão (projectão, debate) de cinema francês, subordinada ao tema “Cinéma francophone, internationalisation et interculturalité”;
  - B.** 15 E 29.05.07: de actividades dirigidas a alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico sob o tema “Le Monde des médias des jeunes francophones, internationalisation et interculturalité”;
  - C.** 30.01.07: debate sobre a formação de professores (Ginásio da ESEV, organizado pelos Conselho Directivo, Conselho Científico, Conselho Pedagógico e Associação dos Estudantes);
  - D.** 16.05.07: no âmbito das actividades culturais da ESEV, tertúlia “O processo de Bolonha”;
  - E.** 21.05.07: na Escola Secundária de Cinfães, dinamização de uma sessão de trabalho sobre o processo de Bolonha, dirigida aos professores e aos alunos;
  - F.** 13.06.07: no âmbito das comemorações do XIIº aniversário do Curso de Comunicação Social, debate sobre o processo de Bolonha e suas aplicações/ implicações no Curso de Comunicação Social;
  - G.** 10 e 11.07.07: formação com a Digitalis sobre a aplicação do Suplemento ao Diploma e da Escala Europeia de Comparabilidade das Classificações;
  - H.** Apoio na reorganização dos Serviços Académicos;
  - I.** Reuniões de trabalho com a Presidente do Conselho Directivo para preparar a implementação do Suplemento ao Diploma na ESEV;

**2007/ 2008:**

Continuação do processo de divulgação:

1. Na rádio ESEV;

2. Criação e manutenção de um espaço Processo de Bolonha/ Aprendizagem ao Longo da Vida, Cooperação Internacional e ECTS no Moodle da ESEV ([www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle)) com informações relevantes ao nível da ESEV, do IPV, quer nacionais, quer internacionais;

3. Actualização dos conteúdos na página internet da ESEV;

4. 26.03.08: dinamização de um debate sobre o Processo de Bolonha e as suas implicações, no âmbito das Comemorações do 25º aniversário da ESEV;

5. 29.10.08: organização, em colaboração com a Associação de Estudantes da ESEV, da sessão de trabalho/ debate (para toda a Comunidade) dinamizada pelo Dr. Bruno Carapinha (membro da ESU e representante desta associação no “Follow-up Group of Bologna” ao nível europeu) subordinada ao tema “O Processo de Bolonha na Europa e em Portugal: um novo paradigma de docente e instituição, um novo paradigma de estudante”;

Participação em várias actividades:

1. 10.10.07: reunião com os presidentes dos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico, coordenadores de cursos, de áreas científicas, do centro de informática, e dos vários serviços da ESEV;

2. 18.10.07: reunião com o representante da Associação de Estudantes da ESEV para a divulgação dos procedimentos adoptados no âmbito da implementação do Suplemento ao Diploma;

3. 27.06.08: ciclo de seminários “Bolonha na prática; o Processo de Bolonha em Portugal – Presente e Futuro” no Auditório da Torre de Tombo em Lisboa;

4. 21.10.08: representação da ESEV, com a Doutora Ana Paula Cardoso, no grupo de trabalho sobre a avaliação da implementação do Processo de Bolonha no IPV;

5. Em todas as equipas de trabalho na elaboração de propostas de novas formações e de planos de transição, de regulamentos (avaliação e creditação), ...;

Também pelos Coordenadores de Curso foram várias as iniciativas tendentes à divulgação do Processo de Bolonha e das suas implicações, bem como a actividades de formação dos estudantes e docentes. Algumas dessas iniciativas serviram, simultaneamente, quer a à divulgação, quer à formação de discentes e docentes de vários cursos, como é o caso da Conferência pelo Prof. Doutor António Caride Gómez, Professor Catedrático de Pedagogia Social da Universidade de Santiago de Compostela, intitulada, “*Formação e Profissionalização en Educação Social e Animação Cultural no Processo de Convergência Europeia da Educação Superior*, da reunião (para todos os Cursos) de boas vindas e apresentação dos novos desafios inerentes à implementação do Processo de Bolonha, conduzida pelos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico da Escola, os Dias Abertos, as Feiras de Orientação Vocacional e a Recepção aos Alunos no início do ano lectivo.

Igualmente se proporcionaram, convidando-se muitas vezes oradores externos, Jornadas / Workshops / Congressos / Colóquios e eventos de natureza similar, de acesso livre e gratuito, organizados não só pelos Cursos ou pela Coordenação de Curso, como foi o caso do Colóquio do Curso de Comunicação Social, mas por outros órgãos, como o Conselho Científico e Conselho Directivo, as Áreas Científicas, a Coordenação Académica dos Programas Comunitários e ECTS e o Conselho Pedagógico. Este último organizou as actividades comemorativas do XXVI Aniversário da ESEV, especialmente dirigidas aos alunos, nas quais se inseriu o Congresso dos Alunos, como promoveu seminários temáticos no âmbito de conteúdos tratados nas disciplinas, como forma de aprofundar e complementar as aprendizagens.

A Associação de Estudantes da ESEV (AESEV), por si ou em colaboração com outros órgãos, também organizou ou co-organizou diversos eventos desta natureza, bem como sessões de informação e de divulgação dirigidas aos alunos da ESEV.

### **Curso Educação Social**

No ano de 2006, destacam-se iniciativas institucionais, nas quais a área científica que tem a coordenação deste curso esteve directamente envolvida, onde se regista o convite a especialistas e profissionais na área da Educação Social que

possibilitaram a reflexão de questões relacionadas com a identidade e desempenho profissional do Educador Social a nível europeu e nacional. No âmbito desta iniciativa tomamos como referência, as comemorações do XXIII Aniversário da ESEV, organizadas pelo Conselho Pedagógico e que decorreram em Maio de 2006, intituladas *Rumo à mudança*. Registaram-se ainda as comunicações intituladas: *O técnico Superior de Educação Social, Relatos da Profissão* ou *A identidade do técnico superior de Educação Social*, estas últimas desenvolvidas por profissionais no terreno que abordaram e debateram com os alunos a praxis neste domínio.

A divulgação da licenciatura foi efectivada pelos canais próprios da ESEV assim como do Instituto Politécnico. Entre estes destacamos, no âmbito dos Dias Abertos, a recepção de alunos das escolas secundárias, nas instalações da ESEV, assim como a divulgação em feiras próprias para o efeito e meios de comunicação social.

No respeitante à *formação do público-alvo* e no sentido de responder às legítimas expectativas de continuidade de estudos dos alunos que aqui iniciaram a sua formação inicial, na área da educação social, por um lado, assim como, por outro lado, para responder às necessidades de formação que não foram satisfeitas ao longo do primeiro ciclo e, por outro, ainda aos espaços profissionais emergentes que surgem na sociedade actual, a área científica a que o curso está alocado, desenvolveu diligências de parcerias com uma Universidade pública para efeitos de uma proposta de Mestrado, propôs disciplinas de opção para colmatar e completar necessidades de formação. Simultaneamente avançou com um projecto próprio de um 2º Ciclo – Mestrado, designado de *Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco*, que veio a ser aprovado pela Direcção Geral de Ensino Superior (DGES) pelo que aguarda a respectiva publicação no momento.

### **Curso de Animação Cultural**

Assim, por exemplo, ao nível do Curso de Animação Cultural realizaram-se diversas iniciativas direccionadas para a interacção da formação superior com a prática profissionalizante, por especialistas da área, assim como, a difusão do perfil formativo junto de instituições vocacionadas para a animação cultural.

- Seminário subordinado à prática profissional do Animador Cultural, intitulado: “O Técnico Superior de Animação Cultural – Relatos da profissão exercida”, dinamizado por profissionais com larga experiência na área.

- Workshop promovido pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural, de modo a explicitar a identidade do Animador Cultural no contexto profissional a nível nacional.

- Palestra realizada pela coordenadora do curso, no âmbito das Jornadas de Animação Sociocultural, na Escola Profissional de Tondela, com o intuito de apresentar o perfil formativo do curso de Animação Cultural e consolidar relações protocolares e de intercâmbio formativo.

### **Curso de Comunicação Social**

- Divulgação recorrente, por parte dos docentes, do significado e importância do Suplemento ao Diploma.

### **Curso de Desporto e Actividade Física**

- Criação de grupos de trabalho ligados à prestação de serviços de avaliação da Condição Física em torno dos docentes e alunos das unidades curriculares de Biomecânica, Fisiologia do Exercício e Teoria e Metodologia do Treino, e sua disponibilização para participar em eventos diversos: Feira do Desporto e Dia Mundial do Coração promovidas pela Câmara Municipal de Viseu;

- Comemoração dos 20 anos de actividade na formação de profissionais em Educação Física e Desporto (1988-2008), e sua divulgação nos eventos em que participam alunos e professores;

- Elaboração de um folheto informativo com os objectivos e as unidades curriculares do ciclo de estudos e sua divulgação na ESEV e nesses eventos;

- Colocação de informação no sítio da ESEV destinado à página da ACEFD;

- Identificação de uma estratégia para 2009: parceiros potenciais ao nível das Escolas Secundárias do Concelho e Distrito de Viseu, com possibilidade de alargamento ao distrito de Aveiro, entre outros possíveis.

### **Curso de Publicidade e Relações Públicas**

- Reunião de boas vindas com os alunos do novo Curso de Publicidade e Relações Públicas, com a presença do Coordenador do Curso e a maioria dos docentes que leccionam ao 1º ano do mesmo.

- Divulgação recorrente, por parte dos docentes, do significado e importância do Suplemento ao Diploma.

- Apresentação e incentivo à participação no Programa Poliemprende.

## **2. A FORMAÇÃO: REFORMAS CURRICULARES E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA**

### **a) Estratégias genéricas no desenvolvimento curricular: princípios orientadores**

#### **Escola Superior de Educação de Viseu**

#### **Cooperação Internacional//ECTS**

• Elaboração de uma proposta de inquérito a Professores e a Alunos sobre as disciplinas oferecidas na ESEV, tendo em vista o bom cumprimento do decreto-lei 74/2006, designadamente as alíneas c) do n.º 2 Art. 63º, no âmbito da elaboração de dossiers de pedidos de funcionamento de novos cursos e de processos de adequação (ao abrigo do Processo de Bolonha);

• Proposta apresentada aos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico da ESEV e debatida e aprovada em Comissão Científica do Conselho Científico;

• Divulgação;

• Apoio ao preenchimento e ao tratamento dos dados;

• Apoio às áreas na comparação da oferta das formações a nível europeu.

De um modo geral, todas as formulações ou reformulações das propostas de cursos tiveram por base:

- A análise do *Libro Blanco* produzido pela ANECA (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación), Programa de Convergencia Europea, a

par com os numerosos documentos referentes ao ensino das novas tecnologias e à sua importância no contexto actual;

- O estudo da documentação/legislação produzida a nível nacional e internacional no âmbito da implementação do processo de Bolonha;

- A opinião expressa pelos alunos relativamente ao tipo de trabalho desenvolvido nas diferentes unidades curriculares.

### **Curso Educação Social**

O curso de licenciatura bietápica em Educação Social iniciou-se na ESEV no ano lectivo de 2005-2006 (Portaria nº. 1209/2005 de 25/11), tendo sido, no ano lectivo seguinte, adequado a Bolonha (Despacho nº 21 796/2006, D.R. nº 207 de 26 de Outubro).

No início de cada ano lectivo, efectuaram-se reuniões com os docentes que leccionam no curso, entendidas como preparatórias e de convergência de Programas, atendendo ao Perfil do Profissional a formar. Também nos respectivos anos, a coordenação do curso elaborou questionários de monitorização de unidades curriculares, que foram respondidos por docentes e discentes.

As estratégias utilizadas no desenvolvimento do curso visaram assegurar que o processo de ensino-aprendizagem decorresse de forma a *potenciar a autonomia dos alunos enquanto activos* no seu processo de aprendizagem. Neste sentido, nas horas de trabalho autónomo os alunos orientados para a realização de trabalhos de investigação, de acordo com o volume de trabalho previsto para a respectiva unidade curricular.

Da mesma forma, o *carácter de proximidade aos contextos*, facultado por este curso de licenciatura, por Bolonha, está expresso na relevância dada às unidades curriculares de Seminários e Estágios, uma vez que se trata de uma licenciatura inserida no Ensino Politécnico que visa, tal como foi assumido na adequação a Bolonha, o *desenvolvimento de competências do aluno que o habilitem para o exercício de uma actividade de carácter profissional*. Desta forma e atendendo às linhas orientadoras dos princípios da Declaração de Bolonha (1999), os quais salientam a tradição europeia da educação como serviço público, aberto à cidadania, à formação permanente, ao desenvolvimento individual e da sociedade, o plano consagra mil horas de trabalho total de Estágio I (220 OT; 180 TA) e Estágio II (300 OT; 300 TA) divididas por dois semestres

(um ano) sendo antecedidos de duas unidades curriculares semestrais de Seminário (Seminário I e II respectivamente) orientadas para a *Gestão Estratégica e Observação em Contexto e Conceptualização de projecto de Estágio*. Incide-se desta forma numa aproximação aos contextos da profissão através duma relação dialéctica entre teoria-prática. A mesma preocupação está patente, a título de exemplo, em unidades curriculares como a *Psicopedagogia das Populações Especiais* e a *Actividade Física e Saúde II* que destacamos por ilustrarem os contactos feitos no sentido do desenvolvimento do trabalho autónomo dos alunos, numa perspectiva de imersão em contexto. Podem consultar-se na figura nº1, as instituições onde decorreram estas dinâmicas como é o caso das duas unidades curriculares específicas assim como as entidades que apoiaram a realização de práticas nos Seminários I e II (figuras abaixo).

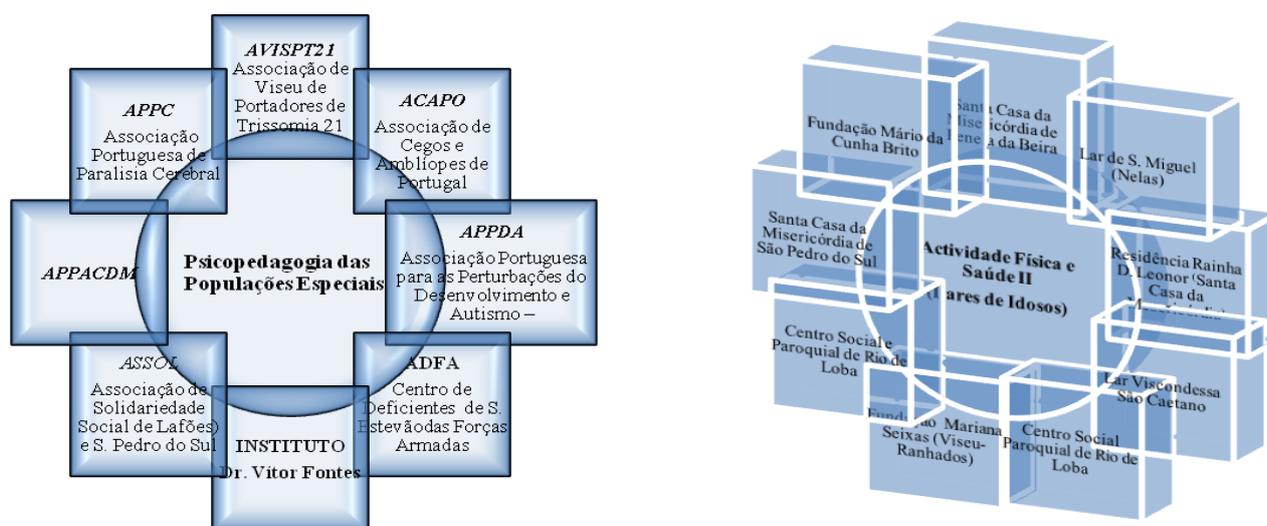


Figura n.º - Princípio de proximidade aos contextos: Exemplo de unidades curriculares da licenciatura por Bolonha

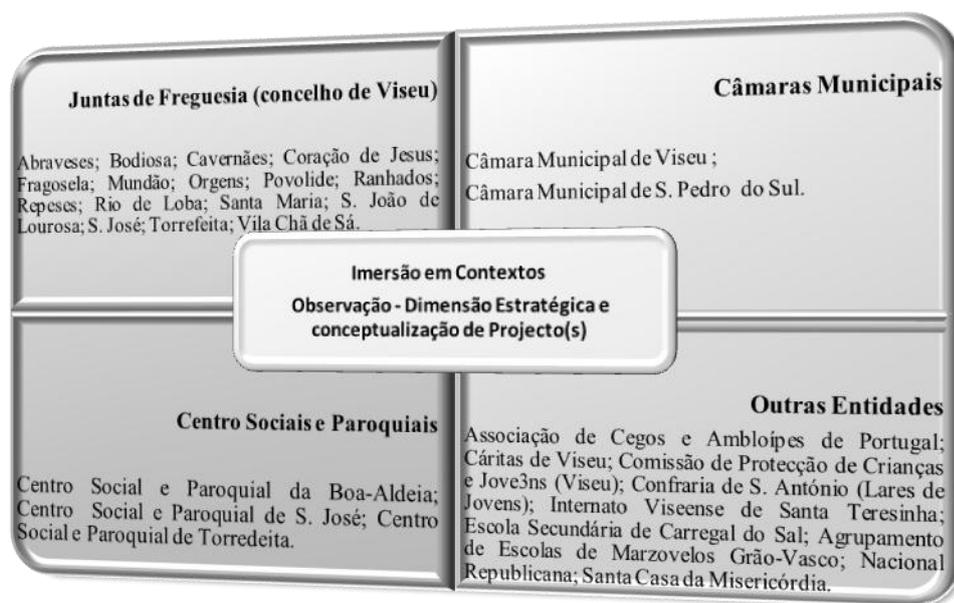


Figura n.º - Imersão em contexto(s) no âmbito do Seminário I e II

Acresce que no mesmo questionário, no âmbito das perguntas abertas, e em concreto à questão: *Indique aspectos positivos do curso*, 50% das respostas registaram-se no âmbito do indicador 1 e 2 (25%+25%), onde se privilegiam os aspectos referentes ao *contacto com o contexto social*, respectivamente; em estágio e ao longo do curso, sendo que 19 % das restantes respostas se orientaram para a valorização do perfil dos docentes.

Quadro n.º - Monitorização do curso (2007-2008): Aspectos mais positivos na perspectiva dos alunos

Aspectos mais positivos do curso		
Indicador 1: A prática	Indicador 2: Experiências novas de interação social	Indicador 3: Competências dos docentes
Exemplo de respostas		
<i>Estágio</i>	<i>Durante todo o curso tivemos oportunidades de contactar com diversas instituições de cariz social</i>	<i>O profissionalismo e total disponibilidade de alguns docentes</i>

### Curso de Animação Cultural

A inexistência de formação de carácter lúdico/artístico/cultural, a nível superior no distrito de Viseu, aliada a um corpo docente capaz de assegurar muitas das valências específicas do curso de Animação Cultural, estiveram na origem da criação do curso na ESEV.

As vertentes mais salientes, no que concerne à futura acção do licenciado, centram-se em torno de três dimensões principais: artístico /cultural, sócio cultural e gestão de eventos.

Com o advento da implementação do Processo de Bolonha e na sequência do Curso de licenciatura Bietápica em Animação Cultural, criado pela Portaria nº 595/2005 de 15 de Julho, realizou-se a adequação da estrutura curricular do curso, dando particular atenção à articulação entre o perfil de competências profissionais definida para o Animador Cultural e as unidades curriculares e correspondentes conteúdos científicos que a sua realização.

Nesse sentido foram auscultados os diversos intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, entidades e instituições que desenvolveram a sua actividade nesta área bem como foram realizadas consultas a instituições nacionais e internacionais de referência e a instituições parceiras da ESEV,

Em termos gerais, todo este processo envolveu:

- A auscultação de Técnicos Profissionais em Animação Cultural no âmbito das suas funções na Comissão da A.P.D.A.S.C. (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Cultural);

- A auscultação da opinião dos responsáveis por diversos organismos culturais do distrito, a fim de avaliar o interesse regional do curso na dinamização cultural das comunidades e no desenvolvimento de relações de cooperação entre fundações, autarquias, escolas, ATLS, OTLS, instituições de solidariedade social, associações recreativas, entre outros.

Assim, o plano de estudos de Animação Cultural valoriza essencialmente a aquisição de saberes e competências para aplicação em actividades concretas no âmbito da intervenção cultural, nomeadamente pela relevância que dá à formação prática nas diversas disciplinas do curso, com destaque para o Seminário e Estágio, com carácter profissionalizante.

### **Curso de Comunicação Social**

A organização do Plano Curricular Pré-Bolonha do Curso de Comunicação Social da E.S.E.V. teve como quadro de referência os Diplomas emanados do Ministério da Educação, nomeadamente a lei de Bases do Sistema Educativo e a Portaria 495/99, de 12 de Julho de 1999. Este diploma institui uma nova tipologia: a criação de um Curso Bietápico, conferente dos Graus de

Bacharel e Licenciado. Com a Portaria 1139 / 00, de 29 de Novembro de 2000, é aprovado o Plano de Estudos do Curso Bietápico de Licenciatura em Comunicação Social. 1º Ciclo (Bacharel), 2º Ciclo do Curso (Licenciado) com ramos nas áreas da Comunicação e Cultura, do Jornalismo e do Marketing. Em 2006 é formulado o **Pedido de Registo de Adequação de Ciclos de Estudo** com a denominação: Curso de Licenciatura em Comunicação Social (1º Ciclo de 3 anos) nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Despacho n.º 6323/2007 (2.ª série) DR n.º 63 de 29 de Março de 2007 – Número de registo: R/B-AD-492/2007

Para além das razões comuns aos cursos, anteriormente referidas, a adequação proposta de ciclo de estudos, seja da Estrutura Curricular e o Plano de Estudos, apresentados nos termos das **Normas de Organização dos Processos Referentes às Alterações de Ciclos de Estudos**, Despacho nº 7287-A/2006 - 2ª série, de 31 de Março, fundamentou-se ainda: a) Articulação entre o perfil de competências profissionais, percurso científico-pedagógico correspondente e as unidades curriculares que o permitem consagrar; b) na análise do documento “Subject Benchmark Statements – Communication, Media, Film and Cultural Studies”, da Quality Agency for Higher Education do Reino Unido, reconhecido enquanto referência de qualidade a nível europeu.

### **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

O curso de licenciatura em Artes Plásticas e Multimédia, criado pela portaria nº 841/2004 de 16 de Julho, foi objecto, no ano de 2006, de reforma curricular para adaptação do referido primeiro ciclo de estudos aos pressupostos do Processo de Bolonha. Tal reforma curricular foi concebida e estruturada respeitando as linhas de orientação que presidiram à criação da licenciatura em Artes Plásticas e Multimédia no ano lectivo de 2004/2005. Isto é, considerou-se a pertinência e a necessidade de integrar, em termos da oferta de formação superior, duas áreas que hoje surgem ligadas no mundo do trabalho, quer ao nível da indústria de conteúdos, quer ao nível da criação artística contemporânea - Artes Plásticas e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Esta reformulação teve como objectivo ajustar o plano de estudos da licenciatura bietápica aos seis semestres lectivos da generalidade dos cursos semelhantes existentes nas organizações de referência no espaço europeu, sem

perder de vista a necessidade de estabelecer um plano de estudos que promova a aquisição de um leque de competências adequadas ao perfil profissional dos licenciados em Artes Plásticas e Multimédia. Consideraram-se os seguintes elementos:

- A Análise dos Estudos Sectoriais da Coleção “Evolução das Qualificações e diagnóstico das Necessidades de Formação” relativos à Indústria de Conteúdos em Portugal e ao Sector das Actividades Artísticas, Culturais e de Espectáculo em Portugal, realizados pelo Instituto para a Qualidade na Formação do Ministério do Trabalho e da Segurança Social;

- Os resultados da auscultação do tecido empresarial/institucional regional, considerando a opinião de entidades como a Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV), procurando, assim, contributos para a definição de um perfil de competências adequado às necessidades do mercado de trabalho;

- A importância da conjugação das duas grandes áreas do curso – Artes Plásticas e Multimédia – na construção de um perfil profissional adequado à produção de conteúdos, à prática profissional do design e à criação artística contemporânea.

### **Curso Desporto e Actividade Física**

No que às horas de contacto diz respeito e relativamente às metodologias de ensino, embora com prevalências distintas, decorrentes das características próprias de cada unidade curricular, bem como dos objectivos e competências a alcançar, constata-se o recurso a diferentes modalidades (todas as previstas no diploma legal, excepto seminário).

O ensino teórico (T), com maior tendência para horas de trabalho autónomo do aluno no desenvolvimento das competências, e o ensino teórico-prático (TP), com maior tendência para o desenvolvimento de competências em horas de contacto, assumem-se como formas dominantes nas unidades curriculares. Complementarmente e embora em menor número, as horas de práticas laboratoriais (PL) específicas são muito focadas em competências a desenvolver nessas aulas. As horas T, TP e de PL encontram o seu fundamento na necessidade do saber (fundamento da acção) em relação com o saber fazer (concretização da acção/reflexão) do aluno. Constituem-se, pois, como inputs para a resolução de problemas “reais”, no quadro de unidades curriculares que de

uma natureza mais eclética como as Actividades Físicas e Desportivas (I, II, III e IV), se vai especializando em contextos como as Opções (I, II, III e IV), culminando nos Estágios (I e II), onde se materializam, como expressão última, as competências projectadas para o ciclo de estudos em Desporto e Actividade Física.

Os programas das unidades curriculares do ciclo de estudos baseiam-se bastante nessa interligação tendo-se conseguido alguma unidade curricular até ao segundo semestre do curso em causa e que deverá prolongar-se nos restantes semestres em preparação final.

### **Curso Educação Ambiental**

De acordo com o ponto 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, e o ponto 3.1 do Anexo IV.A do Despacho n.º 7287-C/2006 (2.ª série), o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Educação Ambiental compreende 180 créditos e uma duração normal de seis semestres curriculares de trabalho dos estudantes. O número de créditos de cada unidade curricular foi atribuído com base na análise de inquéritos sobre o número de horas de trabalho total necessárias ao aluno para atingir os objectivos de cada unidade curricular. Os inquéritos foram realizados a docentes com formação académica em áreas subsidiárias da Educação Ambiental e a alunos que frequentavam cursos com predominância de áreas curriculares consideradas relevantes para o supracitado curso.

As unidades curriculares foram organizadas e distribuídas por várias áreas científicas, tendo em conta que se pretendia uma qualificação profissional em educação ambiental que preconizasse o desenvolvimento de competências em tecnologias da informação e comunicação, em comunicação oral, escrita e artística e em gestão e administração, entre outras, para além das competências promovidas pela área científica específica das ciências exactas e naturais, na qual incidiu o maior número de créditos.

### **Curso Educação Básica**

Começou-se pela análise da legislação de enquadramento do Curso, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, e de documentação relativa a cursos nacionais e de outros países, nomeadamente europeus,

relacionados com a formação de professores para a Educação Pré-Escolar e 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico (nacionais) ou o seu correspondente no caso de outros países. É de referir que o Curso de Licenciatura em Educação Básica não tem correspondência directa com outros cursos, na área da formação de professores, visto que os formados por este curso não são ainda professores, sendo apenas com a subsequente realização de um mestrado que obterão a habilitação profissional para a docência num dos seguintes domínios: Educador de Infância; Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico; Educador de Infância e Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico; Professor do 1º e do 2º Ciclo do Ensino Básico.

A nível nacional, com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, passou-se das licenciaturas de 4 anos, profissionalizantes, como única exigência de habilitação para a docência, para uma licenciatura em Educação Básica (1.º ciclo), não habilitante para a docência, a que se seguirá um mestrado (2.º ciclo) habilitante para a docência num dos domínios “1” a “4”. De acordo com o artigo 28.º, “A partir do ano lectivo de 2007-2008, só podem ter lugar novas admissões de estudantes em ciclos de estudos conferentes de habilitação profissional para a docência quando estes sejam organizados nos termos do presente decreto-lei”. Assim, a licenciatura em Educação Básica passou a integrar uma rede nacional emergente, por referência a este decreto-lei, numa nova perspectiva em que, como é referido no preâmbulo do mesmo decreto-lei, “a titularidade da habilitação profissional para a docência generalista, na educação pré-escolar e nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, é conferida a quem obtiver tal qualificação através de uma licenciatura em Educação Básica, comum a quatro domínios possíveis de habilitação nestes níveis e ciclos de educação e ensino, e de um subsequente mestrado em Ensino, num destes domínios”.

A Escola Superior de Educação de Viseu, pela experiência e recursos (humanos e materiais) de que dispõe, apresenta-se como uma instituição especialmente adequada a esta rede que se perspectiva para os novos cursos no âmbito da formação de professores. A nível nacional, esta escola pertence, desde o início do seu funcionamento, ao grupo de instituições formadoras de educadores de infância e professores do ensino básico (1.º e 2.º ciclos), sendo a única instituição pública, na área geográfica e administrativa de inserção do Instituto Politécnico de Viseu, a realizar essa formação, posição reforçada pelo artigo 29.º, do referido decreto-lei, relativo à “rede de formação”, em que se estabelece que,

relativamente ao “financiamento para a formação de educadores de infância e de professores do 1.º ciclo do ensino básico, bem como de professores do 2.º ciclo do ensino básico nas áreas a que se refere o n.º 4 do anexo, é orientado, prioritariamente, para os estabelecimentos de ensino politécnico e para as universidades em cuja área geográfica e administrativa de inserção não exista instituto politécnico público dotado de unidade orgânica vocacionada especificamente para a formação de educadores e professores”.

Assim, a Escola superior de Educação de Viseu propôs o curso de licenciatura em Educação Básica pelas razões que se seguem:

-A Escola Superior de Educação de Viseu, desde o seu início de funcionamento (há 24 anos) realiza formação de educadores de infância e de professores do ensino básico para o 1.º ciclo e 1.º e 2.º ciclos (nas variantes de: Português e Inglês; Português e Francês; Português e Estudos Sociais; Matemática e Ciências da Natureza; Educação Visual e Tecnológica; e Educação Física), ao nível de licenciatura (grau exigido até à publicação do Decreto-Lei 43/2007, de 22 de Fevereiro), tendo saber teórico e prático acumulado e elevada qualificação do seu corpo docente, claramente adequado para as exigências do curso em referência (satisfazendo a o estabelecido na alínea a) do ponto 3 do artigo 12.º do referido decreto-lei). No ano lectivo 2006-2007 esta escola, enquadrada na rede nacional, admitiu alunos no 1.º ano das licenciaturas de Educadores de Infância (70 alunos) e de Professores do Ensino Básico – 1º Ciclo (30 alunos), assim como no 1.º ano da licenciatura de Professores do Ensino Básico – na Variante de Educação Física (30 alunos), tendo também um número elevado de alunos nos outros anos dos mesmos cursos. Os 130 alunos do 1.º ano destes cursos são significativos da procura dos mesmos pelos candidatos ao ensino superior;

-A instituição dispõe de recursos técnicos, humanos e materiais, e vida académica que proporcionam um período marcante na vida dos seus alunos, especialmente aqueles que pretendem abraçar a carreira docente na educação de infância e ensino básico (1.º e 2.º ciclos);

-Esta escola tem “protocolos de cooperação com estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico [...] com vista ao desenvolvimento de actividades de iniciação à prática profissional, incluindo a prática de ensino supervisionada, e de investigação e desenvolvimento no domínio da educação”

(conforme ponto 1 do artigo 18.º, e restante articulado do mesmo artigo do decreto-lei referido acima);

-Além do curso licenciatura de Educação Básica ser condição de acesso a mestrados profissionalizantes, nos domínios “1” a “4”, que esta escola também propôs, o mesmo confere competências que possibilitam o desempenho de funções em contextos educativos de intervenção formal e não formal, no âmbito de: apoio à gestão e administração das escolas e/ou agrupamentos; acção social escolar; integração escolar; trabalho laboratorial; actividades extra-curriculares e de enriquecimento curricular; apoio social.

Não se encontrando a nível da área geográfica e administrativa de inserção do Instituto Politécnico de Viseu (público), nem a nível nacional, na altura da proposta do Curso, qualquer instituição já ministrando um curso correspondente ao de 1.º ciclo (licenciatura) em Educação Básica, como definido pelo decreto-lei em causa, e sendo indispensável para acesso aos 2.ºs ciclos (mestrados) no âmbito dos domínios de habilitação para a docência de “1” a “4”, que a instituição também propôs, em sintonia com o mesmo decreto-lei, pode afirmar-se que a proposta deste Curso pelo Instituto, através da Escola Superior de Educação de Viseu, foi plenamente oportuna e não colidiu com qualquer outro curso existente.

O Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, no seu preâmbulo refere-se à delimitação dos domínios de habilitação para a docência privilegiando, “neste novo sistema, uma maior abrangência de níveis e ciclos de ensino a fim de tornar possível a mobilidade dos docentes entre os mesmos”, o que possibilitará “o acompanhamento dos alunos pelos mesmos professores por um período de tempo mais alargado, a flexibilização da gestão de recursos humanos afectos ao sistema educativo e da respectiva trajectória profissional”. Assim, passou-se a incluir nos domínios de habilitação do docente generalista a “habilitação conjunta para a educação pré-escolar e para o 1.º ciclo do ensino básico ou a habilitação conjunta para os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico”. Ficou também clara a consagração do “mesmo nível de qualificação profissional para todos os docentes” e que “com a transformação da estrutura dos ciclos de estudos do ensino superior, no contexto do Processo de Bolonha, este nível será agora o de mestrado”. Ainda no preâmbulo do referido Decreto-Lei, é dito que “a titularidade da habilitação profissional para a docência generalista, na educação pré-escolar e no 1.º e 2.º

ciclo do ensino básico, é conferida a quem obtiver tal qualificação através de uma licenciatura em Educação Básica, comum a quatro domínios possíveis de habilitação nestes níveis e ciclos de educação e ensino, e de um subsequente mestrado em Ensino, num destes domínios”.

No contexto do espaço europeu, tendo como ponto de referência o “Libro Branco – Título de Grado en Magisterio – Volumen 1 e 2 da Agencia Nacional de Evaluacion de la Calidad y Acreditación”, verificamos que a tendência maioritária da Europa (16 em 25 países) é a formação de professores em 4 anos, com a concessão do grau de Mestre.

Não se encontrando em geral, um grau correspondente ao 1.º ciclo (licenciatura) como o que é instituído pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, “pode-se afirmar que a tendência maioritária é a de uma formação de carácter generalista (...) concedendo uma grande importância à especialização de área, como Matemática, Língua, Idiomas ou Ciências. A cultura, tanto geral como de âmbito nacional, impõe-se como uma das apostas maioritárias na formação do professorado. O mesmo é dizer que os candidatos a professores têm de ter uma formação de base forte sobre a qual possam apoiar as especializações” (Doc. Citado, p.34).

A opção portuguesa foi a de um 1.º grau em Educação Básica (licenciatura), podendo estes profissionais, não-de-ensino, mas de educação, optar por saídas profissionais intermédias (como as que referimos na peça instrutória F). Num 2.º Ciclo, a que podem concorrer todos os habilitados com a licenciatura anterior (para os domínios de 1 a 4, referenciados pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro), os futuros professores terão uma formação especializada num ou dois domínios específicos tendo de realizar 60 créditos ECTS para os domínios 1 e 2, 90 a 120 créditos para o domínio 4.

Temos em Portugal uma certa continuidade entre o grau de licenciado e o grau de mestre, uma vez que no grau de licenciado (1.º ciclo), para além das áreas de especialização com as suas didácticas, há também uma Iniciação à Prática Profissional (que a nível europeu se denomina “PRACTICUM”, levando os futuros profissionais a uma Prática de Ensino Supervisionada, sustentada por Didácticas Específicas, tanto de disciplina como de ciclo.

Acontece que, a nível europeu, a próxima prática ou “PRACTICUM” começa efectivamente durante os três anos de especialização em áreas científicas,

mas a grande relevância é dada no último ano, concluindo-se que em nenhum dos países europeus esta formação é inferior a 30 créditos ECTS de trabalho global do aluno, situando-se normalmente mais próxima dos 60 créditos ECTS (um ano com o “Practicum” quase em exclusivo).

Do que salientámos, podemos concluir que os cursos apresentados pela ESEV para a formação de professores seguem a lógica da maioria dos países europeus. Dos 25 países que integravam a Comunidade Europeia em 2004, a formação de professores para os níveis dos domínios 1 a 4 (anexo do Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro) é realizada em 4 ou mais anos, na maior parte deles (dezasseis concretamente), sendo que em cinco anos são apenas de considerar apenas a Alemanha, a Itália, a França e a Lituânia e em três anos a Áustria, a Bélgica, a Espanha, a Irlanda e o Luxemburgo.

O projecto de fim de curso, que o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, no seu artigo 20.º, alínea b do ponto 1, apelida de “trabalho de projecto (...) ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final (...) a que corresponde um mínimo de 35% de total de créditos do ciclo de estudos”, é exigido por um terço dos países da Comunidade Europeia, projecto esse que “deve ser supervisionado por um tribunal ou pessoas qualificadas como resultado da experimentação levada a cabo nas aulas, sustentada por um período de planificação, desenvolvimento e avaliação da actividade docente levada a cabo” (Libro Bianco, p. 41).

A exigência anterior é traduzida em Portugal pelas orientações dos artigos 21.º, 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de que salientamos:

- A orientação deste trabalho de projecto é feita “por um doutor ou especialista de mérito reconhecido como tal pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior, nacional ou estrangeiro” (n.º 1 do artigo 21.º);

- A sua discussão pública é feita perante um júri “constituído por três a cinco membros, incluindo o orientador ou os co-orientadores”.

Em suma, a preparação de professores, de acordo com o Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, não é menos exigente no nosso país do que na maioria dos restantes países europeus, traduzindo-se num percurso de formação muito idêntico que conduz à condição indispensável para o desempenho da actividade docente – a habilitação profissional.

Na sequência da análise referida acima, com o envolvimento de todas as áreas científicas da ESEV e a Área Científica de Ciências da Educação coordenando o processo de concepção, elaborou-se um quadro de competências de referência para o “desenho curricular” do Curso, tanto globalmente como especificamente em relação às unidades curriculares do curso, garantindo-se unidade na concepção das mesmas pelos docentes das várias áreas científicas da ESEV. Definiram-se os objectivos do ciclo de estudos (1.º ciclo) conducente ao grau de licenciado em Educação Básica, enquanto condição geral de ingresso no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre (2.º ciclo) em cada uma das especialidades dos domínios de habilitação para a docência 1 (Educação Pré-Escolar), 2 (Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico), 3 (Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico), e 4 (Ensino do 1.º e do 2.º Ciclo do Ensino Básico) constantes do anexo ao decreto-lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, considerou-se o estatuído no artigo 7.º (objectivos de formação) do mesmo documento legal:

a) O perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto) e os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º ciclo do ensino básico (Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto);

b) No que concerne às Orientações Curriculares para a Educação Básica consideraram-se as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (Despacho n.º 5220/97, de 10 de Julho), o Currículo Nacional - Competências Essenciais (Ministério da Educação, 2001), e as Orientações Curriculares para Ensino Básico (Decreto – Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro);

c) Para além dos documentos já referidos na alínea a) e b) consideraram-se ainda, no âmbito das orientações de política nacional, a LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto), a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro), o Regime de Autonomia de Administração e Gestão das Escolas (Decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio e respectivas alterações), e o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, alterado pelos Decretos-Lei n.º 105/97, de 29 de Abril; 1/98, 2 de Janeiro;

35/2003, de 17 de Fevereiro; 121/2005, de 26 de Julho; 229/2005, 29 de Dezembro; 224/2006, de 13 de Novembro e 15/2007, de 19 de Janeiro).

d) A especificidade do saber próprio da área de educação básica, bem como as características do seu contexto e desempenho profissional, reclamam que a licenciatura nessa área seja, ainda, enquadrada nas mudanças emergentes na sociedade, na escola e no papel do professor bem como em alguns projectos e trabalhos de investigação internacionais, tais como o Projecto *Tuning*, criado pelas Universidades de Deusto e Groningen, e os *Descritores de Dublin* desenvolvidos pelo “Joint Quality Initiative Informal Group (JQI)”

### **Curso de Publicidade e Relações Públicas**

- Análise da formação ministrada por instituições de referência nesta área;
- Reunião de docentes do 1º ano do curso de Publicidade e Relações Públicas, para articulação de estratégias de leccionação segundo o Modelo de Bolonha. Ênfase no “saber fazer”, ou seja, na dotação dos formandos com ferramentas práticas de trabalho na área específica do curso;
- Promoção da autonomia e responsabilização dos discentes.

## **b) A estrutura da formação: adequação a Bolonha e ligação ao princípio da aprendizagem ao longo da vida**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

#### **Curso Educação Social**

A estrutura curricular do curso de licenciatura propôs-se os seguintes objectivos:

- Proporcionar uma formação teórica e técnica que permita desenvolver competências de planificação, intervenção e de avaliação no âmbito da Educação Social;
- Fomentar a compreensão das relações entre a Educação e o Apoio Social, não só ao nível da intervenção, mas também ao nível da concepção e elaboração de projectos de intervenção comunitária;

- Promover uma cultura de respeito pelos direitos de cidadania das minorias e grupos étnicos;

- Proporcionar actividades junto de grupos que carecem de atenção especial, designadamente minorias étnicas, emigrantes e núcleos populacionais socialmente desfavorecidos, de forma a estimular o acesso a recursos e serviços sociais;

- Prestar apoio, individualizado ou colectivo, de natureza técnica relativamente a problemas específicos que se verifiquem nos grupos, mediante a procura de soluções adequadas;

- Promover a aquisição de competências de investigação que permitam uma acção fundamentada e actualização permanente.

Estes objectivos visam responder às exigências do perfil do *Educador Social* cuja vertente educativa funciona na valorização da comunicação e prevenção no sentido de uma relação de aconselhamento na construção de alternativas de vida, e ajuda na prevenção de situações de risco nomeadamente junto de grupos em vulnerabilidade social. Este processo orienta-se no sentido do desenvolvimento das pessoas, das suas capacidades e competências, e, por essa via, dos grupos e comunidades a que pertencem. A vertente social refere-se à realidade sócio-cultural nas suas diversas dimensões e contextos pelo que se assume que o social é, assim, o contexto de actuação educativa deste futuro profissional. É com base nos referidos pressupostos que caracterizamos a estrutura de formação de 1º Ciclo por Bolonha. Esta teve em conta as recomendações dos grupos de trabalho, por área de conhecimentos, sobre a implementação do processo de Bolonha a nível nacional, como foi o caso do grupo coordenado pela Prof. Doutora Luísa Maria Morgado. Nesta sequência, salientamos as competências *transversais, interpessoais e sistémicas* consignadas, intimamente relacionadas com o princípio da aprendizagem ao longo da vida, uma vez que a sua aquisição implica o princípio da utilização do conhecimento como um instrumento (orientado para acção) e não um fim em si mesmo. Assim, no âmbito das competências *instrumentais* destacamos: caracterização das realidades sociais de intervenção; concepção, construção, desenvolvimento e avaliação de projectos educativos; capacidade de diagnosticar problemas sociais em contextos de intervenção; intervenção em contextos diversificados; prestação de apoio e acompanhamento individual e grupal; articulação entre equipamentos

sociais, instituições e serviços, articulação entre pessoas e comunidade; trabalho em equipa. No campo das competências *interpessoais* destacamos a valorização da comunicação e integração grupal; habilidades de gestão de conflitos; capacidade de autonomia; pensamento crítico, reflexivo e criativo; valorização da diversidade; integração em equipas de trabalho pluridisciplinar. No respeitante às competências *sistémicas*: o ser comunicativo; catalisador de potencialidades; ter capacidade de decisão; encontrar-se aberto à multiplicidade de problemas da sociedade actual e estar capaz de aplicar estratégias facilitadoras de uma prática adequada aos vários contextos socioculturais.

### **Curso de Animação Cultural**

Ao nível da formação em Animação Cultural tem havido a preocupação estratégica de promover dois eixos de formação: formação profissionalizante (1º ciclo de formação inicial) e formação especializada (2º ciclo, mestrado). Nesse sentido, com o intuito de assegurar a continuidade formativa dos diplomados em Animação Cultural a instituição, em parceria com a na Escola Superior de Educação de Castelo Branco, criou o 2º Ciclo de Estudos em Animação Artística. Este visa preparar profissionais com especialidade no campo da arte, permitindo-lhes desenvolver projectos de animação, neste âmbito, mais continuados e consequentes.

Numa linha de continuidade com projectos anteriores da ESEV, considerámos importante o desenvolvimento de parcerias que permitam um intercâmbio de saberes e experiências, rentabilizando recursos humanos e materiais. Nesse sentido, a proposta conjunta pode oferecer um contexto privilegiado da formação de animadores na área das artes, ao envolver duas Escola Superiores de Educação de dois Institutos Politécnicos do País.

### **Curso de Comunicação Social**

Na estrutura da formação de 1º ciclo do Curso de Comunicação Social foram integradas as áreas científicas que se identificam, com os respectivos créditos para obtenção do grau ou diploma: Ciências Sociais (36 ECTS); Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação (24 ECTS); Ciências da Linguagem e da Comunicação (24 ECTS); Artes (12 ECTS); Psicologia (8 ECTS);

Matemática (4 ECTS). O cálculo do número de créditos, para cada uma das unidades curriculares, foi feito tendo em atenção: a) a análise de planos curriculares de cursos semelhantes noutras instituições; b) a análise de planos de estudos de cursos semelhantes existentes noutros países do espaço europeu; c) na auscultação aos alunos no que se refere à pertinência e valor a atribuir a cada uma das unidades curriculares do curso vigente, para o exercício profissional futuro, incluindo a solicitação de sugestões de novos conteúdos ou unidades; d) em função do tempo/horas de trabalho que cada unidade curricular exige ao aluno médio, tendo em conta os dados recolhidos junto dos docentes, relativamente aos seguintes aspectos: tipo de disciplina, configuração das sínteses programáticas, garantindo uma distribuição equilibrada do esforço do aluno por semestre, competências que o aluno deve alcançar, os conteúdos, as metodologias de trabalho, actividades e avaliação, e) o enquadramento legal e as directrizes internas do Instituto Superior Politécnico de Viseu e da Escola Superior de Educação.

O Plano de Estudos do 1º ciclo do Curso de Comunicação Social valoriza essencialmente a aquisição de conhecimentos e saberes para a aplicação em actividades concretas no âmbito da Comunicação, nomeadamente a atenção que se dá a disciplinas específicas nesta área de formação (quer obrigatórias quer opcionais) e ao estágio, uma vez que se trata de uma licenciatura inserida no Ensino Politécnico que visa o desenvolvimento de competências do aluno que o habilitem para o exercício de uma actividade de carácter profissional. O Estágio, como actividade curricular integrada, é desempenhada pelo aluno, em estreita correlação com a sua formação académica, e caracteriza-se pelo exercício de uma actividade de natureza eminentemente prática, pré-profissionalizante, através da qual se pretende estabelecer uma efectiva ligação com a realidade profissional no terreno, de forma a aplicar os conhecimentos obtidos e desenvolver as competências adquiridas durante o curso. Deste modo, o Estágio, como prática exercida pelo aluno, realiza-se numa entidade pública ou privada, na qual se desenvolvem actividades profissionais relacionadas com a área de formação, proporcionando experiências de carácter socioprofissional que facilitem a futura integração dos jovens no mundo do trabalho e contribuindo para a construção de um perfil profissional específico. Aos diferentes momentos do Estágio correspondem conteúdos e objectivos pedagógicos específicos, embora o percurso

formativo nele materializado seja orientado por uma lógica e coerência internas, graduando-se em função do que se entende ser o processo metodológico global de construção, planificação, implementação e avaliação da intervenção.

A duração do Ciclo de Estudos proposto enquadra-se no regime jurídico dos graus e diplomas do Ensino Superior que determina uma duração de seis semestres curriculares de trabalho do aluno conducentes à obtenção de 180 créditos.

Ainda neste ponto serão de destacar:

- O projecto em curso para a criação do 2º Ciclo de Estudos em “Comunicação e Marketing” da ESEV,

- A integração do Curso de Comunicação Social, desde 2007, na equipa do Instituto Politécnico de Viseu responsável pela dinamização do Projecto “PoliEmprende” – Promoção do Empreendedorismo no Ensino Superior Politécnico;

- A criação de plataforma de e-Learning disponível para todas as disciplinas do curso;

- A promoção da autonomia e responsabilização dos discentes;

- A formação pós-graduada de docentes na área específica do Curso;

- O projecto interdisciplinar na área da Comunicação Social com restantes Cursos da Escola, supervisionado pelo Conselho Pedagógico.

- O incentivo e admissão de novos alunos através das provas para Maiores de 23 anos.

### **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

Procurando assegurar a continuidade formativa dos diplomados em Artes Plásticas e Multimédia, bem como de outros licenciados da área das Artes e Tecnologias, foi definido um plano curricular para o 2º Ciclo de Arte e Multimédia, proposto no ano lectivo 2007/2008 e aprovado pela tutela no decurso do corrente ano lectivo. Trata-se de uma formação especializada, estruturada de molde a respeitar o pendor profissionalizante do ensino Politécnico, que permitirá aprofundar competências específicas das Artes e do Multimédia, procurando, simultaneamente, promover a aplicação dos conhecimentos em contexto real no âmbito do estágio ou do projecto.

### **Curso Desporto e Actividade Física**

O facto de ter sido aprovado este novo ciclo de estudos, para funcionamento a partir de 2007/2008, e a constatação da grande afluência de candidatos às provas de Maiores de 23 Anos, aliada ao facto de ter sido aprovado o segundo ciclo de estudos nesta área, permite o aumento das possibilidades de oferta de formação ao longo para estes profissionais.

### **Curso Educação Ambiental**

O 1º ciclo de estudos em Educação Ambiental, proposto à Direcção Geral do Ensino Superior em Novembro de 2006 e aprovado nos termos do disposto no artigo 68.º do Decreto-lei n.º 74/2006 por Despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia de 5 de Julho de 2007, entrou em funcionamento no ano lectivo de 2007/2008. O curso desenvolve-se em Módulos Nucleares da Formação, que incluem um elenco de unidades curriculares pertencentes a várias Áreas Científicas, que permitem o desenvolvimento de competências relevantes na formação em Educação Ambiental, designadamente: Ciências e Ambiente (58 ECTS); Trabalho Laboratorial e de Campo (27 ECTS); Educação Ambiental (35 ECTS); Investigação e Desenvolvimento Profissional (31 ECTS) e Áreas Transversais (29 ECTS).

Simultaneamente foi proposto o 2º ciclo de estudos em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, à Direcção Geral do Ensino Superior em Março de 2006 e aprovado nos termos do nº 3 do Despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 15 de Junho de 2007. Este 2º ciclo de estudos tem uma duração de 3 semestres curriculares de trabalho dos alunos, correspondente a 90 créditos, integrando um conjunto organizado de unidades curriculares, a que corresponde 57,8% (52 ECTS) do total dos créditos do ciclo de estudos e um estágio e respectivo seminário, de natureza profissional objecto de relatório final, a que correspondem 42,2% (38 ECTS) do total de créditos do ciclo de estudos.

Neste contexto, a proposta de criação do 2º ciclo de estudos em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável surge de acordo com a necessidade de desenvolvimento de competências que permitam fazer face à complexidade crescente da sociedade actual, em especial do mundo da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. Assim, é necessário que os

profissionais que frequentam o curso tenham a capacidade de, face a situações problemáticas, organizar dispositivos de investigação que possam gerar o desenvolvimento de competências científicas, técnicas, didáticas e de comunicação, de forma a compreender e a resolver tais problemas.

Este ciclo de estudos, para além de favorecer a aquisição, por parte do estudante, de uma especialização de natureza profissional, possibilita uma formação de natureza académica que, de acordo com a [Decisão 2006/1720/CE](#) de 15 de Novembro de 2006, favoreça uma aprendizagem ao longo da vida, promova elevados níveis de desempenho e a cooperação em matéria de garantia de qualidade em todos os sectores da educação e da formação na Europa e assegure o intercâmbio de boas práticas melhorando a qualidade nos sectores da educação e da formação.

### **Curso de Educação Básica**

A longa tradição da Escola Superior de Educação na formação inicial, complementar e especializada de professores, aliada ao novo desafio que o Processo de Bolonha e o Regime de habilitação profissional para a docência nos colocou, permitiu-nos potenciar a nossa experiência com a articulação das políticas de educação e formação, enquadradas num paradigma de formação cujo perfil de competências permita ao docente o exercício da sua actividade profissional de forma autónoma, social e ética.

Fundamentam a organização curricular, deste 1.º ciclo de estudos, conducente ao grau de licenciado em Educação Básica, o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março e o Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, bem como a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto). Deste modo, a organização curricular da Licenciatura em Educação Básica obedece a um total de 180 créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos (ECTS), necessários à obtenção do grau, tendo uma duração de 6 semestres (3 anos), com 30 créditos por semestre.

As Áreas Científicas, da Escola Superior de Educação de Viseu, que intervêm nesta licenciatura, com o seu saber específico, são: Ciências da Linguagem e da Comunicação (CLC), Ciências Exactas e Naturais (CEN), Ciências Sociais (CS), Artes (A), Educação Física (EF), Ciências da Educação

(CE), Psicologia (PSI) e Ciências e Tecnologias da Informação e Comunicação (CTIC). Estas áreas contribuíram, com o seu saber, para a construção de um plano de estudos cujo princípio de integração curricular teve por base o perfil de competências da presente proposta de licenciatura, fundamentada normativamente no perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto) e nos perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º ciclo do ensino básico (Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto).

As unidades curriculares, presentes no plano de estudos, estão organizadas pelas componentes de formação, contempladas pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, estando garantida a sua adequada integração em função das exigências do desempenho profissional: *formação educacional geral, didáticas específicas, iniciação à prática profissional e formação na área da docência*. As componentes de *formação cultural, social e ética e formação em metodologias de investigação educacional* estão incluídas nas anteriores.

O princípio de integração curricular esteve presente, nomeadamente, nas unidades curriculares das componentes de formação das *didáticas específicas e de iniciação à prática profissional* que, articuladas de forma sustentada com a *formação na área da docência*, pretendem contribuir para a formação de um profissional capaz de gerar dinâmicas globais de desenvolvimento, centrada num conhecimento prático sustentado.

A lógica de apresentação do desenho curricular, do plano de estudos, respeitou as já enunciadas componentes de formação e respectivos créditos conducentes ao ciclo de estudos respeitantes ao grau de licenciado (art. 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro). Pode assim verificar-se que no âmbito da *formação na área da docência* foram distribuídos 120 créditos para as unidades curriculares de Português (30 créditos), Matemática (30 créditos), Estudo do Meio (30 créditos) e Expressões (30 créditos). As *didáticas específicas*, com 20 créditos, compreendem as Tecnologias de Informação e Comunicação (3 créditos), as Didáticas Específicas I e II (com 5 créditos cada uma) e as Didáticas Específicas da Educação Básica I e II (com 3,5 créditos cada). Na *Iniciação à Prática Profissional* foram distribuídos 20 créditos pela Iniciação à Prática Profissional I (3,5 créditos) e pela Iniciação à Prática

Profissional II, III e IV (5,5 créditos cada uma). No âmbito da *formação educacional geral*, foram distribuídos os 20 créditos pela Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem (4,5 créditos), pela Filosofia da Educação (4 créditos), pela Língua Estrangeira - Inglês ou Francês - (3 créditos), pela Sociologia da Educação (4 créditos), e pelo Desenvolvimento e Gestão Curricular (4,5 créditos).

**c) Orientação das reformas curriculares: cobertura de áreas inovadoras, interdisciplinaridade, empregabilidade, ligação ensino/investigação, desenvolvimento de competências essenciais e transversais, evolução das várias componentes de trabalho do estudante no número de horas de trabalho total**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

#### **Curso Educação Social**

Na figura seguinte encontra-se descrita a estrutura da licenciatura de Educação Social por Bolonha atendendo às competências específicas a promover em cada uma das vertentes consignadas assim com às unidades curriculares que as permitem actualizar. Neste é ainda possível identificar o número ECTS atribuídos em cada um dos domínios do percurso científico-pedagógico. É de salientar a existência de unidades curriculares optativas (12 créditos ECTS) no sentido de colmatar domínios tidos como menos fortes no âmbito da estrutura curricular pelo que surgem no último ano do curso de licenciatura. Essa preocupação permitiu que, com base na identificação de necessidades dos alunos, surgisse uma unidade designada de *Suportes Básicos de Vida e Contextos de Risco Social*, que está no momento a ser implementada, onde fossem abordados, com recurso à organização de seminários aí integrados, promovidos por profissionais convidados do terreno, assuntos como os respeitantes à Intervenção em situações de crise – Serviços de Emergência médica (Instituto Nacional de Emergência Médica); Técnicas de suportes básicos de vida (Cruz Vermelha Portuguesa); Higiene, Saúde e Segurança o Trabalho (HSST); Prevenção Rodoviária (APSI); Saúde Sexual etc.

No respeitante às questões ligadas à preparação para a vida activa ainda que os alunos (que finalizaram a sua licenciatura) tenham considerado que este é um dos aspectos tido como favorável no curso, como já o referimos, eventualmente pela valorização da proximidade aos contextos, há que zelar para que do ponto de vista institucional se aposte em estruturas de inserção e apoio à entrada no mercado de trabalho e respectivo acompanhamento. Os procedimentos existentes, a este nível, resultaram da(s) iniciativa(s) dos coordenadores de estágio que se foram inteirando da situação dos recém-licenciados e, pontualmente, desenvolvendo contactos com estes nomeadamente no sentido do apoio a procedimentos como os inerentes à elaboração de currículos.

<b>Bases conceptuais para a profissão:</b> Fundamentos filosóficos teóricos, antropológicos, históricos, psicológicos, sociais, culturais, económicos, políticos etc. Dimensão ética, estética, dimensão europeia da educação, bases da interculturalidade	
<b>Competências</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
<p>Conhecer:</p> <p>A evolução histórica da educação social bem como os modelos desenvolvidos no contexto Europeu; Os pressupostos e fundamentos teóricos da intervenção socioeducativa e os seus âmbitos de actuação; Os estádios evolutivos da população com que se trabalha e os factores que afectam os processos socioeducativos; As características dos contextos sociais e laborais de intervenção; Os fundamentos pedagógicos, psicológicos, e sociológicos que estão na base dos processos socioeducativos; As políticas de bem-estar social e a legislação que sustentam os processos de intervenção socioeducativa.</p>	<p><b>28 ECTS</b></p> <p>Fundamentos de Educação Social; Psicologia do Desenvolvimento I, II; Sociologia e Intervenção Comunitária; Educação de Adultos; Psicologia do Adulto e Gerontologia; Migração e Sociedades Pluriculturais.</p>
<b>Contextualização socioeducativa (contextos formais e informais):</b> Metodologias, processos de caracterização, diagnose, e avaliação de contextos/realidades sociais (formais-informais)	
<b>Competências</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
<p>Incorpora recursos sociais, institucionais, pessoais e materiais disponíveis para levar a cabo o trabalho num determinado âmbito da acção; Desenvolve atitudes que possibilitem e favoreçam o trabalho em contextos multiculturais e plurilinguísticos.</p>	<p><b>34 ECTS</b></p> <p>Psicopatologia do Desenvolvimento; Psicopedagogia de Autonomização e Integração; Políticas e Legislação Social; Intervenção em Grupos de Risco; Educação para a Saúde; Psicologia Social e Organizacional; Psicopedagogia das Populações Especiais; Actividade Física e Saúde I e II.</p>
<b>Metodologias da investigação na intervenção socioeducativa e tecnologias educativas:</b> Medição e desenvolvimento de instrumentos, investigação-acção, aplicação das TIC	
<b>Competências</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
<p>Produz meios e recursos para a intervenção socioeducativa; Colabora e faz assessoria na elaboração de programas socioeducativos nos meios e redes de</p>	<p><b>14 ECTS</b></p> <p>Oficina das Tecnologias de Informação Investigação em Educação Social I, II.</p>

comunicação e informação; Utiliza e avalia as novas tecnologias com fins formativos.	
<b>Técnicas, meios e recursos na intervenção socioeducativa:</b> Aplicação de técnicas, meios e recursos nos diversos âmbitos da intervenção socioeducativa	
<b>Competências</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
Concebe, utiliza e avalia os meios didáticos para a intervenção socioeducativa; Sabe utilizar os procedimentos e técnicas sociopedagógicas para a intervenção, mediação e análise da realidade pessoal, familiar e social; utiliza técnicas concretas de intervenção socioeducativa e comunitária (dinâmica de grupos, motivação, assertividade, etc. Mostra uma atitude empática, respeitosa, solidária e de confiança para os sujeitos e instituições de educação social.	<b>37 ECTS</b> Técnicas de Produção de Texto; Expressão e Criatividade I, II; Psicologia da Dinâmica de Grupos; Estratégias para o Desenvolvimento Sustentado; Técnicas de Interv. na Família e Redes Sociais; Actividade Física e Saúde II; <i>Atelier</i> de Técnicas de Produção Artística; Língua Estrangeira Aplicada.
<b>Concepção e avaliação de projectos de intervenção socioeducativa:</b> Concepção de projectos de acções socioeducativas	
<b>Competências</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
Gere estruturas e processos de participação e acção comunitária; Concebe e aplica programas e estratégias de intervenção socioeducativa em diversos âmbitos de trabalho.	<b>15 ECTS</b> Seminário I - Gestão Estratégica e Observação em Contexto; Seminário II – Elaboração de Projecto e Estágio.
<b>Prática em contexto:</b> Aplicação/desenvolvimento de programas e estratégias de intervenção socioeducativa	
<b>Competências</b>	<b>Unidades Curriculares</b>
Organizar e gerir projectos e serviços socioeducativos (culturais e de intervenção comunitária); Avaliar programas e estratégias de intervenção socioeducativa nos diversos âmbitos de trabalho Incorporar recursos sociais, institucionais, pessoais e materiais disponíveis para levar a cabo o trabalho num determinado âmbito da acção; Gerir meios e recursos para a intervenção socioeducativa.	<b>40 ECTS</b> Estágio I; Estágio II  <b>12 ECTS: Em opções</b> <b>Total: 180 ECTS</b>

**Figura nº** - Estrutura da Licenciatura de Educação Social após a adequação a Bolonha

## Curso de Comunicação Social

Neste âmbito serão de realçar:

- Os Estágios Curriculares em entidades ligadas ao Marketing, RP, Publicidade, Rádio, Imprensa e Televisão, realçando-se os Protocolos de Estágio continuados com a Câmara municipal, Governo Civil do Distrito de Viseu, Museu Grão Vasco, Grupo Visabeira, FNAC e TVI;
- A presença de alunos do Curso de Comunicação Social nas Jornadas de Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa – edição de 2008;
- Visitas de estudo, nomeadamente, à SIC, no âmbito das disciplinas de jornalismo;

- Organização de seminários temáticos periódicos no âmbito das temáticas tratadas nas disciplinas e ministrados por oradores externos (VI Colóquio do Curso de Comunicação Social, Tertúlias “À mesa com... as Relações Públicas, o Jornalismo, o Marketing”).

- Edição do nº 7 da Revista Fórum Media.

### **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

Interdisciplinaridade - A introdução da unidade curricular Projecto de Artes e Multimédia no plano curricular do 1º Ciclo de Estudos de Artes Plásticas e Multimédia foi equacionada numa perspectiva potenciadora da interdisciplinaridade e no intuito de estabelecer uma interligação entre competências adquiridas em várias unidades curriculares integrantes da formação inicial.

Medidas de apoio à inserção na vida activa – Foi considerada a necessidade de dotar os licenciados com um portfólio profissional, instrumento fundamental de abordagem ao mercado de trabalho, imprescindível para a candidatura ao exercício da profissão nesta área. Foi instituído que, no 6º e último semestre, cada discente realizará o seu portfólio de modo a que este seja representativo do perfil de competências dos licenciados e demonstre a adequação do mesmo para o exercício de uma ou mais das actividades propostas como saídas profissionais. Para este documento será adoptado o formato digital, procurando corresponder ao desafio do consórcio europeu EifEL (European Institute for E-Learning), cujo principal objectivo é o de que em 2010 todo o cidadão europeu tenha acesso a um e-portfolio.

### **Curso Desporto e Actividade Física**

- Criação do Núcleo de Investigação em Ciências da Motricidade (NICM) entre os cinco doutorados da Área Científica de Educação Física e Desporto e relacionamento com núcleos de investigação de outras instituições do ensino superior Politécnico e Universitário, sendo de destacar a participação na Rede de Doutorados em Educação Física, Desporto e Motricidade das Instituições do Ensino Politécnico (REDIP) e a participação na fundação do CIDESD – Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano – a primeira unidade de investigação pluri-institucional no domínio das ciências do Desporto.

- Mudança do nome de “Área Científica de Educação Física” para “Área Científica de Educação Física e Desporto” (ACEFD), integrando assim actividades mais claramente vincuativas ao contexto do Desporto;

- Pedido de substituição do Encarregado de Trabalhos afecto ao LAPE (Laboratório de Avaliação e Prescrição do Exercício) da ACEFD (Área Científica de Educação Física e Desporto).

### **Curso Educação Ambiental**

A premência do 1º ciclo de estudos em Educação Ambiental e do 2º ciclo de estudos em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável na Escola Superior de Educação de Viseu esteve subjacente a uma preocupação generalizada e crescente no mundo actual, reflectindo-se naturalmente nas atitudes e planos de acção dos governantes e dos agentes económicos, sociais e educativos a nível local, nacional, europeu e mundial. Emergiu no contexto da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), adoptada em Dezembro de 2002 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e das três grandes perspectivas estratégicas socioculturais, ambientais e económicas, definidas pela UNESCO para esta Década, considerando como um dos pilares a educação dos jovens, a par da formação de professores, educadores, formadores, bem como da sensibilização dos media.

A formação de profissionais em Educação Ambiental pressupõe o desenvolvimento de competências essenciais de gestão do conhecimento e informação, pensamento crítico, criatividade, tomada de decisão, resolução de problemas, iniciativa e proactividade, bem como competências transversais de organização pessoal e do trabalho, responsabilidade ética, comunicação, assertividade, relacionamento interpessoal, trabalho em equipa, flexibilidade e abertura à mudança. A interdisciplinaridade e transversalidade entre e dentro das unidades curriculares incluídas no plano de estudos do 1º ciclo de estudos em Educação Ambiental favoreceram o desenvolvimento destas competências nos estudantes. A interdisciplinaridade e transversalidade, sendo inerentes ao próprio conceito de educação ambiental e impostas no desenho curricular do curso, reflectiram-se na sequencialidade e interdependência das unidades curriculares e na modularização dentro de cada unidade curricular, concretizando-se uma

efectiva partilha de conhecimentos, métodos e procedimentos entre áreas nucleares de formação.

A nível internacional, nacional, regional e local, os serviços de administração pública, as associações e organizações não governamentais, de entre as quais as do ambiente, as empresas, as instituições de ensino e os órgãos de comunicação social carecem de profissionais habilitados para reduzir o conflito entre a protecção do ambiente e o desenvolvimento económico e social compatível com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da humanidade. O curso de Educação Ambiental revela-se como um forte contributo na inserção de profissionais num mercado de trabalho adaptado às exigências evolutivas da sociedade actual.

Os futuros educadores ambientais poderão desempenhar funções a nível da Educação Não Formal (educador ambiental em serviços da administração pública, em empresas, em organismos governamentais e não governamentais ligados ao ambiente), Formação (projectos de educação e interpretação ambiental e consultoria em empresas), Coordenação e Gestão (coordenador de cursos de formação, gestor de projectos, coordenador de equipas de educação ambiental), Materiais e Serviços Didácticos (elaboração de materiais didácticos e de divulgação ambiental e campanhas informativas) e Investigação.

Neste sentido estão a ser concebidos projectos de investigação associados ao curso e às áreas de especialização dos docentes e a efectuarem-se os procedimentos necessários ao estabelecimento de protocolos com autarquias, empresas, organizações governamentais e não-governamentais e instituições que possibilitem, aos estudantes, o desenvolvimento de projectos e a realização de estágios, visando uma preparação adequada a nível profissionalizante e a consequente inserção no mercado de trabalho.

### **Curso Educação Básica**

Tendo como desiderato a concepção de um projecto de formação pensado numa lógica profissionalizante e orientada para a acção e o saber profissional (Roldão, 2001), e como fundamentação normativa o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto) e os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º ciclo do

ensino básico (Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto), as Áreas Científicas da Escola Superior de Educação de Viseu envolvidas na Licenciatura em Educação Básica mobilizaram-se para um amplo debate sobre a definição do perfil de competências do profissional em formação. Mais do que aceitar o modelo de profissional decorrente dos normativos, interessou-nos problematizar a formação através de uma reinterpretação dos quadros reguladores à luz do conhecimento produzido sobre formação, desempenho desenvolvimento e identidade profissional dos professores.

Os resultados dessa discussão foram sustentando e, por sua vez, sendo questionados e reformulados pela forma como cada Área Científica perspectivava o seu contributo para a construção progressiva do profissional assim gizado, bem como a interacção constante desses contributos. Esta construção prospectiva do profissional a formar e da formação capaz de o concretizar permitiu a constituição de contributos formativos integradores de diferentes Áreas Científicas, nomeadamente em componentes essenciais da formação de um profissional de educação como as didácticas específicas e a iniciação à prática profissional.

Respeitando as componentes de formação previstas pelo Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro, foram sendo definidas unidades curriculares cujo contributo formativo transcende as fronteiras da sua delimitação epistemológica e curricular, concretizadas em designações, atribuições científicas, localizações e durações previstas no plano de estudos. Mais do que um somatório de unidades curriculares com contributos parcelares, este plano de estudos propõe a construção de trajectórias formativas, traçadas por cada aluno de forma singular e única, por entre as propostas que cada unidade curricular lhe disponibiliza e que se entrecruzam, quer em termos de conteúdo quer em termos metodológicos, ao longo do plano de estudos.

Algumas linhas orientadoras, emergentes da experiência na formação de professores da ESEV e da investigação nessa mesma área, enquadram essas propostas, procurando garantir a qualidade dos processos formativos e dos processos de aprendizagem e de construção profissional dos futuros profissionais.

São, assim, privilegiadas metodologias de ensino adequadas ao Ensino Superior (Bireaud, 1995), surgindo a proposta de um contrato de aprendizagem (Knowles, 1986), base da construção de um portefólio (McLaughlin & Vogt, 1996), nas disciplinas da componente de *Iniciação à Prática Profissional*, onde se

assume que a autonomia e a idiosincrasia das trajectórias formativas são mais significativas. A modalidade contratual de trabalho pedagógico implica, aliás, aceitar a divergência nos percursos de formação dos formandos.

Igualmente determinante é a concretização do terceiro princípio avançado pelo Ministério da Educação (2006), relativamente à formação de professores, de valorização da prática de ensino fundamentada na investigação que, se implica o desenvolvimento de metodologias de aprendizagem activa por parte dos docentes que lhes permitam actualizar constantemente os seus conhecimentos, justifica também, a nosso ver, a opção por metodologias de ensino comprometidas com o desenvolvimento de competências de reflexão e investigação e da capacidade de auto-dirigir a aprendizagem. Esta disseminação, pelas várias unidades curriculares do plano de estudos, da formação em investigação é entendida, no seguimento de Perrenoud (1993), como contribuindo para: a) potenciar um modo de apropriação activa de conhecimento, b) a utilização crítica de resultados de investigação, c) a preparação para a participação no desenvolvimento de investigação e d) organizar a formação do futuro professor como paradigma transponível para uma prática reflectida. Podemos destacar, neste âmbito, propostas, patentes nas fichas de disciplinas, como análise e discussão de trabalhos produzidos pelos alunos, investigação e experimentação de pequenos trabalhos laboratoriais, análise e concepção de actividades e materiais pedagógicos, apresentação e discussão de etapas de construção e avaliação de projectos, entre outras metodologias conducentes ao desenvolvimento das competências definidas para esta Licenciatura em Educação Básica.

Decisiva na organização da Licenciatura em Educação Básica é a proposta de modelo organizacional e funcional das componentes *Didácticas Específicas e Iniciação à Prática Profissional*, que de seguida se detalha. Um primeiro aspecto a referir é a colaboração, nas unidades curriculares que concretizam estas componentes, de todas as áreas científicas do curso, em modalidades de trabalho conjunto diferenciadas, emergentes das especificidades de cada espaço curricular e dos seus propósitos formativos.

As opções de organização assumidas fundamentam-se numa perspectiva de desenvolvimento e identidade profissionais construídos através de processos de aprendizagem experiencial situada, concretizados na participação dos alunos na sua futura comunidade de prática, implicando a construção de conhecimento e de

competências em contexto. Daqui resulta a estreita relação entre as unidades curriculares da componente de *Didácticas Específicas* (Tecnologias de Informação e Comunicação, Didácticas Específicas I e II e Didácticas Específicas de Educação Básica I e II) e as disciplinas da componente de *Iniciação à Prática Profissional* (I, II, III e IV), sugerida pela sua localização no plano de estudos mas apenas totalmente apreensível na sua lógica de funcionamento.

As didácticas específicas organizam-se, num primeiro momento (Tecnologias de Informação e Comunicação, Didácticas Específicas I e II), em estreita colaboração com as unidades curriculares de formação na área da docência realizando, de seguida, a necessária adequação ao nível da Educação Básica (Didácticas Específicas de Educação Básica I e II), garantindo que as diferentes dimensões do conhecimento profissional do professor (Elbaz, 1983; Ponte, 1994; Ponte, Oliveira, Cunha & Segurado, 1998; Shulman, 1987, 1991, 1994) são abrangidas e contextualizadas aos níveis e ciclos de escolaridade em causa. Na lógica de organização destas disciplinas, assume destaque a perspectiva mais integradora e socialmente situada de uma comunidade de professores em aprendizagem (*teachers as learners*), avançada por Shulman e Shulman (2004), que recoloca as dimensões de conhecimento profissional num esquema conceptual mais lato e articulado que define um professor como “*a member of a professional community who is ready, willing, and able to teach and to learn from his or her teaching experiences*”.

As disciplinas de Iniciação à Prática Profissional, por sua vez, apoiam este percurso, exigindo a mobilização e actualização dos contributos das restantes componentes de formação para a intervenção em contexto de educação básica, possibilitando uma construção contextualizada e integrada de conhecimento, uma vez que projectam e ampliam os saberes e as competências dos formandos numa participação afirmativa na comunidade de prática profissional. Isto implica conceber a componente de *Iniciação à Prática Profissional* como um espaço de aprendizagem experiencial em contexto de trabalho, como situação desencadeadora de reflexões *a priori* (projectar) e *a posteriori* (avaliação crítica), caracterizada pelo conhecimento, análise, teorização, vivência e questionamento analítico e reflexivo de situações de prática profissional.

Encontra, assim, eco nesta proposta a perspectiva do **professor como investigador**, intrinsecamente ligada à emergência do estatuto do professor como

profissional, surgindo o saber específico da profissão, e o seu desenvolvimento e produção, como caracterizador ou descritor da profissionalidade do professor (Goodlad, 1990, cit. por Fueyo & Koorland, 1997; Krejsler, 2005; Roldão, 1998, 2000, 2005), e que se articula, novamente, com o princípio assumido pelo Ministério da Educação (2006) de valorização da prática de ensino fundamentada na investigação.

A **investigação** em torno da formação de professores (Schön, 1983, 1987; Shulman, 1987, 1991, 1994, 2004; Zeichner, 1993; Alarcão, 1991, 1996; Roldão, 2001; Sá-Chaves, 1994, 1996, 2000) e a legislação aconselham a organização de distintos momentos de iniciação à prática profissional, promovendo a progressiva responsabilização e autonomia dos formandos no desempenho profissional. A construção de um saber específico e de competências profissionais, baseada na reflexão nas e pelas práticas educativas, sustenta o desenvolvimento profissional e a construção da identidade do profissional de educação em formação. Neste sentido, no plano de estudos da Licenciatura em Educação Básica da Escola Superior de Educação de Viseu, estão previstos quatro espaços de iniciação à prática profissional, denominados Iniciação à Prática Profissional (IPP) I, II, III e IV configurados como disciplinas semestrais, localizadas no 3.º, 4.º, 5.º e 6.º semestre, respectivamente.

A disciplina de IPP I inaugura esta componente de formação, permitindo ao aluno a imersão em contextos dos vários níveis de ensino da educação básica, centrando as suas tarefas na observação/avaliação dos alunos e seus contextos, enquanto sujeitos de desenvolvimento, enquadrados por diferentes sistemas (Bronfenbrenner, 1979) e na sua diversidade.

Nas restantes disciplinas de IPP, o foco alarga-se ao contexto de sala de aula e de escola, e aos papéis e competências do professor. Os alunos realizam um percurso formativo que se inicia com tarefas de observação, progride para tarefas de caracterização e análise crítica de contextos e componentes e níveis curriculares, e termina, ao nível da licenciatura, no acompanhamento de práticas de ensino, com ensaio de competências de intervenção, num processo progressivo de construção profissional. Este mesmo processo de observação-análise-intervenção colaborativa realiza-se nos diferentes níveis de ensino da educação básica abrangidos pela licenciatura: educação pré-escolar, 1.º ciclo do ensino

básico e 2.º ciclo do ensino básico. A autonomia na intervenção pedagógica é concretizada no 2.º ciclo de estudos (mestrado).

As disciplinas de IPP convocam, ainda, para a sua organização e lógica formativa, uma perspectiva de escola como instituição educativa à qual está cometida a responsabilidade específica de garantir a todos um conjunto de aprendizagens de natureza diversa, assumindo-se enquanto espaço de inclusão e de intervenção social, no quadro da formação integral dos alunos para a cidadania democrática.

Retomamos a definição de Shulman e Shulman (2004) de professor enquanto “*member of a professional community who is ready, willing, and able to teach and to learn from his or her teaching experiences*”, para caracterizar, não só o profissional em formação, como a nossa postura relativamente à construção de um modo particular de conceber, e concretizar, a formação desse profissional.

Todo este conjunto de aprendizagens foi articulado com a **distribuição**, quer **dos créditos ECTS**, quer do número de horas de contacto dos alunos, procurando garantir-se uma relação coerente, quer com as realidades vividas por estes, quer pela exigência de trabalho definida nos diferentes programas disciplinares, dos actuais cursos de habilitação para a docência da Educação Básica.

Nesse sentido, realizou-se um conjunto de questionários (um por cada disciplina dos diferentes planos de estudos), aos alunos e aos docentes que leccionam as diversas disciplinas, onde se procurou saber o número de horas totais, estimadas / gastas necessárias aos alunos para atingir os objectivos de cada uma, ao nível da realização de aulas, trabalhos práticos (para além das aulas), avaliação (fora das horas de aula), seminário, preparação das aulas/leituras/pesquisas, redacção de documentos a entregar ao docente, preparação da avaliação; ao nível do estágio: preparação, observação, realização e elaboração dos relatórios; ao nível do Seminário: elaboração do projecto, desenvolvimento do projecto, redacção, tempo de contacto com os docentes e apresentação.

O retorno dos questionários foi bastante significativo, já que a maioria dos inquiridos respondeu aos mesmos.

Os dados expressos nos mesmos foram posteriormente tratados, utilizando-se uma estatística descritiva de cada um dos itens referenciados e total

de horas gastas (médias), sendo, posteriormente, transformadas em ECTS, utilizando a relação 1 ECTS = 27 horas totais de trabalho.

Dos dados recolhidos, sobressai o volume de trabalho referenciado pelos alunos em disciplinas de grande pendor prático, como o Seminário e a Prática Pedagógica.

Os resultados obtidos deram origem a um debate amplo na escola, a partir do qual se estabeleceu um conjunto de critérios a utilizar na distribuição dos créditos ECTS e cálculo das horas de contacto dos novos cursos.

Um outro aspecto que se considerou foi o da **empregabilidade**. O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, no ponto 3 do Artigo 8.º diz claramente que “no ensino politécnico, o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado deve valorizar especialmente a formação que visa o exercício de uma actividade de carácter profissional...” que, logicamente, não é habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar nem nos ensinos básico e secundário.

O profissional com Licenciatura em Educação Básica apto a ingressar num dos domínios do 2º ciclo (grau de mestre) que o habilitará para a docência, de acordo com o domínio da sua opção (do 1 ao 4, referidos no Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de Fevereiro) poderá iniciar uma actividade de cariz social no âmbito alargado da educação, ajudando os docentes em tarefas complementares de apoio à escola e à família.

Os documentos legais (Decretos-Lei n.º 240 e 241/2001, de 30 de Agosto) estabelecem apenas os perfis dos profissionais no âmbito da docência, não sendo lógico inferir deles as saídas profissionais para os Licenciados em Educação Básica, por se tratar de uma figura emergente dos Decretos-Lei n.º 43/2007 e 74/2006.

Deste modo, e não havendo ainda experiência neste contexto, avançaram-se possíveis saídas profissionais:

1. No âmbito do apoio social:
  - 1.1. Componente Social de Apoio à Família;
  - 1.2. Integração em equipas multidisciplinares no âmbito de projectos de intervenção social;
  - 1.3. Serviços educativos e de animação de instituições culturais: museus, bibliotecas, ludotecas, centros de ciência, quintas pedagógicas;

- 1.4. Organização de eventos e animações para as faixas etárias abrangidas pela licenciatura;
- 1.5. Serviços de educação das autarquias.
2. No âmbito do apoio à gestão e administração das escolas e/ou agrupamentos:
  - 2.1. Técnico superior de serviço social, competindo-lhe designadamente:
    - “Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola no âmbito dos apoios socioeducativos;
    - Promover as acções comunitárias destinadas a prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo;
    - Desenvolver acções de informação e sensibilização dos pais, encarregados de educação e da comunidade em geral;
    - Apoiar os alunos no processo de desenvolvimento pessoal.”  
(Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho – Anexo)
  - 2.2. Técnico-profissional, competindo-lhe designadamente:
    - “Operar com os equipamentos;
    - Realizar, sob a orientação dos docentes, ensaios diversos necessários à preparação das aulas;
    - Colaborar na execução de experiências;
    - Zelar pela conservação, segurança e funcionamento do equipamento...
    - Colaborar na realização do inventário dos equipamentos.”
  - 2.3. Técnico profissional de acção social escolar, competindo-lhe designadamente:
    - “Participar em serviços ou programas organizados pela escola que visem prevenir a exclusão escolar dos alunos;
    - Organizar e assegurar a informação dos apoios complementares aos alunos, associações de pais, encarregados de educação e professores;
    - Participar na organização e supervisão técnica dos serviços do refeitório, bufete e papelaria e orientar o respectivo pessoal...

- Organizar os processos individuais dos alunos que se candidatem a subsídio ou bolsas de estudo;
- Participar na organização dos transportes escolares;
- Desenvolver as acções que garantam as condições necessárias de prevenção do risco, proceder ao encaminhamento dos alunos em caso de acidente, e organizar os respectivos processos;
- Colaborar na selecção e definição dos produtos e material escolar, num processo de orientação de consumo.”

2.4. Assistente de acção educativa, competindo-lhe nomeadamente:

- “Participar em acções que visem o desenvolvimento pessoal e cívico de crianças e jovens e favoreçam um crescimento saudável;
- Exercer tarefas de apoio à actividade docente de âmbito curricular e de enriquecimento do currículo;
- Exercer tarefas de enquadramento e acompanhamento de crianças e jovens...;
- Cooperar com os serviços especializados de apoio socioeducativo.”

2.5. Auxiliar de acção educativa, competindo-lhe nomeadamente:

- “Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e dos jovens durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- Cooperar nas actividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
- Exercer tarefas de apoio, de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares e itinerantes;
- Dinamizar ATL e OTL.”

## **Curso de Publicidade e Relações Públicas**

O Curso foi concebido e proposto na medida em que se verificou a existência de uma lacuna ao nível da formação específica nesta área, sentida pelos profissionais do sector na nossa região; de facto, nesta zona do país a formação de nível superior nesta área é praticamente nula (apenas encontramos “Comunicação e Relações Públicas” no Instituto Politécnico da Guarda, e “Comunicação Organizacional” no Instituto Politécnico de Coimbra”

Procurou-se construir um Plano de Estudos com uma sólida base interdisciplinar de articulação de projectos, filosofia de trabalho, essa que começa já a dar frutos, com o aproveitamento de aulas / eventos que servem os interesses temáticos e programáticos de 2 disciplinas (“Recursos Humanos e Organização Estratégica I” / Marketing I” e “Marketing I / Metodologia de Pesquisa I”).

A formação ministrada é, com o decorrer dos anos, eminentemente prática, insistindo por exemplo na importância crescente de uma postura empreendedora por parte do formando.

### **d) O período de transição: princípios e implementação**

#### **Escola Superior de Educação de Viseu**

Os cursos pré-Bolonha foram adequados a Bolonha, de acordo com a legislação em vigor e respectivos Regulamentos publicados em Diário da República. Para efeitos de adequação, foram auscultados os docentes e alunos respectivamente, no âmbito do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico. Foi ainda ouvida a Associação de Estudantes.

Nesse período de transição curricular procurou-se assegurar respectivamente;

- i)* O respeito pelas legítimas expectativas dos alunos;
- ii)* Os necessários regimes de creditação na nova organização de estudos, da formação obtida na anterior organização;
- iii)* Que da aplicação do mesmo não resultasse um aumento significativo da carga lectiva prevista na anterior organização.

O processo de transição curricular realizou-se no ano lectivo 2007/2008, tendo-se construído para cada curso os respectivos planos de transição, respeitando os princípios e o respectivo regulamento.

<b>CURSOS</b>	<b>PRÉ-BOLONHA</b>	<b>BOLONHA</b>
Animação Cultural		<b>X</b>
Artes Plásticas e Multimédia	<b>X</b> <sup>4</sup>	<b>X</b>
Comunicação Social	<b>X</b> <sup>5</sup>	<b>X</b>
Educação Ambiental		<b>X</b>
Educação Básica		<b>X</b>
Educação de Infância	<b>X</b>	
Educação Social		<b>X</b>
Educação Visual e Tecnológica		<b>X</b>
Desporto e Actividade Física		<b>X</b>
Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico	<b>X</b>	
Professores do 2º Ciclo do Ensino Básico – Variante de Educação Física	<b>X</b>	
Desporto, Variante de Desporto e Recreação	<b>X</b> <sup>6</sup>	

**e) Medidas de apoio à promoção do sucesso escolar e ao desenvolvimento de competências extra-curriculares**

**Escola Superior de Educação de Viseu**

**Conselho Pedagógico**

Participação na abertura solene do ano lectivo.

Organização das Comemorações do XXV Aniversário da ESEV.

Organização das Comemorações do dia da ESEV (cerimónia comemorativa, debates, convívio, eventos culturais)

Organização de Espectáculos do Teatro da Academia (peças de teatro e animação de rua).

Proposta e contributos para a construção do novo Regulamento de Frequência e Avaliação da ESEV.

<sup>4</sup> Lic. Bi-Etápica (4º ano).

<sup>5</sup> Lic. Bi-Etápica (4º ano).

<sup>6</sup> Lic. Bi-Etápica (3º e 4º anos).

Colaboração na construção e redacção final do regulamento relativo ao Regime de Transição Curricular dos cursos da Escola Superior de Educação de Viseu.

Contributo para a construção dos novos Estatutos do IPV.

Proposta para a construção das Fichas de Monitorização das Unidades Curriculares para Docentes e Discentes.

Proposta para a construção das Fichas de Monitorização de Cursos para alunos finalistas.

Proposta de Calendário para o ano lectivo 2008-2009.

Aplicação e tratamento de Inquéritos aos alunos de todos os Cursos da ESEV a funcionar segundo o Modelo de Bolonha.

Apresentação, em sessão plenária do Conselho Pedagógico da ESEV, e posterior dinamização, do Projecto Poliemprende.

Constituição e activação das Comissões Pedagógicas de Curso.

Criação de um espaço físico próprio para disponível para reuniões das Comissões Pedagógicas de Curso e da Comissão Permanente.

Participação na Expotec 2008 no Pavilhão Multiusos

Criação e Implementação da “ Agenda Cultural da ESEV”

Co-organização dos “Dias Abertos”

Organização do Ciclo “O cinema a teus pés”.

Organização de Tertúlia – “Mobilidade Europeia” – dinamizada pela Prof. Doutora Véronique Delplancq.

“*Visões Persistentes*” – exibição das animações apresentadas ao Concurso de Arte Digital, Imagem animada, do IV Congresso dos Alunos.

Organização de um Jantar convívio de final de ano lectivo.

Organização do Sarau Cultural da ESEV.

Organização de um dispositivo, participado pelas Comissões de Curso, de acolhimento aos novos alunos no início do ano lectivo.

### **Curso Educação Social**

No âmbito das medidas de apoio ao sucesso escolar houve, desde a primeira versão do curso, a preocupação com uma atitude de monitorização das unidades curriculares através de inquéritos passados aos alunos e aos docentes em cada ano lectivo. As reuniões promovidas com os alunos estagiários e com as

Instituições cooperantes, na consagração dos protocolos realizados com as diferentes entidades, assim como; com os docentes ainda que em número inferior ao desejado, permitiram contribuir para uma maior articulação. Entende-se no entanto que importa generalizar com carácter de maior acuidade estes momentos de trabalho conjunto, tendo por referência a avaliação efectuada e resultante dos questionários de monitorização. Já no respeitante ao desenvolvimento de competências extra-curriculares os alunos foram informados da existência do Suplemento ao Diploma e da possibilidade de verem, desde que certificadas pela ESEV, as participações em trabalhos no âmbito da Educação Social reconhecidos, no respectivo certificado de licenciatura. Nestas situações inclui-se nomeadamente o trabalho de voluntariado em que um número significativo de alunos está inscrito. Também o actual *Regulamento de Frequência e de Avaliação* veio a permitir a possibilidade de realização de unidades curriculares para além das consignadas no número de ECTS previstos no curso, independentemente de fazerem parte de outras licenciaturas desta unidade orgânica ou de outras, o que, a nosso ver, abrirá novas perspectivas aos alunos. Há contudo ainda muito a fazer nomeadamente no sentido da promoção de congressos e cursos breves orientados na ESEV para a comunidade, discentes e docentes.

### **Curso de Animação Cultural**

A Coordenação do curso de Animação Cultural realiza, no início de cada ano lectivo, uma reunião geral com todos os docentes que nele leccionam, entre outras razões, para promover a interdisciplinaridade e a articulação das diversas unidades curriculares do curso. Nela são abordados e discutidos assuntos referentes ao curso, tais como, a realização dos estágios, opções, características e especificidades dos alunos que frequentam o curso, espaços e recursos materiais para a leccionação das unidades curriculares, propostas de actividades extra-curriculares, etc.

No que concerne ao processo de ensino-aprendizagem tem-se fomentado a implementação de metodologias de ensino diversificadas, umas decorrentes da gestão institucional outras da iniciativa das áreas predominantes no curso, entre as quais destacamos: a utilização da plataforma *elearning* e as suas inerentes potencialidades; a disponibilização de horários de apoio às diversas unidades curriculares, com particular incidência nas unidades curriculares específicas do

curso que pressupõem um acompanhamento mais individualizado; aos alunos portadores de deficiência tem-se tido o cuidado de personalizar o apoio e acompanhamento através da adopção de estratégias diversificadas; a realização de sessões no exterior (teatros Viriato e Mirita Casimiro, CEFAC – Centro de Estudos e Formação de Artes Cénicas nos serviços centrais do Instituto Superior Politécnico, destinado à promoção e incentivo de actividades artísticas) e de visitas de estudo a várias instituições culturais/artísticas (ao Museu Grão Vasco, Museu de Lamego, Casa Estúdio Carlos Relvas, na Golegã, entre outras) privilegiando a interligação de conteúdos e práticas.

Os alunos têm sido estimulados e envolvidos na organização de eventos de várias ordens: na sinalização de actividades académicas de relevância institucional, de acções de solidariedade social, de projectos individuais/colectivos de animação artística apadrinhados por várias entidades regionais públicas e privadas.

### **Curso de Comunicação Social**

O apoio à promoção do sucesso escolar e ao desenvolvimento de competências dos alunos manifestam-se.

Dinamização da Rádio ESEV pelos alunos de Comunicação Social;

Exposição “Viseu Viva” organizada pelos alunos do Curso de Comunicação Social no Instituto Português da Juventude, Viseu.

Co-tutoria de alunas do Curso de Comunicação Social licenciadas pela E.S.E.V. seleccionadas para Estágios em Espanha, ao abrigo do Programa Leonardo da Vinci.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem, referimos ainda o pendente teórico - prático, ou prático, da maioria das unidades curriculares, o que, aliado à implementação de um conjunto de estratégias fomentadoras de uma participação activa por parte do discente, consideramos contribuir para o aprofundamento de competências que vão no sentido da aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional.

Salientamos, também, os recursos colocados à disposição dos discentes, no desenvolvimento das actividades lectivas, como Centro de Estudos e Formação de Artes Cénicas, Centro de Meios Audiovisuais, Laboratório de Arte Digital, o Centro de Documentação e Informação ou o Laboratório de Fotografia.

Destacamos, por último, um conjunto de actividades que incluem exposições dos trabalhos realizados pelos alunos nas disciplinas de âmbito artístico; visitas de estudo a museus, locais históricos, teatros, Gráficas, e a participação em projectos que possibilitam a ligação entre a escola e a comunidade/ mercado de trabalho (ex: Instituto Português da Juventude e Grupo Visabeira).

### **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

Como medidas fomentadoras do sucesso escolar, destacamos, em primeiro lugar, as horas de apoio às unidades curriculares, instituídas pelos órgãos de gestão da escola, que permitem um reforço de estratégias cujo objectivo será compensar dificuldades individuais, detectadas quer por docentes, quer pelos discentes.

### **Curso Educação Ambiental**

Objectivando uma melhoria da qualidade das aprendizagens e consequente promoção do sucesso escolar, os docentes: i) utilizam metodologias de ensino inovadoras, que incluem uma forte componente de trabalho prático investigativo, de campo, laboratorial e colaborativo; ii) apoiam individualmente os estudantes durante as horas de trabalho autónomo, permitindo-lhes o desenvolvimento de tarefas em falta, previstas no cronograma de actividades semestral e a reestruturação de actividades de trabalho prático e de outros elementos de avaliação e iii) preconizam a sistemática análise reflexiva dos estudantes sobre os seus processos, procedimentos e resultados da aprendizagem.

Foram tomadas as diligências necessárias à frequência dos estudantes de um Curso de Iniciação ao Vídeo e de um Curso Intermédio de Vídeo, a promover nos Serviços de Audiovisuais do Instituto Politécnico de Viseu, no início do ano lectivo de 2008/2009, bem como os procedimentos adequados para que estas actividades extra-curriculares constem como suplemento ao diploma, nos processos individuais dos alunos.

### **Curso Educação Básica**

Quer por parte dos órgãos de gestão, quer do Coordenador do Curso, quer dos docentes do Curso houve a preocupação de apoio aos alunos, destacando-se:

-Inclusão, nos horários dos docentes, de tempos especificamente destinados a apoio aos alunos;

-Inclusão no Calendário Escolar de período para aulas de compensação, garantindo-se o cumprimento integral das horas do plano de estudos;

-Avaliação diferenciada em função da especificidade dos alunos (contínua, periódica, final, de recurso/melhoria;

-Análise de situações relativas a dificuldades apresentadas pelos alunos, nomeadamente nas unidades curriculares da Matemática;

-Prestação de apoio específico pelos docentes da Área Científica de Matemática em sessões, com as turmas, para além das aulas e do tempo previsto nos horários para apoio, acordadas pelos docentes com os alunos;

-Disponibilização de recursos (bibliográficos, documentos de apoio, acesso à Internet, por *Wireless*, nos múltiplos espaços da Escola.

### **Curso de Educação Visual e Tecnológica**

Participação na abertura solene do ano lectivo.

Participação nas Comemorações do XXV Aniversário da ESEV.

Participação nas comemorações da ESEV (cerimónia comemorativa da efeméride, seguida de debate e convívio).

Contributos vários para a construção do novo Regulamento de Frequência e Avaliação da ESEV.

Preenchimento das Fichas de Monitorização das Unidades Curriculares do Curso segundo o Modelo de Bolonha.

Apresentação do Projecto Poliempreende, em sessão plenária do Conselho Pedagógico da ESEV e posterior dinamização do mesmo.

Apoio e colaboração activa no funcionamento pleno das Comissões Pedagógicas do Curso.

Participação no Ciclo “O cinema a teus pés”.

Participação na tertúlia – “Mobilidade Europeia” Orientada pela Professora Doutora Véronique Delplancq.

“Visões Persistentes” – exibição das animações apresentadas ao Concurso de Arte Digital, Imagem Animada, do IV Congresso dos Alunos.

Contributos vários na idealização, na produção e na participação/performance no sarau Cultural da ESEV.

Exposições diversificadas dos múltiplos trabalhos executados nas várias disciplinas praticas (oficinais/ artísticas) do plano de estudos do curso no espaço expositivo próprio.

Colaboração na construção do Calendário para o ano lectivo 2008-2009.

Organização de actividades conviviais de final de ano lectivo.

### **Curso de Publicidade e Relações Públicas**

- Envolvimento de alguns alunos na organização de um evento no âmbito das disciplinas de “Recursos Humanos e Organização Estratégica I” e “Marketing I”

- Reforço da formação no âmbito das Línguas Estrangeiras.

- Criação de plataforma de e-learning para todas as disciplinas do 1º ano

- Formação pós-graduada de docentes na área específica do Curso

## **3. SISTEMA DE CRÉDITOS E RECONHECIMENTO**

### **a) Implementação e utilização do ECTS como sistema de transferência e acumulação**

#### **Escola Superior de Educação de Viseu**

#### **Cooperação Internacional// ECTS**

Desde 2002, a ESEV entrou no processo de implementação do sistema ECTS (atribuição de créditos às unidades curriculares das várias formações; passagem da antiga classificação de créditos para a classificação ECTS). Em paralelo, o Gabinete de Cooperação Internacional/ ECTS conduziu, na ESEV, o processo de elaboração dos pacotes informativos/ recolha de dados e da respectiva actualização junto dos vários serviços e órgãos da ESEV; apoiou ao processo de acreditação das propostas de novas formações.

## **b) Implementação e utilização do Suplemento ao Diploma**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

#### **Cooperação Internacional// ECTS**

Na ESEV, procedeu-se à elaboração e, em 11 de Julho de 2007 divulgaram-se os procedimentos a adoptar para a recolha de dados para o preenchimento do Suplemento ao Diploma (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 2.5.2.).

## **c) Implementação e utilização do Europass Mobilidade**

## **d) Procedimentos institucionais para o reconhecimento de graus, qualificações e aprendizagens diversas, obtidos em Portugal ou no estrangeiro**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

Quanto a este aspecto, encontra-se neste momento disponível e em vias de implementação o *Regulamento de Creditação da Formação e Certificação da Experiência Profissional* pelo que é ainda prematuro analisar do seu impacto.

Os procedimentos relativos ao reconhecimento de graus, obtidos quer em Portugal, quer no Estrangeiro, seguiram os trâmites processuais previstos na legislação em vigor (Decreto-Lei N.º 283/83, de 21.06), tendo o Conselho Científico indeferido, em 2007, um pedido de reconhecimento do grau de licenciatura, e deferido, em 2008, um pedido de reconhecimento do grau de licenciatura.

## **4. COOPERAÇÃO E MOBILIDADE NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL**

### **a) Promoção da cooperação e mobilidade no espaço nacional: estruturas, recursos, parcerias e projectos/actividades**

### **Escola Superior de Educação de Viseu**

Aprovação, em 31.10.2008, do 2º ciclo de Estudos em Ensino de Inglês e de Francês no Ensino Básico em associação (com os Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal e a Universidade do Algarve).

Em 2006, constituiu-se, entre o Instituto Politécnico de Castelo Branco e o Instituto Politécnico de Viseu, uma parceria para a realização do 2º Ciclo de Estudos em Animação Artística.

### **Carta Educativa do Concelho de Viseu – Parceria da Câmara Municipal de Viseu com a ESEV (2006): Impacto no estreitamento de laços com a Comunidade Educativa e reflexos nos cursos por Bolonha**

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, confere novas responsabilidades aos municípios prevendo a transferência efectiva de competências para as autarquias, relativamente à instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, órgão que institucionaliza a intervenção das comunidades educativas ao nível do concelho, e à elaboração da Carta Educativa, instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino.

A Carta Educativa é entendida como o principal instrumento de apoio à decisão, por parte de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos da educação e formação num determinado território. Trata-se de um instrumento de planeamento que, de forma estruturada, permite uma racionalização dos meios existentes, adaptando-os às dinâmicas e necessidades das comunidades educativas que integram o concelho.

Para a sua elaboração e construção da Carta Educativa, a Câmara Municipal solicitou a colaboração da ESEV, tendo para o efeito sido celebrado o respectivo protocolo. Da equipa que, na ESEV, se constituiu para a construção e redacção da Carta Educativa do Concelho de Viseu, fizeram parte Esperança do Rosário Ribeiro; Maria de Jesus Fonseca; Abel Figueiredo; Luís Nóbrega.

A Carta Educativa do Concelho de Viseu foi aprovada pelo Ministério da Educação e encontra-se em vigor.

Pelos objectivos nesse documento contemplados (Ajustar a evolução do sistema educativo do concelho em função do seu desenvolvimento económico, social, demográfico e cultural; definir prioridades e estratégias de actuação; tomar

decisões relativamente à construção de novos estabelecimentos de ensino, ao encerramento de escolas e à adaptação e reconversão do parque escolar, optimizando a funcionalidade da rede escolar existente e a sua expansão; gerir os recursos humanos e materiais destinados à educação; adequar a rede educativa às dinâmicas sociais e ao desenvolvimento urbanístico do concelho) depreende-se a pertinência desta parceria, nomeadamente, no sentido de ter contribuído para facilitar o trabalho que, posteriormente, se veio a realizar no estabelecimento de Protocolos para os cursos de Formação de Professores, por Bolonha, com as Instituições da região, uma vez que foram inúmeros os contactos/reuniões com as instituições educativas do concelho.

### **Conselho Científico da ESEV: Cooperação, parcerias e projectos**

A atitude colaborativa e de trabalho cooperado na ESEV, no âmbito do Conselho Científico, alargou-se a outras Instituições de Ensino Superior, dos subsistemas Politécnico e Universitário, tendo decorrido encontros, a propósito das mudanças promovidas por Bolonha, com as Escolas Superiores de Educação de Castelo Branco, Santarém, Coimbra, Leiria, Guarda, etc., assim como com departamentos da Universidade de Aveiro e Faculdades da Universidade de Coimbra. Da mesma forma, devem considerar-se os trabalhos de cooperação na área da investigação entre os quais se destaca a presença da representação do Conselho Científico, nomeadamente; na apresentação do concurso para o financiamento de projectos de investigação sobre *factors e condições que contribuam para promover o sucesso escolar e combater o abandono no ensino básico e secundário*, que decorreu na Reitoria da Universidade de Lisboa, em Maio de 2008.

Consideram-se ainda como pertinente no âmbito das referidas parcerias e projectos e a ter em linha de conta, nomeadamente as que foram promovidas em parceria com o Ministério da Educação e, particularmente, com a Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), ao abrigo de protocolos, onde se destacam:

- A formação promovida, no decorrer do ano lectivo 2007/2008, na área da Educação Especial; Ensino Experimental das Ciências; Programa Nacional de Ensino do Português (PNEP), Programa da Formação Contínua em Matemática,

Projecto Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias (DQP), este último na área da Educação de Infância.

- A investigação desenvolvida ao abrigo dos referidos projectos, onde se inclui o Estudo de Caso, num Jardim-de-Infância de um Agrupamento de Escolas de Viseu, decorrente do projecto DQP (que aguarda publicação).

Destacam-se, no âmbito das parcerias com a comunidade, pela sua especial relevância, associada à recente aprovação de todos os cursos de Mestrados propostos no âmbito da Formação de Professores, os novos Protocolos (cerca de duas dezenas) com Agrupamentos de Escolas da Comunidade, celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro, com o intuito de regular a colaboração institucional entre a Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV) e os Agrupamentos de Escolas ou Escolas não agrupadas, de forma a possibilitar aos alunos da ESEV a realização de actividades *de Iniciação à Prática Profissional* e de *Prática de Ensino Supervisionada*, tendo em vista a aquisição e desenvolvimento de competências básicas, consignadas na Lei, relativas ao conhecimento da instituição escolar e da comunidade envolvente, à aplicação integrada e interdisciplinar dos conhecimentos adquiridos e ao domínio de métodos e técnicas relacionados com o processo de ensino aprendizagem, ao trabalho em equipa, à organização da Escola e à investigação educacional.

### **Curso Educação Social**

No âmbito das parcerias, projectos/actividades refere-se a existência de três dezenas de protocolos com entidades ligadas a *i) serviços e equipamentos orientados para Crianças e Jovens, ii) Idosos, iii) Família e Comunidade, iv) Respostas Sociais Integradas v) Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência*, a partir dos quais são desenvolvidos/implementados os projectos de Estágio, e que têm permitido, pela reflexão efectuada, situações de impacto favorável nos contextos.

Assim, consta nomeadamente dos objectivos do referido protocolo o *Fomentar a cooperação entre as Instituições signatárias, de modo a possibilitar uma maior articulação entre os perfis profissionais dos alunos e as exigências do mercado de trabalho*. Da mesma forma, no respeitante às obrigações da ESEV assumiu-se a *colaboração no desenvolvimento de programas, projectos e*

*acções da responsabilidade da Instituição/ Serviço, desde que no âmbito da missão da ESEV.* Passamos a identificar as Instituições com as quais existe protocolo firmado para este curso de licenciatura:

- Juntas de Freguesia de Abraveses; Bodiosa; Cavernães; Coração de Jesus; Fragosela; Mundão; Orgens; Povolide; Ranhados; Repeses; Rio de Loba; Santa Maria; S. João de Lourosa; S. José; Torrefeira; Vila Chã de Sá;

- Câmaras Municipais de Viseu e de S. Pedro do Sul;

- Centro Sociais e Paroquiais da Boa-Aldeia; de S. José; Centro Social de Torredeita ;

- Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (Delegação de Viseu); Caritas de Viseu; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (Viseu); Confraria de S. António (Lares de Crianças e Jovens - Rapazes); Internato Viseense de Santa Teresinha (Lar de Crianças e Jovens – Raparigas); Escola Secundária de Carregal do Sal; Guarda Nacional Republicana; Santa Casa da Misericórdia e mais recentemente; Agrupamento de Escolas de Marzovelos e o Agrupamento de Escolas Grão-Vasco.

Considera-se, ainda, pertinente a representação do curso de Educação Social no CLAS (Conselho Local de Acção Social) do concelho de Viseu, na sequência de convite da Câmara Municipal de Viseu.

Da mesma forma é de destacar a parceria com o projecto interdisciplinar promovido pelo Agrupamento de Escolas de Marzovelos e cuja candidatura foi apresentada ao IDT, que inclui três eixos de intervenção 1) Prevenção; 2) Minimização de danos; 3) Integração social. A ESEV aderiu como parceiro no âmbito deste projecto, aí se perspectivando nomeadamente a realização de estágios no âmbito da licenciatura e Educação Social.

No momento efectua-se diligências no sentido de protocolar com a Segurança Social um trabalho de Intercâmbio e parceria para efeitos de realização de estágios e eventuais parcerias de investigação.

### **Curso de Animação Cultural**

No espaço Nacional, a coordenação do curso tem vindo a consubstanciar relações protocolares com diversas instituições, de modo a complementar a formação que os alunos adquirem na ESEV com a prática profissionalizante em potenciais entidades empregadoras. O estágio curricular tem-se afirmado como

um veículo catalisador de sinergias, conforme evidenciam, entre outros, os múltiplos protocolos celebrados no ano lectivo 2007/08:

- Associação Florinhas do Vouga, Aveiro;
- A Casita do Drax, Phantasticus, Viseu;
- Centro Juvenil Salesiano de Arouca, Arouca;
- Centro Paroquial e Social da Fonte da Arcada, Sernancelhe;
- Residência Rural de Repouso, Moimenta da Beira;
- Centro Social e Paroquial St. André Mataduços, Aveiro;
- Câmara Municipal de Arganil, Arganil;
- CASTIIS, Sanguêdo;
- INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, S. Pedro do Sul;
- Casa do Pessoal do Hospital de S. Teotónio, Viseu;
- ACERT – Associação Cultural e Recreativa de Tondela, Tondela;
- Museu Grão Vasco, Viseu;
- Teatro Viriato, Viseu.

### **Curso de Comunicação Social**

No âmbito deste Curso e no que respeita à cooperação foram vários os protocolos e parcerias institucionais estabelecidos com entidades externas tendo em vista, por exemplo, a realização do estágio curricular previsto para os alunos do curso.

Igualmente se fomentou a participação em eventos de interesse para os alunos do curso entre os quais se salientam, por exemplo:

- Participação nas Jornadas de Publicidade da Universidade Fernando Pessoa (Porto).
- Participação no 6º Congresso da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação)

### **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

Tendo como objectivo promover a cooperação no espaço nacional, a Área Científica de Educação Visual tem procurado estabelecer uma prática de colaboração continuada com diferentes instituições, que possibilitem aos alunos o contacto com diferentes realidades profissionais e artísticas, a saber:

- Museu Grão Vasco
- Instituto Português da Juventude
- Grupo Visabeira
- Teatro Viriato
- Departamento gráfico da RTP
- Museu Almeida Moreira
- Maionese Design (Gabinete de Design)
- Take Media (Gabinete de Design)
- Viseu TV

### **Curso de Educação Visual e Tecnológica**

Tendo como objectivo promover a cooperação no espaço nacional, a Área Científica de Educação Visual tem procurado estabelecer uma prática de colaboração continuada com diferentes instituições, que possibilitem aos alunos o contacto com diferentes realidades profissionais e artísticas, a saber:

- Museu Grão Vasco
- Instituto Português da Juventude
- Grupo Visabeira
- Teatro Viriato
- Departamento gráfico da RTP
- Casa Museu Almeida Moreira
- Maionese Design (Gabinete de Design)
- Take Media (Gabinete de Design)
- Viseu TV

### **Curso de Publicidade e Relações Públicas**

- Participação nas Jornadas de Publicidade da Universidade Fernando Pessoa (Porto)

- Participação no 6º Congresso da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação)

- Contactos preliminares com organizações públicas e privadas, essencialmente da região, com vista à assinatura futura de Protocolos de Colaboração, para efeitos de realização dos Estágios Curriculares dos formandos.

## **Programa de Acompanhamento Pedagógico da Utilização da Internet no 1º CEB / Projecto CBTIC@EB1**

Este programa, coordenado a nível nacional pelo Ministério da Educação, no distrito de Viseu coordenado pela ESEV, através de protocolo celebrado para o efeito, tinha como objectivo central promover iniciativas integradoras e sistemáticas para desenvolver uma cultura de utilização significativa das TIC nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. A ESEV acompanhou, no ano de 2006, 705 escolas, envolvendo 9 942 alunos e 1 181 professores. Todas as escolas do 1º Ciclo do distrito de Viseu foram visitadas por monitores da ESEV, visando os objectivos definidos no âmbito deste projecto: 1) desenvolvimento, junto dos professores, de capacidade de publicação na Web, com a participação activa dos alunos, nomeadamente na actualização da página da escola e/ou na construção de portfolios de turma; 2) promoção e certificação da aquisição de competências básicas em tecnologias de informação pelos alunos, conforme estabelecido no Decreto-lei nº 140/2001, de 24 de Abril; 3) promoção da constituição de comunidades de prática nas escolas em parcerias com outras entidades (outras escolas, portuguesas ou de países de língua portuguesa, autarquias, outras entidades). A concepção e planificação das acções de acompanhamento nas escolas, a sua implementação, a produção de recursos ([www.esev.ipv.pt/intenet1ciclo](http://www.esev.ipv.pt/intenet1ciclo)) e a sua avaliação constituíram-se, também, como oportunidade de investigação e de articulação entre as práticas da formação inicial de professores e as práticas em contexto profissional, valorizando a concepção e implementação do curso de 1º ciclo em educação básica e dos cursos de 2º ciclo de formação de professores.

### **Centro de Competência Nónio-ECRIE**

A ESEV é centro de competência desde 1997, trabalhando, em articulação com o Ministério da Educação, no sentido de promover uma real utilização e integração das TIC nas escolas do ensino básico e secundário da sua área de influência, mais concretamente no distrito de Viseu e em algumas escolas do distrito da Guarda. Em 2006/2007 a ESEV trabalhou com 52 escolas e em 2007/2008 com 62 escolas. Dentro do enquadramento geral definido pelo Ministério da Educação, a ESEV desenvolveu a sua estratégia em torno das seguintes linhas de actuação: 1) manutenção e dinamização de um espaço de

partilha de recursos e de boas práticas, o portal TE@R ([www.esev.ipv.pt/tear](http://www.esev.ipv.pt/tear)); 2) divulgação e disponibilização da plataforma Moodle a todas as escolas; 3). Formação de professores e, especialmente, formação de formadores nesta área; 4) Divulgação de projectos nacionais e internacionais junto das escolas e apoio na elaboração de candidaturas a projectos integradores das TIC. Salienta-se que este trabalho com as escolas integra muitas escolas já parceiras da ESEV, através e protocolos estabelecidos para a realização de estágios pedagógicos / práticas pedagógicas. Assim, é possível intensificar, no contexto da formação de professores, a relação entre este projecto e os projectos de formação inicial.

### **PFCM – Programa de Formação Contínua em Matemática**

O Programa de Formação Contínua em Matemática, actualmente dirigido a professores dos dois primeiros ciclos de ensino básico está a ser desenvolvido desde 2005/06 pela ESE de Viseu, através de protocolos celebrados entre o ME/DGIDC e a ESEV, coordenado, desde o seu início, pelo Professor Doutor José Luís Menezes. Já participaram no PFCM cerca de 1000 professores. O PFCM, que se inscreve na política educativa do governo português, visa diversos objectivos, dos quais se destacam: (i) Promover um aprofundamento do conhecimento matemático, didáctico e curricular dos professores; (ii) Favorecer a realização de experiências de desenvolvimento curricular em Matemática; (iii) Fomentar uma atitude positiva dos professores relativamente à Matemática e ao seu ensino; (iv) Criar dinâmicas de trabalho em colaboração entre os professores; (v) Promover uma articulação entre os professores do 1.º e 2.º ciclos ; (vi) Promover o trabalho em rede entre escolas e agrupamentos em articulação com as instituições de formação inicial de professores. Os conteúdos programáticos do Programa respeitam a quatro domínios fundamentais: (a) Os temas matemáticos; (b) A natureza das tarefas para os alunos; (c) A natureza dos recursos a utilizar, como contexto ou suporte das tarefas propostas; (d) A cultura de sala aula. Em termos de formas de operacionalização, o programa prevê três modalidades: Sessões conjuntas (SC); Sessões de acompanhamento (SA); Seminário final (SF). As SC, com uma duração de 3h, ocorreram quinzenalmente. No caso dos professores no segundo ano de programa, existem também 5 sessões de trabalho independente.

Associado ao Programa estão a decorrer três projectos de investigação centrados no desenvolvimento profissional de professores e nas aprendizagens dos alunos. Por último, é de destacar o site de apoio ao programa ([www.esev.ipv.pt/mat1ciclo](http://www.esev.ipv.pt/mat1ciclo)) que, desde a sua criação, vai já a caminho dos 40 mil visitantes.

### **PNEP - Programa Nacional de Ensino do Português**

O Programa Nacional de Ensino do Português - PNEP - foi lançado pelo Ministério da Educação em Outubro de 2006, sob a coordenação científica da Professora Inês Sim-Sim, com o objectivo de melhorar as práticas no ensino e aprendizagem do Português no 1º ciclo do Ensino Básico.

Durante o 1º semestre de 2006/2007 decorreu em Lisboa, na DGIDC, a formação disponibilizada às coordenações regionais. Frequentaram a formação, em representação da ESEV, as docentes Isabel Aires de Matos, coordenadora institucional, e Maria Adelina Castelo, assistente do 2º triénio da Área Científica de Português.

Feita a selecção de candidatos propostos pelos agrupamentos de escolas, decorreu na ESE de Coimbra, durante o 2º semestre de 2006/2007, a formação de formadores residentes da zona centro (Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda). Nesta formação participaram igualmente Maria Adelina Castelo, como formadora, e Isabel Aires de Matos, como coordenadora, com intervenção na concepção e implementação da formação, tendo assegurado igualmente a avaliação dos formandos de Viseu e da Guarda.

No final do ano lectivo de 2006/2007, foi feita a selecção, na DREC e na DREN, das novas candidaturas dos agrupamentos à formação, tendo esta formação decorrido durante o ano lectivo de 2007/2008 para os chamados Formadores Residentes.

Em 6 de Setembro de 2007, participámos na reunião de coordenadores institucionais em Lisboa, na DGIDC, para receber orientações sobre as acções a implementar durante o ano lectivo de 2007/2008.

Elaborámos o Plano de Formação PNEP - Núcleo Viseu-Guarda, para o ano lectivo de 2007/2008, que decorreu na ESEV, aprovado em Outubro de 2007 pela Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa.

Este plano contemplou três acções - A, B e C:

Acção A - decorreu nos Agrupamentos de Escolas, seleccionadas em 2006/2007, realizado pelos "Formadores Residentes" (professores do 1º CEB que fizeram a sua formação na turma de Coimbra em 2006/2007). Foram 9 os Formadores Residentes: 7 do distrito de Viseu e 2 do distrito da Guarda; acrescidos de Mariana Oliveira Pinto, assistente do 2º triénio da área Científica de Português, que fez a formação - em substituição de um Formador Residente - no Agrupamento de Escolas Gomes Eanes de Azurara, em Mangualde. Foram 110 os professores do 1º Ciclo em formação, no âmbito da Acção A.

A Acção B - decorreu na ESEV, quinzenalmente às quartas-feiras, das 14H00 às 18H00 e iniciou-se a 13 de Setembro. Tratou-se da formação e acompanhamento dos Formadores Residentes, da responsabilidade da coordenação de Viseu (Isabel Aires de Matos e Mariana Oliveira Pinto). As horas de apoio à formação dos Formadores Residentes foram 20 horas por formador. Acresceram 9 horas de sessões de aprofundamento de temas e 12 horas de sessões plenárias regionais, onde também estiveram os formandos provenientes dos Agrupamentos.

Acção C - decorreu na ESEV, às sextas-feiras à tarde (14H00 às 18H00) e ao Sábado de manhã (9H00 às 13h00); esta foi a nova turma de Formadores Residentes, seleccionada em 2007/2008, constituída por 21 formandos, 14 do distrito de Viseu e 7 do distrito da Guarda.

## **Programa de Formação de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico em Ensino Experimental das Ciências**

### **Razões justificativas da Acção**

A promoção de condições nas escolas e de competências dos professores para a implementação do ensino das Ciências de base experimental no 1º Ciclo do Ensino Básico é considerada um dos factores fundamentais para a formação científica dos alunos, a qual deve ser iniciada nos primeiros anos de escolaridade, e indutor de maior apetência dos jovens, quer para a escolha de carreiras relacionadas com a Ciência e a Tecnologia, quer para o acompanhamento e intervenção em questões socio-científicas. Apesar dos progressos alcançados na formação inicial de professores do 1º Ciclo EB nos últimos anos, é necessário desenvolver medidas para proporcionar a todos os professores em exercício neste

nível de escolaridade, formação em educação em Ciências. Com efeito, a maioria não terá, certamente, tido grandes oportunidades neste domínio, pelo menos na perspectiva de uma orientação enformada pela investigação recente em Didáctica das Ciências, dado o número ainda exíguo de formadores (mestres e doutores) neste campo, em Portugal. Além disso, os estudos têm vindo a mostrar que as

r á t i	Viseu	Nº de Formandos	
		2006/2007	2007/2008
		1º Ano	1º Ano      2º Ano
	DREC	45	150      23
	DREN	66	55      46

cas de ensino das Ciências nas escolas são ainda incipientes, quer em metodologias de trabalho, quer em tempo curricular que lhes é destinado.

### **Destinatários da Acção (Escola Superior de Educação de Viseu)**

Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico

<b>Agrupamentos e Escolas</b>			
<b>Ano Lectivo</b>	<b>1º Ano</b>	<b>2º Ano</b>	<b>Totais</b>
2006/2007	25 Agrupamentos 86 Escolas		25 Agrupamentos 86 Escolas
2007/2008	34 Agrupamentos 117 Escolas	23 Agrupamentos 53 Escolas	57 Agrupamentos 170 Escolas

### **Objectivos do Programa**

Aprofundar a compreensão dos professores do 1º CEB sobre a relevância de uma adequada Educação em Ciências para todos, de modo a mobilizá-los para uma intervenção inovadora no ensino das Ciências nas suas escolas.

Promover a (re)construção de conhecimento didáctico de conteúdo, com ênfase no ensino das Ciências de base experimental nos primeiros anos de escolaridade, tendo em consideração a investigação em Didácticas das Ciências, bem como as actuais Orientações Curriculares para o Ensino Básico das Ciências Físicas e Naturais.

Promover a exploração de situações didácticas para o ensino das Ciências de base experimental no 1º CEB, através do aprofundamento e/ou reconstrução de conhecimento científico e curricular.

Promover a produção, implementação e avaliação de actividades práticas, laboratoriais e experimentais para o ensino das Ciências no 1º CEB.

Desenvolver uma atitude de interesse, apreciação e gosto pela Ciência e pelo seu ensino.

### **Metodologias de realização da Acção**

Para a consecução dos objectivos acima enunciados, o Programa de Formação é operacionalizado em sessões teórico-práticas, no âmbito das quais devem ser abordadas as temáticas atrás enunciadas.

### **Sessões de formação**

O Programa de Formação, no qual os Professores-Formandos (PF) são envolvidos, compreende sessões de tipologia diversa e com diferentes intervenientes, estando sempre presente, pelo menos, um Formador:

- **Sessões Plenárias** (SP) com todos os PF da Instituição - assumem predominantemente o formato teórico-ilustrativo;
- **Sessões de Grupo** (SG) em grupo de 8-12 PF; **Sessões de Escola** (SE) em grupo de 4-6 PF - são fundamentalmente de cariz teórico-prático e prático, direccionadas para a preparação, execução e discussão com e pelos PF, das Actividades Práticas a desenvolver em sala de aula;
- **Sessões de Acompanhamento em Sala de Aula** (SA) Formador-PF – observação de práticas lectivas do PF em sala de aula, pelo formador, seguidas de análise reflexiva.

Cada Professor-Formando deverá cumprir 63 horas de formação.

## **Regime de avaliação dos formandos**

Os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação, bem como os requisitos de assiduidade mínima são estabelecidos pelo Coordenador Institucional e Formadores da Rede de Escolas.

A partir de elementos de avaliação (assiduidade, dinamização de actividades experimentais em sala de aula, *portfolio*) indicados pela Coordenação Nacional do Programa de Formação, cada uma das equipas de formação (Coordenadora Institucional e Formadores) operacionalizam formas de executar a avaliação.

### **O contributo da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu no âmbito do Projecto Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias (DQP), na área da Educação de Infância, com a DGIDC: Impacto na Formação de Educadores**

O projecto “Effective Early Learning” surgiu em Inglaterra na tentativa de dar resposta à necessidade de estabelecer uma estratégia articulada de avaliação e melhoria da qualidade, numa grande diversidade de contextos de educação pré-escolar. O Ministério da Educação, através da Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), adquiriu os direitos de autor, passando o projecto a denominar-se “Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias”. Este projecto centra-se na aplicação de um modelo de avaliação e de Desenvolvimento da Qualidade nos estabelecimentos de educação pré-escolar, numa perspectiva holística. Este modelo pode ser aplicado na formação profissional dos educadores e na monitorização e revisão das práticas educativas dos jardins-de-infância tendo em vista uma melhora da qualidade institucional. No âmbito do projecto, a DGIDC concretizou um plano de formação de formadores, com a colaboração de várias Universidades e Escolas Superiores de Educação de Institutos Politécnicos do País, que contou com a colaboração da Professora Doutora Júlia Formosinho na qualidade de consultora científica. Durante o ano lectivo de 2007/08, desenvolveu-se um processo de implementação e de aferição do projecto a nível nacional, promovido pela DGIDC, que conta igualmente com a Professora

Doutora Júlia Formosinho na qualidade de consultora científica, e com uma equipa constituída por investigadores de diferentes Universidades e Institutos Politécnicos do país (Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Universidade de Aveiro, Universidade de Évora, Universidade de Trás-os-Montes, e Alto Douro, Escolas Superiores de Educação dos seguintes Institutos Politécnicos: Bragança, Castelo Branco, Leiria, Lisboa, Santarém, Setúbal, Porto, Viseu), Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Fundação Bissaya Barreto - Coimbra, Colégio Valsassina – Lisboa, e elementos da DGIDC. Equipa a nível Nacional: Júlia Formosinho – Universidade do Minho; Ângela Lemos – ESE de Setúbal; Assunção Folque – Universidade de Évora; Clara Craveiro – ESE Paula Frassinetti; Cristina Pereira – ESE de Castelo Branco; Esperança do Rosário J. Ribeiro – ESE de Viseu; Gabriela Portugal – Universidade de Aveiro; Graciete Monge – Helena Luís – ESE de Santarém Isabel Kowallski – ESE de Leiria; Maria Gabriel Cruz – Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro; Rosa Novo – ESE de Bragança; Sara Araújo – ESE do Porto; Teresa Vasconcelos – ESE de Lisboa; Conceição Baptista – DGIDC; Helena Gil – DGIDC; Isabel Carvalho – DGIDC; Liliana Marques – DGIDC; Luísa Ucha – DGIDC, Lúcia Santos – Fundação Bissaya Barreto (Coimbra); Madalena Alves – Colégio Valsassina (Lisboa).

A Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV) foi convidada a integrar a equipa nacional do projecto, nomeadamente através da Professora Doutora Esperança Jales Ribeiro. Para a concretização dos propósitos do projecto, foi constituída uma equipa a nível da ESEV que integra os seguintes elementos:

*Responsável e Conselheira Externa: Prof. Dra. Esperança do Rosário J. Ribeiro*

*Elementos de apoio DQP: Mestre Catarina Vasconcelos, Mestre Maria Figueiredo (docentes da ESEV) e Educadora Filomena Barreiros (responsável de estabelecimento)*

*Equipa de apoio ao desenvolvimento do projecto: Prof. Dr. António Ferreira Gomes, Mestre Rute Moura, Mestre Sara Felizardo, Dra. Rosina Fernandes (docentes da ESEV)*

*Equipa docente do JI: Educadora Filomena Barreiros e Educadora Conceição Neto*

*Alunos a realizarem PP 3 no JI: Ana Simão, Susana Cunha, Alexandra Ferreira, Marisa Matos, Tatiana Coutinho e Carla Lopes*

Em cada uma das instituições parceiras foram desenvolvidos *estudos de caso* no terreno com equipas constituídas para esse fim e lideradas pelos referidos investigadores num processo acompanhado pela DGIDC e respectiva consultora do projecto. Em simultâneo, foram delineados processos de formação contínua na

área com o objectivo de preparar os profissionais de educação de infância interessados na implementação do processo de desenvolvimento de qualidade nas suas instituições. Para o efeito, a DGIDC propôs a acreditação de uma acção de formação na modalidade de projecto, contanto como consultores científico-pedagógicos; Esperança do Rosário J. Ribeiro e Teresa Vasconcelos. Decorreu uma turma, na referida modalidade de formação, na ESE de Viseu e dezoito a nível nacional.

A equipa na ESEV desenvolveu dois processos de investigação-acção relativos ao projecto DQP:

1. Estudo de caso de implementação do processo de desenvolvimento de qualidade, baseado no manual DQP, tendo em vista a sua aferição e contextualização ao sistema educativo português, nomeadamente à educação pré-escolar.

2. Análise de alguns dos instrumentos do processo de desenvolvimento da qualidade (escalas e guiões de entrevista) em termos de relevância para a formação inicial e contínua de educadores de infância.

Pretendeu-se, assim, articular o trabalho realizado no âmbito do projecto *Desenvolvendo Qualidade em Parcerias* (DQP) com espaços curriculares da Licenciatura em Educação de Infância, nomeadamente, as disciplinas mais próximas da iniciação à prática profissional – *Prática Pedagógica I* (2.º ano, anual), *Prática Pedagógica II* (3.º ano, anual), *Prática Pedagógica III* (4.º ano, anual) e *Seminário (Investigação-acção)* (4.º ano, anual) – e com a formação de educadores de infância cooperantes, ligados à mesma licenciatura. Estes esforços de formação na utilização das escalas e na prática de promoção da qualidade abrangeram cerca de 300 alunos e de 30 educadoras de infância. A contextualização do Manual DQP centrou-se num estudo de caso a desenvolver numa instituição pública de educação pré-escolar da cidade de Viseu (Jardim-de-Infância de Paradinha, do Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique) que colabora com a disciplina de *Prática Pedagógica III* (4.º ano, anual).

Tanto na estratégia de formação como na estratégia de contextualização, foram objectivos do projecto da ESEV:

- *Apreciar a exequibilidade e a relevância da utilização do manual DQP em contextos de educação pré-escolar da cidade de Viseu;*

- *Caracterizar o impacto da formação DQP sobre as práticas e concepções dos formandos e educadores de infância, nomeadamente sobre a participação da criança nos processos educativos;*
- *Identificar concepções de formandos e educadores de infância sobre o papel da investigação na identidade profissional e no processo de construção de conhecimento profissional de profissionais de Educação de Infância;*
- *Caracterizar processos de construção de conhecimento profissional de profissionais de Educação de Infância, focalizando a relevância e significado das escalas do projecto DQP como instrumento de formação inicial e contínua;*
- *Caracterizar concepções de crianças a frequentar a educação pré-escolar na cidade de Viseu sobre os esses contextos e as suas vivências nesses contextos, nomeadamente no que respeita às TIC.*

O investimento nestas diferentes vertentes, permitiu antecipar a divulgação de processos e resultados dos estudos que constituem o projecto da ESEV em eventos científicos da área da Educação de Infância.

Para o apoio à realização das várias dimensões do projecto, foi criado um espaço no Moodle<sup>7</sup> onde foram disponibilizados documentos referentes ao desenvolvimento do projecto (produzidos pela equipa nacional e da ESEV), artigos científicos relevantes para as temáticas envolvidas e legislação e outra documentação do Ministério da Educação e a nível internacional relativamente à área da educação de infância. Foi ainda dinamizado um fórum de notícias e de discussão relacionado com a vivência do projecto.

O projecto foi implementado no decorrer do ano lectivo 2007/08 culminando na publicação dos estudos de caso, da responsabilidade da DGIDC, e na disponibilização do manual DQP, contextualizado à realidade portuguesa, aos profissionais e instituições de educação de infância (previstos para o início deste ano lectivo de 2008-2009).

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://moodle.esev.ipv.pt/dqp>

**b) Promoção da cooperação e mobilidade no espaço internacional: estruturas, recursos, parcerias e projectos/actividades**

**Escola Superior de Educação de Viseu**

**Cooperação Internacional//ECTS**

a) Divulgação, em vários momentos temporais, de informações relevantes (por exemplo: abertura de candidaturas e prazos);

b) Participação nas várias modalidades do Programa ERAMUS (mobilidade docente, não docente e discente, acolhimento de pessoal de empresa) (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 3.3.)

c) Aplicação das várias regras e procedimentos e respectivas actualizações (em consonância com as directrizes da Agência Nacional) do “Regulamento Interno dos Programas Comunitários” da ESEV (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 3.3.1.2.2.), nomeadamente no âmbito das várias mobilidades (seriação e selecção de candidatos, divulgação, acompanhamento do período em mobilidade, processo de aplicação das regras de conversão das classificações, processo de recolha da avaliação em formulários próprios, respectivas aprovações em Conselho Científico e envio às entidades competentes, ...);

d) Elaboração e aplicação de vários procedimentos internos, nomeadamente:

- Os procedimentos a adoptar para propostas de parceiros, projectos, ... ao nível nacional e internacional em 3 de Janeiro de 2008 (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 3.1.);

- Os procedimentos a adoptar para a inscrição de alunos em mobilidade em 11 de Fevereiro de 2008 (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 3.3.1.2.2.3.);

e) Pedido de elaboração do dossier, por curso, relativo à componente de Cooperação Internacional dos Cursos Bolonha em 3 de Julho de 2008) (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 3.1.);

f) Procura de novos parceiros para todos os cursos em funcionamento na ESEV: pesquisas, análise das possibilidades de equivalências, propostas de planos de equivalência e respectiva aprovação,

divulgação, no objectivo de diversificar e completar o quadro de parceiros da ESEV (ver [www.esev.ipv.pt/moodle](http://www.esev.ipv.pt/moodle), Cooperação Internacional, 3.1.);

g) Análise de novas possibilidades de integrar programas internacionais com parceiros diversos (Canada, Rússia ...), em colaboração com o Gabinete de Relações Internacionais do IPV;

h) Projectos:

- Acompanhamento do projecto Língua “Eu + I” com a coordenação da Universidade Católica, pólo de Viseu;
- Acompanhamento de um Programa Intensivo “*The Soul of Europe; worldviews and religious identities in a changing continent*”, sob a Coordenação geral da “Christelijke Hogeschool van Ede” (Países Baixos);
- Acompanhamento e participação activa no projecto Comenius 2 “od@ce” sob a Coordenação geral da “Inspection Académique de l’Allier” (França);
- Apoio à apresentação de novos projectos (nomeadamente no âmbito do Programa Leonardo da Vinci);
- Participação nos vários projectos coordenados pelo IPV no âmbito do Programa Leonardo da Vinci;

i) Apoio e acompanhamento da elaboração de protocolos com Instituições estrangeiras;

j) Apoio à apresentação de candidaturas no âmbito da mobilidade docente, não docente, discente e do acolhimento de pessoal de empresas;

k) Apoio aos alunos para a elaboração de projectos, de monografia, ... ligados à Cooperação Internacional;

### **Curso de Animação Cultural**

- Elaboração de Plano de equivalência com Université de Rennes, instituição parceira (plano de equivalência para o 2.º e 3.º anos), de modo a aproximar os perfis formativos de cada uma das instituições em causa (Junho de 2008).

- Frequência de disciplinas do curso de Animação Cultural por alunos estrangeiros, provenientes da Espanha e Polónia, no âmbito do Programa

ERASMUS (e.g., Módulo de Fotografia I e Expressão e Criatividade I, Artes Paracénicas, etc.).

### **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

O Instituto Politécnico, por iniciativa da Área Científica de Educação Visual, promoveu protocolos institucionais com algumas Universidades estrangeiras - Aquila Art Academy (Itália), Catania Art Academy (Itália), Akdeniz University (Turquia) - tendo como objectivo a mobilidade dos alunos e docentes do curso de APM, ao abrigo do Programa ERASMUS.

Frequência de disciplinas do curso de APM por alunos estrangeiros, no âmbito do Programa ERASMUS.

## **5. ENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NO PROCESSO DE BOLONHA. DIMENSÃO SOCIAL**

### **a) Envolvimento dos estudantes nas reformas de Bolonha**

#### **Escola Superior de Educação de Viseu**

O envolvimento dos alunos nas reformas de Bolonha fez-se através dos órgãos próprios, onde se destacam as actividades promovidas pelo Conselho Pedagógico e pela Associação de Estudantes. A contribuição dos estudantes formalizou-se através do preenchimento de questionários, concebidos para o efeito, tendo a opinião expressa sido devidamente considerada aquando da concepção do plano curricular em vigor.

#### **Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Viseu (AEESEV)**

Forte envolvimento da Associação de Estudante na implementação do Processo de Bolonha, através de fóruns de discussão na comunidade académica em que participaram alunos e professores.

## **Curso Educação Social**

O envolvimento dos alunos da licenciatura de Educação Social, nas reformas de Bolonha, fez-se através dos órgãos próprios para o efeito, salientando-se as actividades promovidas pelo Conselho Pedagógico e a Associação de Estudantes. Os contributos dados a partir da coordenação de curso ocorreram no âmbito do preenchimento de questionários de monitorização e reuniões desenvolvidas aquando da adequação do curso a Bolonha.

### **b) Serviços orientados para os estudantes**

#### **Escola Superior de Educação de Viseu**

##### **Serviços Académicos**

Com a introdução dos procedimentos relativos ao Processo de Bolonha, os Serviços Académicos introduziram, na sua actividade diária, alterações substanciais nos procedimentos a efectuar, em conformidade com as recomendações e valores ali preconizados.

Assim, incrementaram e actualizaram a página da ESEV em [www.essev.ipv.pt](http://www.essev.ipv.pt), nomeadamente no que concerne a informação legislativa, regulamentos e procedimentos internos, informações detalhadas sobre os diversos concursos de acesso ao Ensino Superior; Introduziram uma área de (FAQ) Perguntas Frequentes, reflectindo as dúvidas de maior interesse por parte dos alunos e utentes; Disponibilizaram-se ainda os Planos de Estudo de todos os cursos, formulários e requerimentos on-line, e incrementou-se a resolução de problemas e dúvidas por via Correio electrónico ([servicosacademicos@esev.ipv.pt](mailto:servicosacademicos@esev.ipv.pt)), em tempo útil.

Procurou-se, de uma forma global, dar maior visibilidade às diversas actividades e procedimentos dos Serviços Académicos, nomeadamente na relação Escola/Estudante/Utente.

No âmbito do Processo de Bolonha, estes serviços implementaram e desenvolveram todos os procedimentos decorrentes da transição curricular dos Planos de Estudo dos cursos pré-Bolonha para Bolonha, para que essa implementação ficasse efectiva em 2007/2008.

No âmbito da gestão académica dos alunos, foram introduzidas grandes alterações nos sistemas informáticos NETP@ e SIGES, conducentes a uma maior rapidez no atendimento dos alunos e facilidade na matrícula e inscrição on-line, incluindo pagamentos de propinas e emolumentos via SIBS e Multibanco.

O estudante passou a ter disponível, em tempo real, toda a informação relativa à sua actividade académica, nomeadamente registo dos dados pessoais e momentos de avaliação.

Potencializou-se a panóplia de informação relativa à política de promoção de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior de novos públicos, numa lógica de aprendizagem ao longo de toda a vida, através do exame destinado a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos.

Introduziram-se igualmente alterações profundas no que diz respeito ao processo de Creditação, através de novos formulários, em consonância com o novo regulamento de Acreditação de Competências.

Cumprindo o estipulado no DL 107/2008 de 25 de Junho, que altera o DL 74/2006, de 24 de Março, fizeram-se alterações em todas as certidões, devendo a titularidade dos graus obtidos pelos alunos ser comprovada, apenas, por DIPLOMA, tornando-se facultativo o requerimento do aluno em relação à Carta de Curso.

Com efeito, até agora, todo o aluno que requeresse a certidão de conclusão de curso estava obrigado a requerer também a Carta de Curso. **Por outro lado, a emissão de Diploma não carece de apresentação de qualquer requerimento, sendo emitida logo que o aluno conclua o grau em que se encontrava inscrito e matriculado.**

### **Curso Educação Social**

O IPV, assim como a ESEV, dispõem de serviços próprios orientados para os estudantes. Contudo no âmbito dos inquéritos de monitorização de curso (referentes aos anos lectivos 2005-2006, 2006-2007 e 2007-2008) foi viável

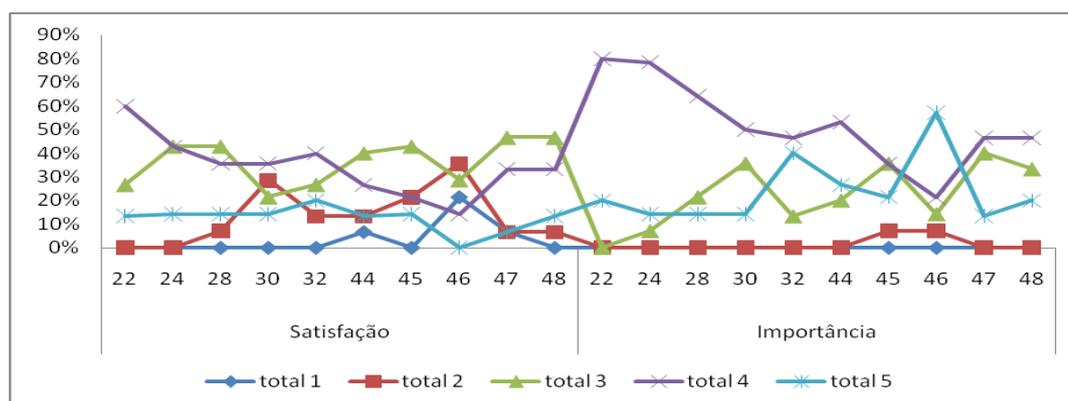
seleccionar os itens que permitem formar uma reflexão sobre alguns dos serviços orientados para os alunos (gráfico abaixo).

Da análise das respectivas respostas pudemos constatar o seguinte:

- Os serviços considerados como muito satisfatórios (nível 5) pelos alunos são os respeitantes à *acessibilidade à internet* (item nº 32) e como satisfatórios (nível 4) a *qualidade dos serviços da secretaria* (item nº 23) que reúne também um maior número de respostas no sentido de serem considerados importantes (nível 4) pelos alunos.

- Aqueles serviços que surgem como *nem muito nem pouco satisfatórios* (nível 3) são os que respeitam ao *funcionamento da Associação de Estudantes* (item nº 47) e ao *Apoio da mesma à integração dos alunos* (item nº 47)

Gráfico nº - Resultados obtidos nos itens relativos ao grau de satisfação com os serviços (seleccionados no questionário de monitorização de curso)



**Legenda:**

22. Qualidade dos serviços prestados pela secretaria; 24. Qualidade dos serviços prestados pelo CEDOC; 28. Qualidade dos serviços prestados pelo CMAV; 30. Qualidade dos serviços prestados pelo CI; 44. Qualidade dos serviços prestados no bar; 45. Qualidade dos serviços prestados na cantina; 46. Qualidade dos serviços sociais na atribuição de bolsas e outros benefícios sociais; 47. Funcionamento da Associação de Estudantes; 48. Apoio da Associação de Estudantes à integração dos alunos

**Escala**

1: Não adequado; 2: Pouco adequado; 3: Nem muito nem pouco adequado; 4: Adequado; 5: Muito adequado

- Os serviços considerados como *nada satisfatórios* (1) e *pouco satisfatórios* (nível 2) são respectivamente *i) a qualidade dos serviços sociais na atribuição de bolsas e outros benefícios sociais* (item nº 46), que é, simultaneamente, o *item* a que é dada maior importância (nível 5) pelos alunos, e *ii) a qualidade dos serviços prestados pelo Centro de Informática* (item nº 30),

também considerado importante pelos discentes, assim como *iii*) a *qualidade dos serviços prestados na Cantina* (item nº 45), que registam valores de (nível 2) com maior significado no âmbito desta amostra.

### **c) Estruturas e medidas de apoio aos estudantes em situação de desvantagem económica e portadores de deficiência**

#### **Escola Superior de Educação de Viseu**



Nas Instalações do Instituto Politécnico de Viseu (IPV) funciona um Centro, sob coordenação da área científica de Psicologia da ESEV, designado de Serviço de Psicologia SeP, ao abrigo de protocolo desenvolvido com o Instituto, em 2007. O SeP desenvolve as suas actividades prestando actualmente serviços abertos dirigidos à comunidade académica de todo o IPV, prevendo-se que, num futuro próximo, venha também a prestar serviços à comunidade exterior.

Este centro orienta-se para as seguintes áreas de atendimento:

- **Aconselhamento:** Serviços de aconselhamento psicológico preventivos, desenvolvimentais e remediativos junto de alunos, professores e outros profissionais no quadro dos seus papéis, funções e atribuições escolares.
- **Consulta psicológica de orientação escolar e vocacional e consulta psicológica de aprendizagem,** no sentido de um maior rendimento/sucesso académico.
- **Psicoterapia:** Apoio especializado a problemas de ansiedade e outras psicopatologias - Psicoterapia individual, de casal, familiar e de grupo, no sentido de dar apoio especializado nas dificuldades interpessoais, nos problemas de carreira, nos estudos, ansiedade ou depressão, problemas conjugais e outros.

- Apoio Psicopedagógico: Apoio especializado a crianças, adolescentes e jovens adultos com problemas relacionados com a escola e a aprendizagem.
- Apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais: Apoio à inclusão na comunidade Escolar e Local.
- Sensibilização e promoção do desenvolvimento psicossocial – Prevenção primária: Promoção de actividades específicas de informação académica e profissional, susceptíveis de apoiar os alunos perante oportunidades disponíveis, promovendo a articulação entre os estudos e o mundo do trabalho. Promoção de acções de sensibilização no âmbito da saúde e dos factores de risco psicossociais, ao nível da prevenção primária.

O SeP conta com a colaboração dos psicólogos da área científica de Psicologia e está em fase inicial de trabalho. Ainda assim, teve, neste ano lectivo de 2007-2008, uma grande adesão de alunos provenientes da ESEV e de outras unidades orgânicas do IPV.

## 6. GARANTIA DE QUALIDADE

### a) Avaliações internas e externas: âmbito e procedimentos

#### Escola Superior de Educação de Viseu

Tendo em conta o despacho de nomeação, da Senhora Presidente do Conselho Directivo, de uma equipa responsável pelo processo de auto-avaliação da ESEV, em 2007/2008, segundo o qual:

*“Considera-se necessário nomear uma equipa responsável, para agilizar e operacionalizar este processo de auto-avaliação da ESEV e que o lidere.*

*Nestes termos, nomeio os Professores Coordenadores Esperança Ribeiro [à altura Presidente do Conselho Científico], Véronique Delplanq [Coordenadora Académica dos programas comunitários, cooperação internacional, ECTS], Cristina Azevedo Gomes, Francisco Mendes e o Professor-Adjunto Jorge Fraga [Presidente do Conselho Pedagógico].*

*Esta equipa poderá e deverá chamar para com ela trabalhar e colaborar na implementação e concretização deste processo de auto-avaliação, qualquer docente, os quais a coadjuvarão, trabalhando sob a sua liderança.”*

A referida equipa desenvolveu o seu trabalho, sobretudo no ano lectivo 2007/2008, no quadro da Lei nº 38/2007, de 16 de Agosto, que estabelece no seu artigo 9º o seguinte:

*1- A avaliação da qualidade incide sobre:*

- a) Os estabelecimentos de ensino superior e as suas unidades orgânicas;*
- b) Os ciclos de estudos.*

Constituiu ainda objectivo da mesma responder ao artigo 4º da Lei nº 38/2007 de 16 de Agosto (Parâmetros de Avaliação da Qualidade), que define parâmetros relacionados, respectivamente, com: *i) a actuação dos estabelecimentos de ensino; ii) os resultados decorrentes da actividade dos estabelecimentos, enquadrando os procedimentos nas linhas de convergência europeia sobre a Qualidade do Ensino Superior, com referência ao Relatório produzido pelo *European Association for Quality Assurance in Higher Education* – ENQA e restante legislação, bem como documentos orientadores (Ex: *EUA Evaluation Report*).*

Deste processo, para o desenvolvimento do qual se foram convidando colegas, nomeadamente com investigação de doutoramento no domínio da avaliação no ensino superior, resultou:

- O reconhecimento da necessidade de avançar com instrumentos de monitorização das unidades curriculares a serem preenchidos (em moldes a definir) pelos discentes e docentes, prioritariamente dos cursos a funcionarem por Bolonha.
- O entendimento de que a dinâmica de avaliação deveria estar enquadrada no plano Estratégico do IPV, devendo este liderar a harmonização do processo e dos procedimentos, para que pudesse ser desenvolvido por todas as unidades orgânicas em moldes semelhantes.
- A decisão de que, independentemente, das acções promovidas ou a promover pelo IPV, a ESEV se propunha desenvolver, de forma partilhada, um projecto de Auto-Regulação da Qualidade assente, prioritariamente, numa primeira fase, nos Ciclos de Estudos de Bolonha, numa relação próxima com a qualidade institucional.
- O entendimento de que a actual legislação valoriza: *i) a transparência dos processos; ii) a sua divulgação máxima; iii) a respectiva participação de todos os actores da ESEV e do meio envolvente (Conselho Consultivo); assim como iv) perspectivar os processos de Auto-Avaliação como fazendo parte de uma estratégia global de competitividade, pelo que o trabalho a*

desenvolver no imediato (2007-2008) deveria acontecer na linha dos instrumentos de monitorização das unidades curriculares e do curso, não se podendo entender como dissociados:

- Do enquadramento do mesmo e de um processo de sensibilização interna e de articulação com as outras unidades orgânicas do IPV;
- Da identificação a um modelo de Auto-Avaliação Institucional do qual decorrerá um guião de Auto-Avaliação.
- No âmbito do processo de construção de um modelo de Auto-Avaliação da ESEV *a monitorização das unidades curriculares* assumiu-se, assim, como importante e prioritária tendo em conta que havia pela primeira vez alunos finalistas de cursos pelo processo de Bolonha a deixar a Instituição (2007-2008).
- Nesta sequência, foram elaborados questionários de monitorização, tendo como referência instrumentos similares de outras instituições de Ensino Superior e de outras unidades orgânicas do IPV, assim como documentos de trabalho que funcionaram como factores de dinamização do processo na linha da consagração da avaliação no âmbito das condições de ensino-aprendizagem vigentes.

Os questionários, elaborados por esta Comissão, foram objecto de análise em Conselho Pedagógico (e respectivas comissões de curso), bem como em Conselho Científico da Escola superior de Educação de Viseu, onde foram aprovados.

A ESEV encontrou-se, assim, em condições de recolher dados para avaliar o trabalho desenvolvido, no ano lectivo em causa, relativo às mudanças operadas no âmbito dos cursos por Bolonha, nomeadamente no respeitante aos aspectos curriculares e pedagógicos dos cursos de licenciatura vigentes.

### **Conselho Pedagógico**

Projecto de criação de um Gabinete de Apoio ao Aluno (Projecto em Curso), para identificação e acompanhamento de situações particulares de carências / dificuldades dos mais diversos tipos.

Organização do IV Congresso dos Alunos da ESEV, com 5 categorias a Concurso: Artes Performativas; Comunicações; Posters; Arte Digital – Imagem Fixa; Arte Digital – Imagem Animada e Vídeo.

Debate – “Empreendedorismo - um novo desafio, uma nova saída”.

Organização: AEESEV, em parceria com o Conselho Pedagógico da ESEV.

Construção de ficha-registo de sugestões e propostas apresentadas nas reuniões das Comissões de Curso.

Consulta das comissões pedagógicas para análise dos Regulamentos e Planos de Transição para Bolonha (AC, APM, CS).

Colaboração na construção da Tabela de Precedências de Cursos de Licenciatura por Bolonha a partir do ano lectivo de 2008-2009.

Participação na construção do documento de trabalho relativo à Creditação de Competências.

Proposta para Criação do Regulamento de Estágio do Curso de Comunicação Social.

Análise e discussão do Regulamento de inscrição em disciplinas isoladas.

### **Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Viseu (AEESEV)**

Melhorar os serviços aos estudante: biblioteca e apoio socioeducativo;

Maior envolvimento dos estudantes nos processos de avaliação dos cursos através de metodologia adequadas.

### **Curso Educação Social**

No âmbito da coordenação de curso foram desenvolvidos procedimentos numa primeira fase de avaliação. Numa fase posterior, com a nomeação da Comissão de Avaliação Institucional, o representante do curso colaborou nos procedimentos desenvolvidos neste âmbito.

### **Curso Desporto e Actividade Física**

O processo de avaliação interna está assente na dinâmica da Comissão de curso que, por um lado, implementou, através do Conselho Pedagógico, um questionário de avaliação e, por outro lado, através dos professores responsáveis,

aplica um questionário elaborado e aprovado ao nível do Conselho Científico da ESEV.

## **b) A qualidade nos serviços: âmbito e procedimentos**

### **7. RECOLHA DE OPINIÕES**

#### **Resultados dos inquéritos de opinião aplicados a estudantes, docentes e outros públicos, relativamente à implementação do Processo de Bolonha**

##### **Escola Superior de Educação de Viseu**

Nos questionários de monitorização de unidades curriculares dirigidos e aplicados a alunos e docentes foram escolhidas, de entre as questões que o compunham, as seguintes consideradas como mais pertinentes para aferir da opinião dos inquiridos sobre implementação do Processo de Bolonha:

Nos questionários aplicados aos alunos foram seleccionados os seguintes itens:

**2.** Articulação da unidade curricular com as restantes; **3.** Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular; **9.** Capacidade do docente de articular conhecimentos transversais; **11.** Explicitação das competências a desenvolver na unidade; **12.** Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos; **13.** Articulação entre a metodologia e a avaliação; **19.** Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos; **25.** Capacidade docente para gerir uma aula interactiva; **29.** Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados.

As respostas possíveis obedeciam à seguinte escala:

1: Nunca; 2: Raramente; 3: Por vezes; 4: Quase sempre; 5: Sempre

Nos questionários aplicados aos docentes foram seleccionados os seguintes itens:

**2.** Articula a unidade curricular com as restantes do curso; **3.** Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado; **9.** Articula conhecimentos transversais; **11.** Explicita as competências a desenvolver na unidade; **12.** Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos; **13.** Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação; **18.**

Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos; **28.** Dinamiza aulas interactivas; **32.** Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio

As respostas possíveis obedeciam à seguinte escala:

1:Nunca; 2: Raramente; 3:Por vezes; 4: Quase sempre; 5: Sempre

Nos questionários dirigidos aos diplomados foram seleccionados os seguintes itens de satisfação:

**1.** Adequação da estrutura curricular aos objectivos do curso; **2.** Interligação entre os programas das várias unidades curriculares; **3.** Coerência entre a componente teórica e prática; **4** Carga horária global do curso; **16.** Preparação dos alunos para a vida activa; **18.** Acesso a estágios e/ou Projecto em Instituições ou Serviços; **21** Apoio da Instituição à inserção na vida activa; **50.** Apreciação global do funcionamento do curso; **51.** Relação entre as expectativas iniciais e o final do curso; **52.** Apreciação global do funcionamento da Escola.

As respostas possíveis obedeciam à seguinte escala:

**1-** Nada Satisfatório; **2.** Pouco Satisfatório; **3.** Nem muito nem pouco Satisfatório; **4.** Satisfatório e **5.** Muito Satisfatório.

Nos questionários dirigidos aos diplomados foram, também, seleccionados os seguintes itens de Importância:

**1.** Adequação da estrutura curricular aos objectivos do curso; **2.** Interligação entre os programas das várias unidades curriculares; **3.** Coerência entre a componente teórica e prática; **4.** Carga horária global do curso; **16.** Preparação dos alunos para a vida activa; **18.** Acesso a estágios e/ou Projecto em Instituições ou Serviços; **21** Apoio da Instituição à inserção na vida activa.

As respostas possíveis obedeciam à seguinte escala:

**1-** Nada Importante; **2.** Pouco Importante; **3.** Nem muito nem pouco Importante; **4.** Importante e **5.** Muito Importante.

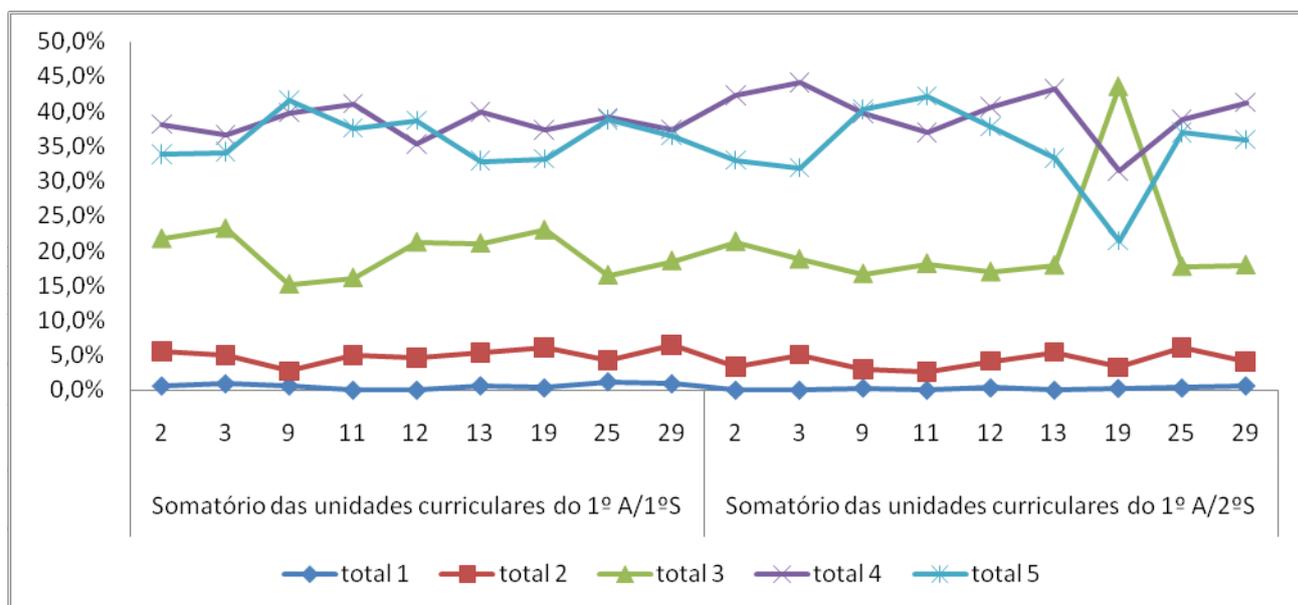
### **Curso Educação Social**

Os questionários de monitorização, quer relativos a unidades curriculares, quer ao curso, que foram passados no ano lectivo findo, abarcam uma gama de dimensões das quais só algumas constam neste Relatório por decisão institucional ao nível do IPV. Assim sendo, serão dados a conhecer aspectos específicos da opinião dos alunos e dos docentes, orientados numa primeira fase para aspectos específicos da organização curricular e gestão pedagógica.

De acordo com os resultados reflectidos no gráfico seguinte, verifica-se que as respostas dos alunos, nos questionários de monitorização das unidades curriculares, relativos aos itens em análise, e relativamente a todas as unidades curriculares do respectivo semestre, apresentam valores que se situam no resultado do *adequado* (nível 4) e *muito adequado* (nível 5). Para os itens em questão o *não adequado* assume valores insignificantes.

No respeitante ao 1º ano/1º semestre do curso, no ano lectivo 2007/2008, constata-se que os *itens* considerados mais positivos são, em primeiro lugar: *i) a capacidade do docente em articular conhecimentos transversais* (item nº 9); em segundo *ii) a capacidade do docente para gerir uma aula interactiva* (item nº 25) e em terceiro lugar *iii) o recurso a métodos pedagógicos centrados no aluno* (item nº 12).

**Gráfico n.º** - Opinião dos alunos relativamente a aspectos de organização curricular e gestão pedagógica  
(1º Ano: 1º e 2º Semestres)



1: Não adequado; 2: Pouco adequado; 3: Nem muito nem pouco adequado; 4: Adequado; 5: Muito adequado

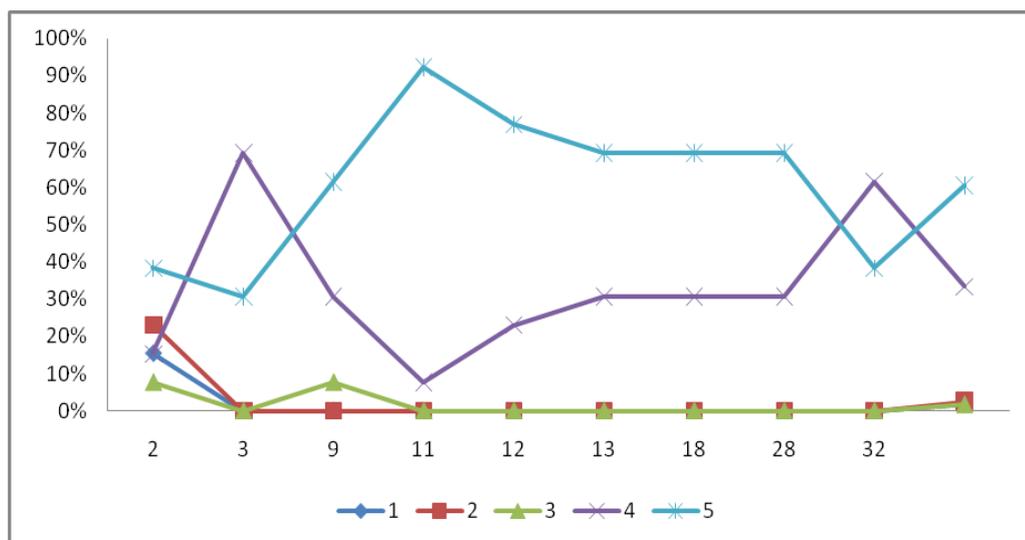
Estes dados evidenciam que, na opinião dos alunos, as estratégias pedagógicas usadas pelos docentes correspondem, de uma maneira geral, às novas exigências do processo de Bolonha, no respeitante ao contexto educativo, mais concretamente no tocante às horas de contacto em sala de aula.

No caso do 2º semestre surgem, respectivamente, como muito adequados: *i) a capacidade do docente em articular conhecimentos transversais* (item nº 9); *ii) a explicitação de competências a desenvolver na unidade* (item nº 11) e a *iii) capacidade do docente para gerir uma aula interactiva* (item nº 25). Assim, a consistência das respostas leva-nos a considerar que, na opinião dos alunos, os diferentes docentes das diferentes unidades curriculares têm não só a

preocupação de assegurar os aspectos referidos, como efectivamente o conseguem. Numa análise mais detalhada é possível analisar as unidades curriculares onde se constata especificidades que deverão ser motivo de reflexão interna.

Constatamos que o item n.º 3 designado de *Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular* também surge como adequado (nível 4), o mesmo se verificando no item n.º 2 respeitante à *articulação da unidade curricular com as restantes*. Como resultados mais desfavoráveis (nível 2), respeitantes ao *pouco adequado*, situamos o item n.º 29, e o n.º 2 dizendo respectivamente respeito *i) aos recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados*; e *ii) articulação da unidade curricular com as restantes*. O item n.º 19 sobre a *Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos* é aquele que surge como mais evidenciado nas respostas de nível 3 (*nem muito, nem pouco adequado*), no 2.º semestre.

**Gráfico n.º** - Opinião dos docentes relativamente a aspectos de organização curricular e gestão pedagógica  
(1.º Ano curricular)



**Legenda:**

**Itens**

- 2. Articula a unidade curricular com as restantes do curso; 3. Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado;
- 9. Articula conhecimentos transversais; 11. Explicita as competências a desenvolver na unidade; 12. Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos; 13. Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação; 18. Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos; 28. Dinamiza aulas interactivas; 32. Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio

**Escala**

- 1: Nunca; 2: Raramente; 3: Por vezes; 4: Quase sempre; 5: Sempre

Do ponto de vista dos docentes constatamos que assumem valores mais elevados as respostas referentes ao item n.º 11, que corresponde à *explicitação das competências a*

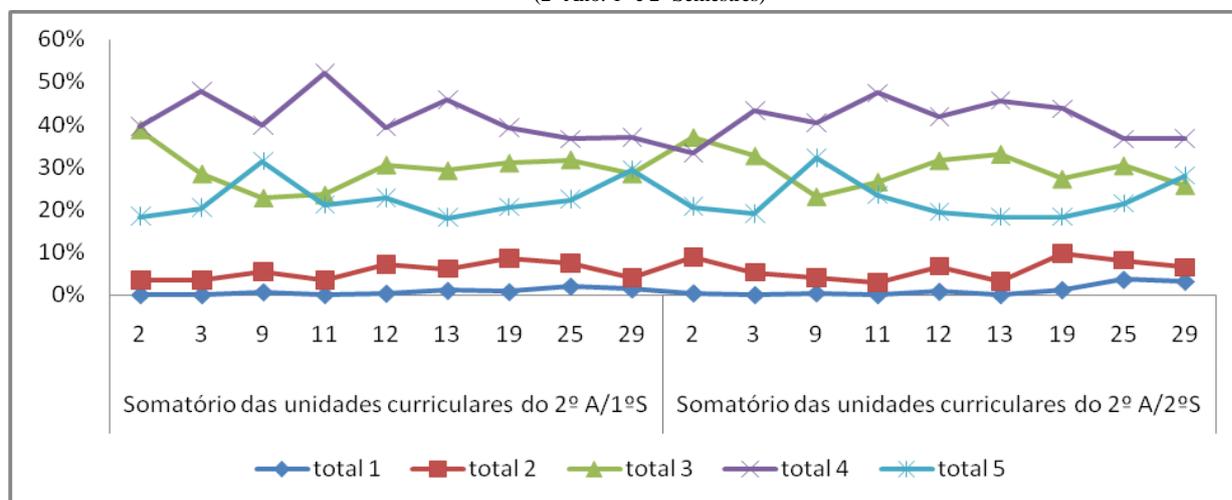
*desenvolver na unidade*, assim como o item n.º 12 que diz respeito aos *métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos*. Por sua vez, assumem, na generalidade, como sendo uma atitude rara a *articulação da sua unidade curricular com as restantes do curso* (item n.º 2). Este resultado surge assim como paradoxal, já que a perspectiva dos alunos sobre estes aspectos é exactamente a contrária, como acabámos de constatar.

Se atendermos aos resultados evidenciados no gráfico abaixo, relativos aos alunos do 2º ano, constatamos que a linha mais elevada diz respeito aos valores de *adequado*.

No caso do 2º A/1º Semestre do curso, os valores mais elevados de adequação (nível 5), nos itens em análise, ao longo das unidades curriculares, foram ainda obtidos no respeitante à *capacidade do docente de articular conhecimentos transversais* (item n.º 9) e no item n.º 29 respeitante aos *recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados*. Atingem maior número de respostas convergentes, ao *nível da adequação*, respectivamente; o item *articulação entre a metodologia e a avaliação* (n.º 13) e item n.º 3 designado de *tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular*.

**Gráfico n.º** - Opinião dos alunos relativamente a aspectos de organização curricular e gestão pedagógica

(2º Ano: 1º e 2º Semestres)



**Legenda:**

**Itens**

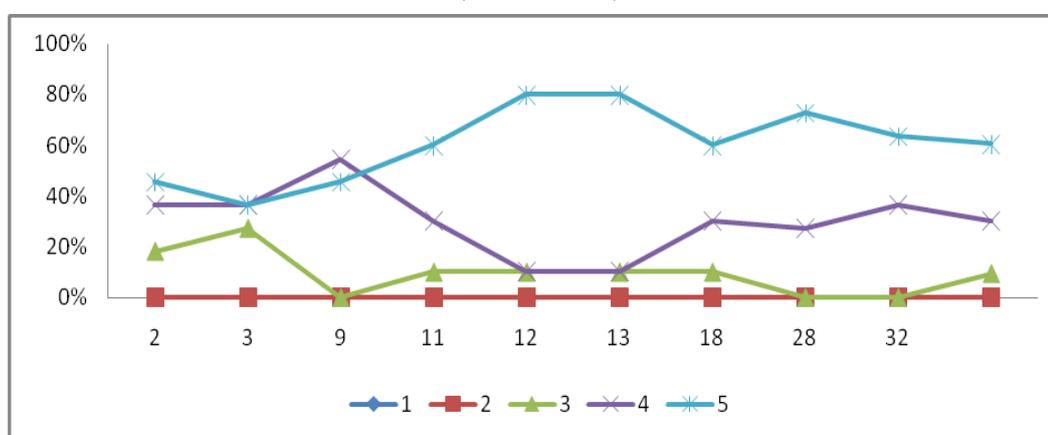
2. Articulação da unidade curricular com as restantes; 3. Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular; 9. Capacidade do docente em articular conhecimentos transversais; 11. Explicitação das competências a desenvolver na unidade; 12. Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos; 13. Articulação entre metodologia e avaliação; 19. Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos; 25. Capacidade para gerir uma aula interactiva; 29. Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados

**Escala**

1: Não adequado; 2: Pouco adequado; 3: Nem muito nem pouco adequado; 4: Adequado; 5: Muito adequado

Valores mais baixos (nível 2), *de pouco adequado*, são obtidos no item nº 19, que corresponde à *variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos* e no item nº 25 sobre a *capacidade docente para gerir uma aula interactiva*. Já no 2º semestre os valores mais elevados ( *muito adequado*) encontram-se, mais uma vez, no item nº 9: *capacidade do docente de articular conhecimentos transversais* e no item nº 29: *recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados*. Também o item nº 11, respeitante à *explicitação das competências a desenvolver na unidade*, e o item nº 13, *articulação entre a metodologia e a avaliação*, obtêm resultados ao nível do *adequado*, que são de sublinhar.

**Gráfico n.º** - Opinião dos docentes relativamente a aspectos de organização curricular e gestão pedagógica  
(2º Ano curricular)



#### Itens

2. Articula a unidade curricular com as restantes do curso; 3. Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado;

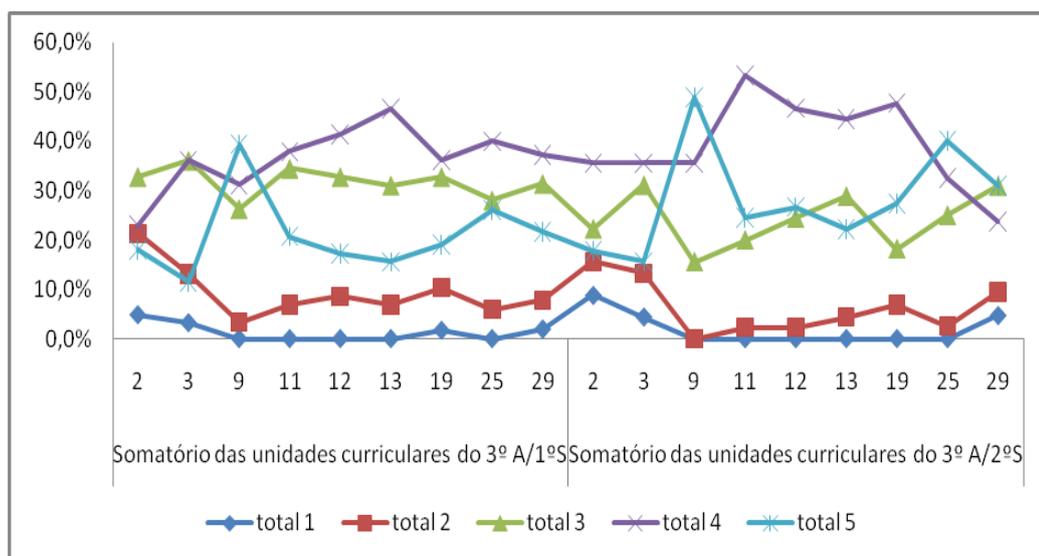
9. Articula conhecimentos transversais; 11. Explicita as competências a desenvolver na unidade; 12. Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos; 13. Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação; 18. Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos; 28. Dinamiza aulas interactivas; 32. Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio

#### Escala

1: Nunca; 2: Raramente; 3: Por vezes; 4: Quase sempre; 5: Sempre

Conforme se pode constatar, as respostas mais valorizadas pelos docentes (nível 5) não coincidem com aquelas que são as mais valorizadas pelos alunos. Os primeiros assumem utilizar *sempre o recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos* (item nº12) e a *articulação entre metodologia e avaliação* (item nº 13), e os segundos, ainda que avaliem estes procedimentos como adequados, não os destacam particularmente, chegando a haver respostas de indefinição nestes itens acima dos 20%, o que constitui um dado interessante.

**Gráfico n.º** Opinião dos alunos relativamente a aspectos de organização curricular e gestão pedagógica  
(3º Ano: 1º e 2º Semestres)



#### Itens

2. Articulação da unidade curricular com as restantes; 3. Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular; 9. Capacidade do docente em articular conhecimentos transversais; 11. Explicitação das competências a desenvolver na unidade; 12. Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos; 13. Articulação entre metodologia e avaliação; 19. Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos; 25. Capacidade para gerir uma aula interactiva; 29. Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados

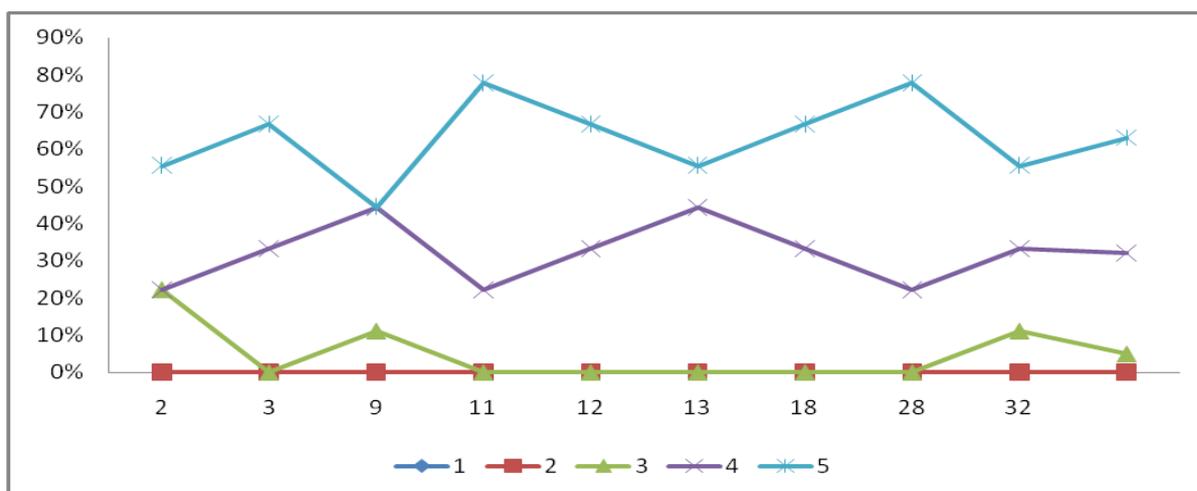
#### Escala

1: Não adequado; 2: Pouco adequado; 3: Nem muito nem pouco adequado; 4: Adequado; 5: Muito adequado

No caso do 3º ano, os valores que se destacam situam-se ao nível das respostas de *adequação*. É de registar, no âmbito do 1º semestre, a existência de valores de *muito adequado* no respeitante ao item da *articulação de conhecimentos transversais* (nº 9). Os discentes assumem a *pouca adequação* de alguns itens (o que até aqui não se tinha acontecido), orientados para a *articulação da unidade curricular com as restantes* (item nº 2) e o *tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular* (item nº 3).

Quanto ao 1º e 2º semestres destacam-se, ao nível da *adequação máxima*, o item nº 9 da *capacidade do docente em articular conhecimentos transversais*; e o nº 25 que diz respeito à *capacidade do docente para gerir uma aula interactiva*. Estes dois aspectos conjugados permitem dar consistência à interpretação da existência de potencial pedagógico dos docentes em contexto educativo, reconhecido pelos alunos. Ao nível da *adequação* evidencia-se, no 1º semestre, o item *articulação entre a metodologia e a avaliação* (nº 13) e o item nº 12 sobre o *recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos*.

**Gráfico n.º** - Opinião dos docentes relativamente a aspectos de organização curricular e gestão pedagógica  
(3º Ano: 1º e 2º Semestres)



**Itens**

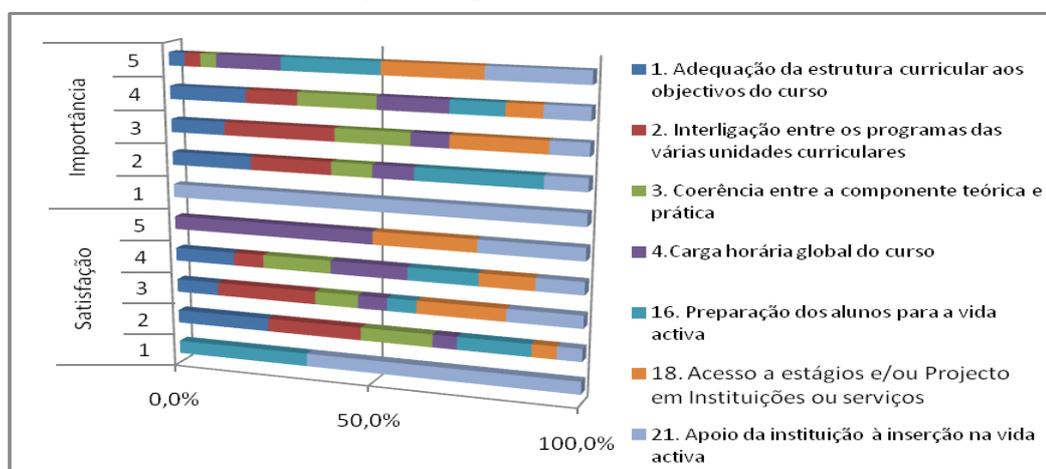
2. Articula a unidade curricular com as restantes do curso; 3. Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado;  
9. Articula conhecimentos transversais; 11. Explicita as competências a desenvolver na unidade; 12. Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos; 13. Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação; 18. Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos; 28. Dinamiza aulas interactivas; 32. Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio

**Escala**

1: Nunca; 2: Raramente; 3: Por vezes; 4: Quase sempre; 5: Sempre

Os docentes destacam como procedimento utilizado *sempre* o item nº 28: *dinamiza uma aula interactiva* e o item nº 11, que diz respeito à *explicitação das competências a desenvolver na unidade*, bem como o item nº 3 referente ao *tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular*. As respostas convergem entre docentes e alunos no respeitante à *capacidade para gerir uma aula interactiva*.

**Gráfico n.º** - Resultados, do ponto de vista do grau de satisfação e importância obtidos no questionário de monitorização de curso (a partir das respostas dos alunos finalistas)



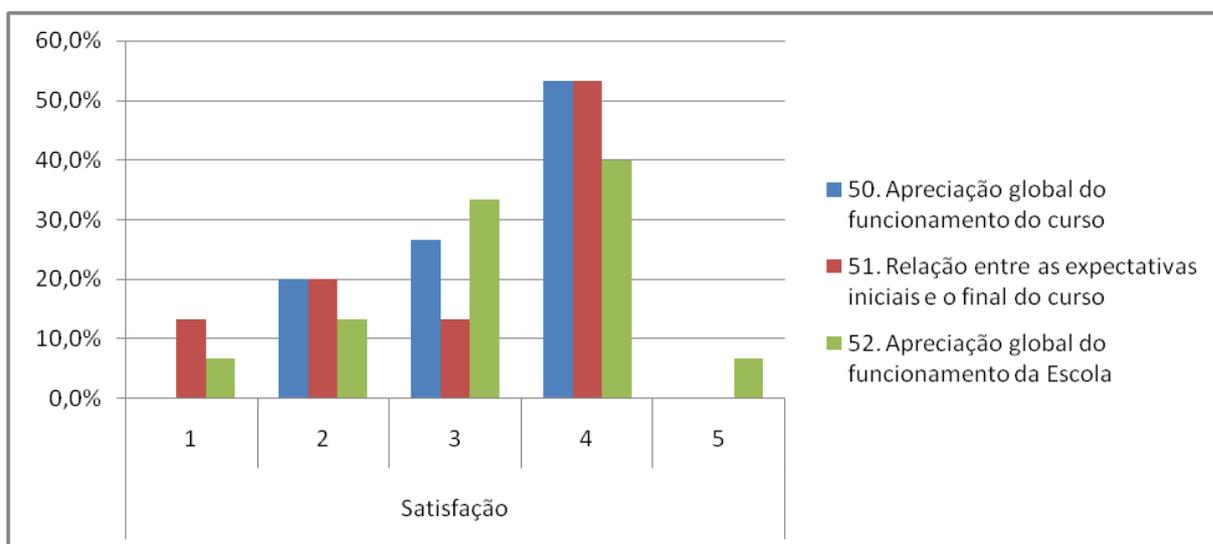
**Legenda 1:** Nada satisfatório; 2: Pouco satisfatório; 3: Nem muito nem pouco satisfatório; 4: Satisfatório; 5: Muito satisfatório  
1: Nada importante; 2: Pouco importante; 3: Nem muito nem pouco importante; 4: Importante; 5: Muito importante

No âmbito da análise global efectuada pelos alunos que terminaram a sua licenciatura pode considerar-se que os *itens* mais cotados na linha da satisfação foram respectivamente; *a carga horária global do curso, a preparação dos alunos para a vida activa e o acesso a Estágios/eu Projectos em Instituições ou Serviços.*

Como aspectos mais desfavoráveis (satisfação 2) *a interligação entre os programas das várias unidades curriculares e a adequação da estrutura curricular aos objectivos do curso.* Também é de considerar o *apoio da Instituição à inserção na vida activa*, ainda que haja uma dispersão das respostas em causa.

Este questionário reuniu em simultâneo uma escala de atribuição de *grau de importância* aos itens em análise, tendo-se verificado que o *apoio à inserção na vida activa; o acesso a estágios e/ou projectos em parceria e a preparação dos alunos para a vida activa* foram os itens considerados como mais relevantes, por uma maior percentagem de alunos, ao nível do  *muito importante.*

**Gráfico n.º** - Resultados, do ponto de vista do grau de satisfação, obtidos no questionário de monitorização de curso (a partir das respostas dos alunos finalistas)

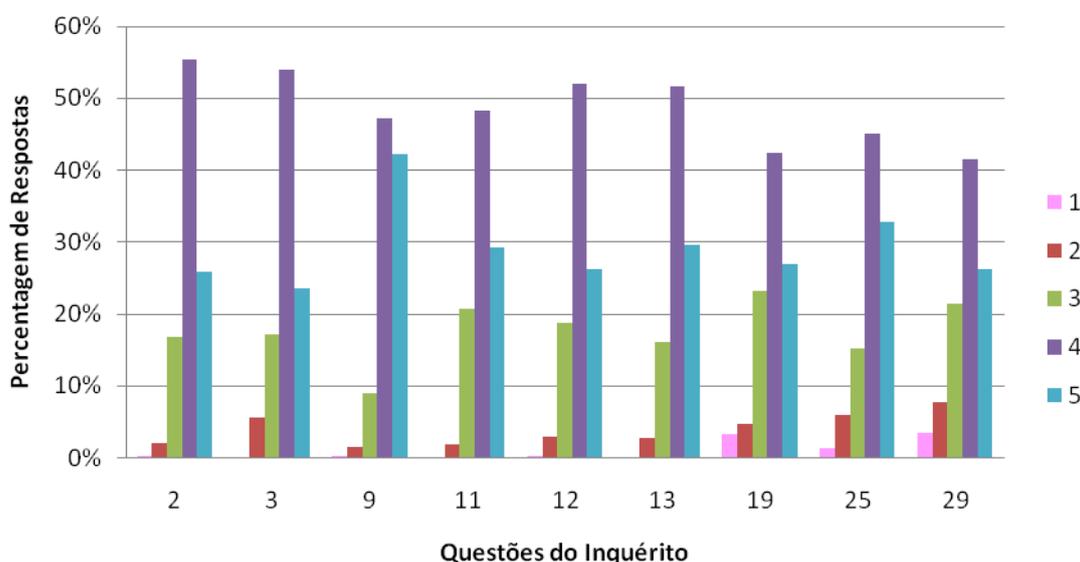


Conforme se pode constatar pelo gráfico, os itens relativos à *Apreciação global do funcionamento do curso* e à *relação entre expectativas iniciais e o final do curso (exequo)* destacam-se, na maioria das respostas, com o nível 4 (satisfatório), sendo no entanto este último o item que reúne respostas com maior grau de dispersão, situada, por sua vez, por alguns alunos, como estando abaixo do nível de satisfação (*pouco e nada satisfatório*), o mesmo acontecendo com a *Apreciação do funcionamento da escola.*

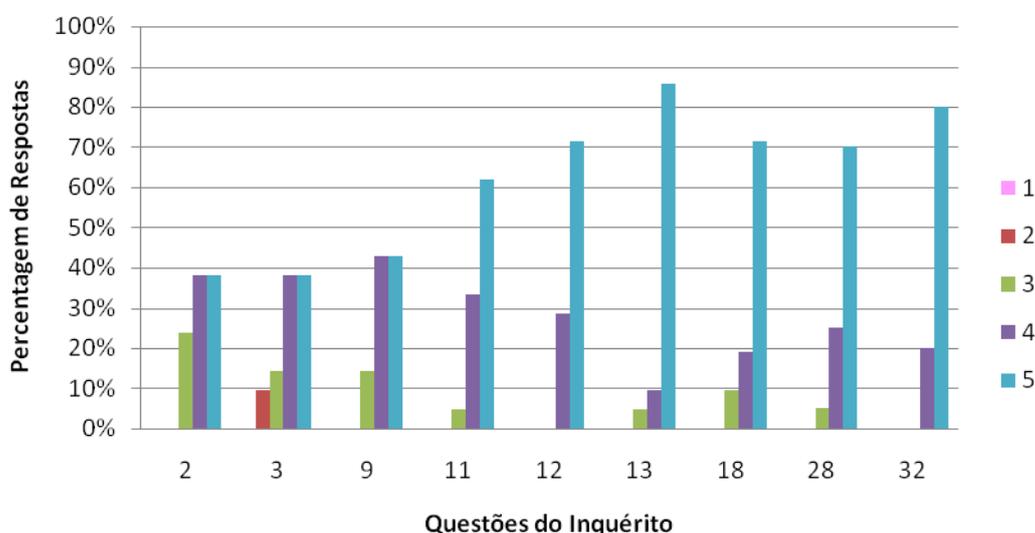
## Curso de Animação Cultural

A leitura global das respostas dos alunos do curso de Animação Cultural revela que estes avaliam os itens do Questionário referentes à implementação do Processo de Bolonha de uma forma bastante positiva, uma vez que as percentagens de respostas se distribuem, na maioria, em torno do “adequado” e “muito adequado”. No 1.º ano, representam 49% e 29% do total das respostas e, no 2.º ano, 40% e 28%, respectivamente. Em contraste, as avaliações de “nada adequado” e “pouco adequado” são diminutas, não ultrapassando, em quaisquer dos casos, os 7% de respostas.

**Gráfico n.º** - Resultados obtidos no 1º ano do 1ºCiclo em Animação Cultural



**Gráfico n.º** - Resultados obtidos no 2º ano do 1ºCiclo em Animação Cultural

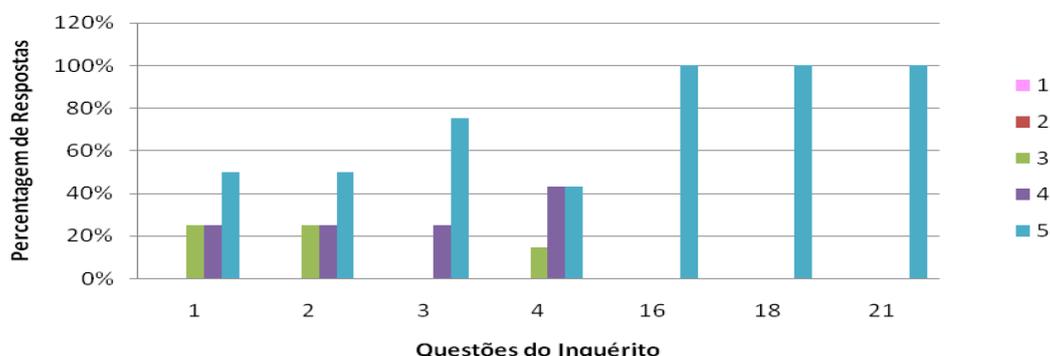


No curso em apreço, e numa análise conjunta, o item 9 “Capacidade do docente de articular conhecimentos transversais” é o que se destaca em termos de valor médio, no 1.º e no 2.º anos, respectivamente, de 4,30 e 3,97. Outros itens se destacam neste conjunto, designadamente, o item 12 “Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos”, com um valor médio de 4,01 e 3,86, e o item 13 “Articulação entre a metodologia e a avaliação”, com um valor médio de 4,08 e 3,85, respectivamente, no 1.º e 2.º anos.

No 1.º ano, o item 29 “Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados” é aquele que detém um valor médio relativamente mais baixo ( $\xi = 3,79$ ), considerado por alguns alunos “pouco adequado” (8%) ou “nada adequado” (3%). No 2.º ano, o item 3 “Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular” é aquele sobre o qual recai uma avaliação menos favorável ( $\xi = 3,69$ ), sendo apreciado por um número razoável de alunos como “pouco adequado” (7%) e mesmo “nada adequado” (6%).

Segundo os dados colhidos no questionário aplicado aos diplomados, todos são unânimes em apreciar como “Muito importante” os itens 16 “Preparação dos alunos para a vida activa”, 18 “Acesso a estágios e/ou Projecto em Instituições ou Serviços” e 21 “Apoio da instituição à inserção na vida activa”. Segue-se, neste conjunto, o item 3 “Coerência entre a componente teórica e prática”, considerado por uma percentagem elevada de estudantes como sendo “Importante” (25%) e “muito importante” (75%).

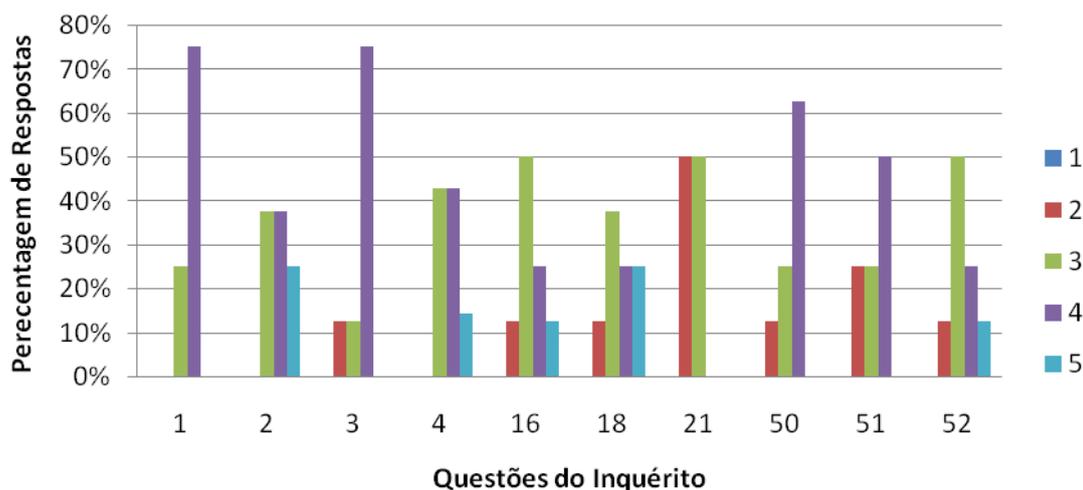
**Gráfico n.º** - Resultados obtidos nos questionários aos diplomados do 1ºCiclo em Animação Cultural, no que respeita ao grau de importância



Os parâmetros em que se verifica um maior nível de satisfação dos diplomados são, em primeiro lugar, os que se reportam ao item 1 “Adequação da estrutura curricular aos objectivos

do curso” e ao item 3 “Coerência entre a componente teórica e prática”, apreciados ambos como “Satisfatório” por 75% dos inquiridos. Seguem-se o item 50 “Apreciação global do funcionamento do curso” e o item 51 “Relação entre as expectativas iniciais e o final do curso”, avaliados como sendo “Satisfatório” por 63% e 50% dos diplomados, respectivamente.

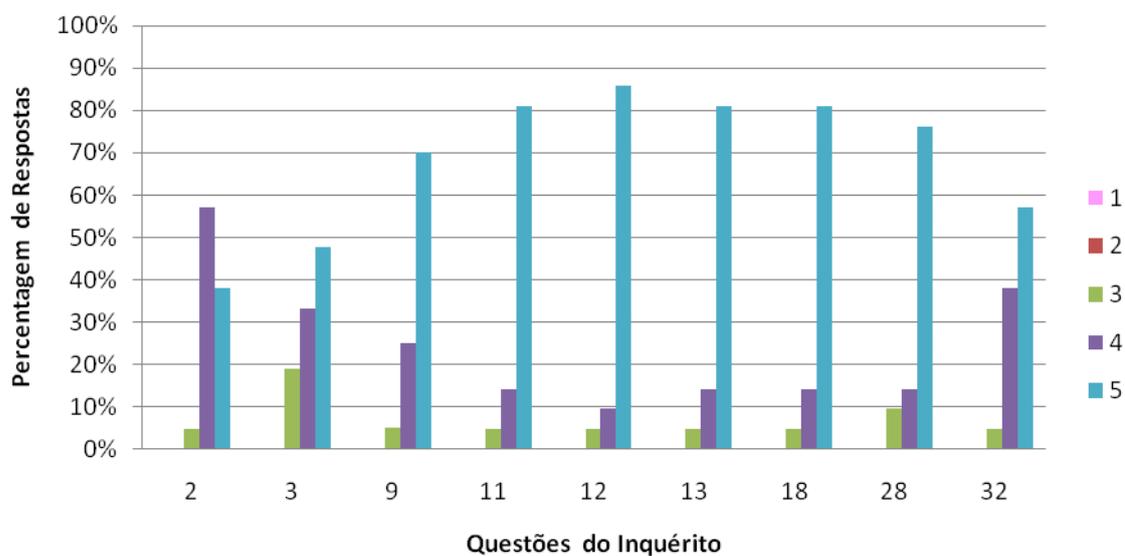
Gráfico n.º - Resultados obtidos nos questionários aplicados aos diplomados do 1ºCiclo em Animação Cultural, no que respeita ao grau de satisfação



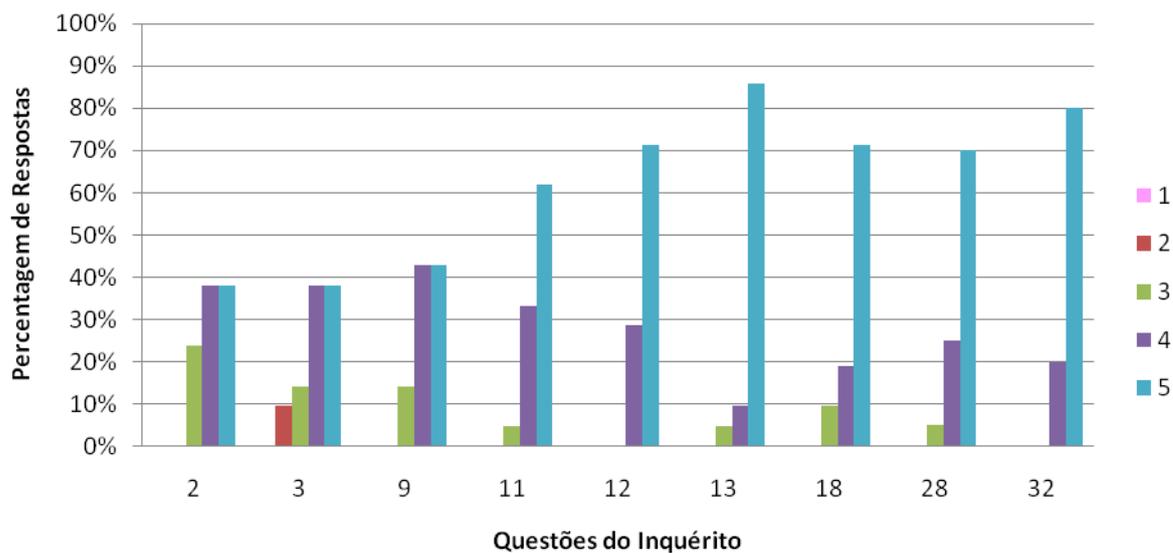
O item 18 “Acesso a estágios e/ou Projecto em Instituições ou serviços” é aquele a que os diplomados revelam um menor grau de satisfação. As suas opiniões dividem-se entre uma apreciação desfavorável – “Nem muito, nem pouco satisfatório” (38%) e “Pouco satisfatório” (13%) – e uma outra favorável – “Satisfatório” (25%) e “Muito satisfatório” (25%).

Nos questionários aplicados aos docentes deste curso, estes manifestam uma opinião muito favorável relativamente à maioria dos itens ponderados, cujo somatório dos níveis mais elevados (“sempre” ou “quase sempre”) ultrapassa os 75% em termos de grau de concordância. Todavia, verificou-se que o item “considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado” é apreciado, pelos docentes dos 1º e 2º anos, como o menos apropriado às pretensões das unidades curriculares.

**Gráfico n.º** - Resultados obtidos nos questionários aplicados aos docentes que leccionaram no 1ºano do 1ºCiclo em Animação Cultural



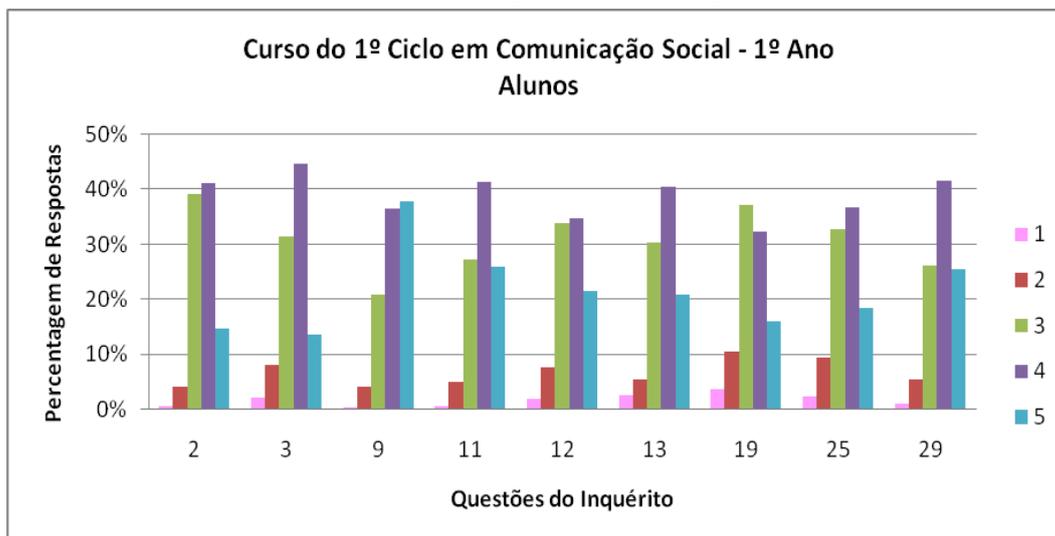
**Gráfico n.º** - Resultados obtidos nos questionários aplicados aos docentes que leccionaram no 2ºano do 1ºCiclo em Animação Cultural



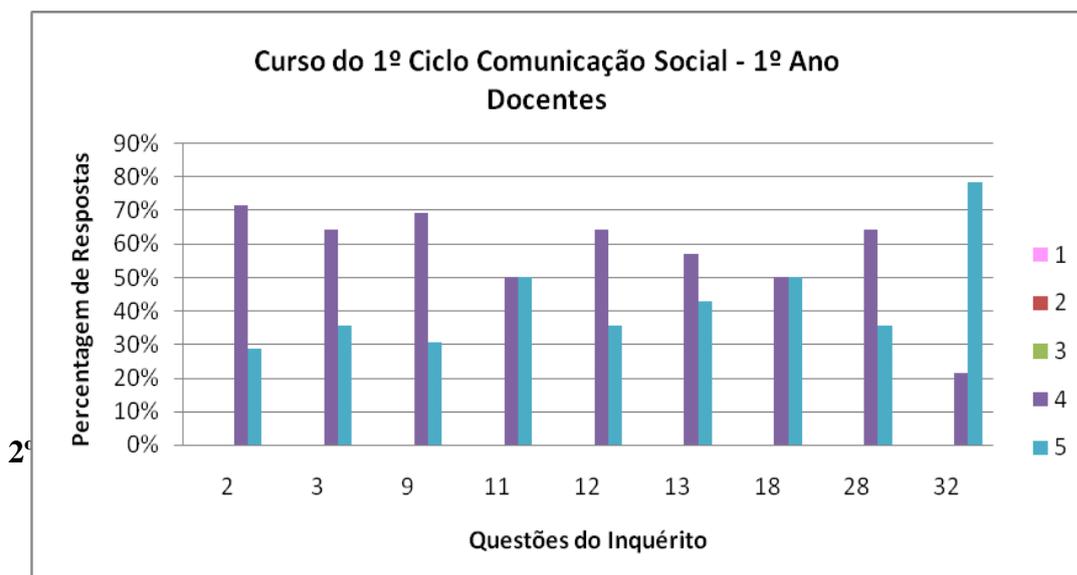
## Curso de Comunicação Social

### 1º Ano do Curso de Comunicação Social

**Gráfico n.º** - Resultados dos questionários aplicados aos alunos do 1º ano

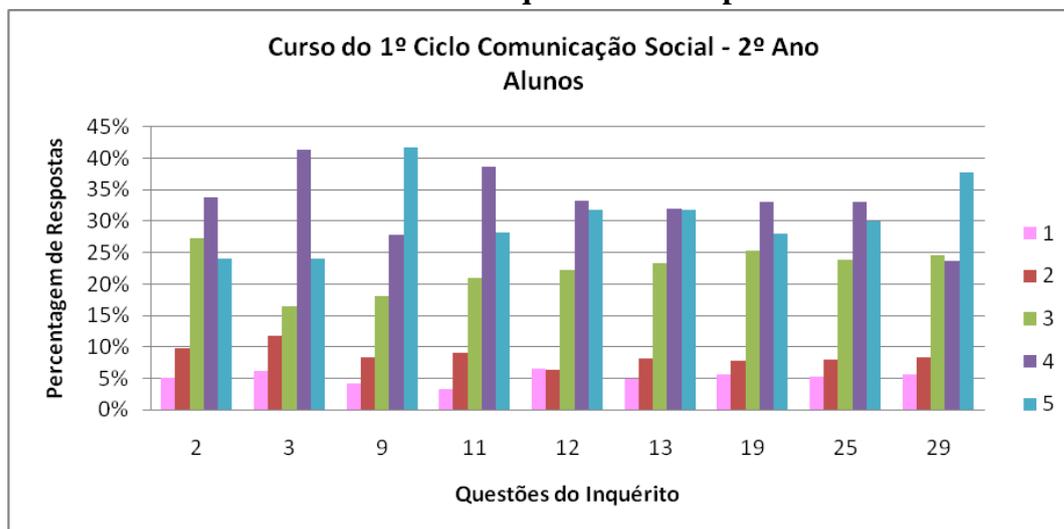


**Gráfico n.º** - Resultados dos questionários aplicados aos docentes que leccionaram o 1º ano

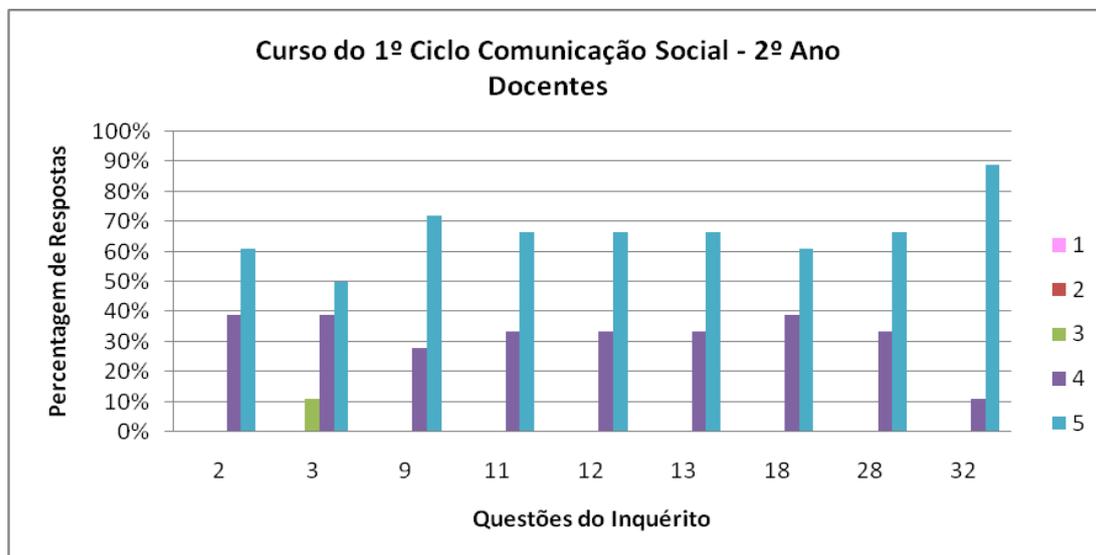


## 2º Ano de Comunicação Social

**Gráfico n.º - Resultados dos questionários aplicados aos alunos do 2º ano**

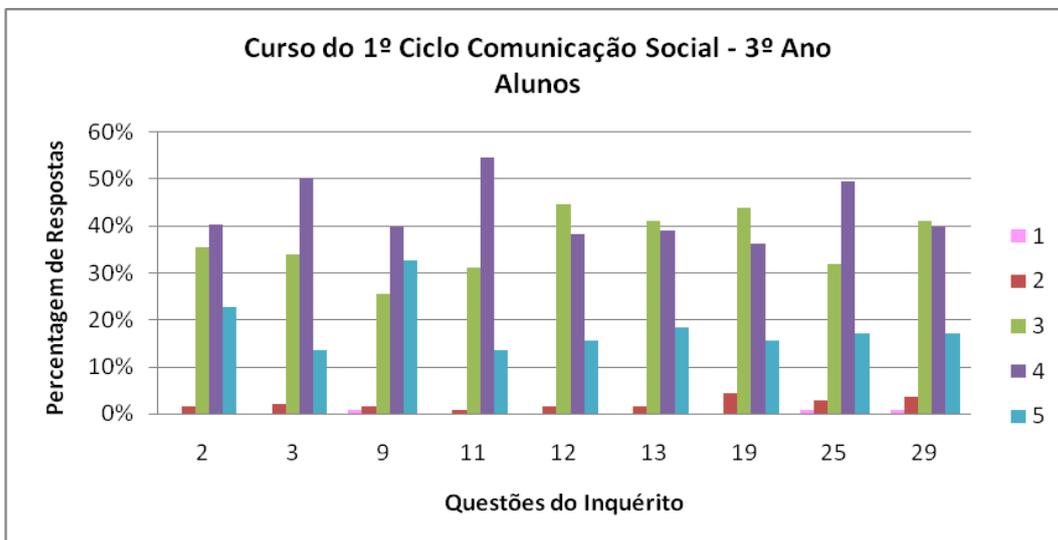


**Gráfico n.º - Resultados dos questionários aplicados aos docentes que leccionaram o 2º ano**

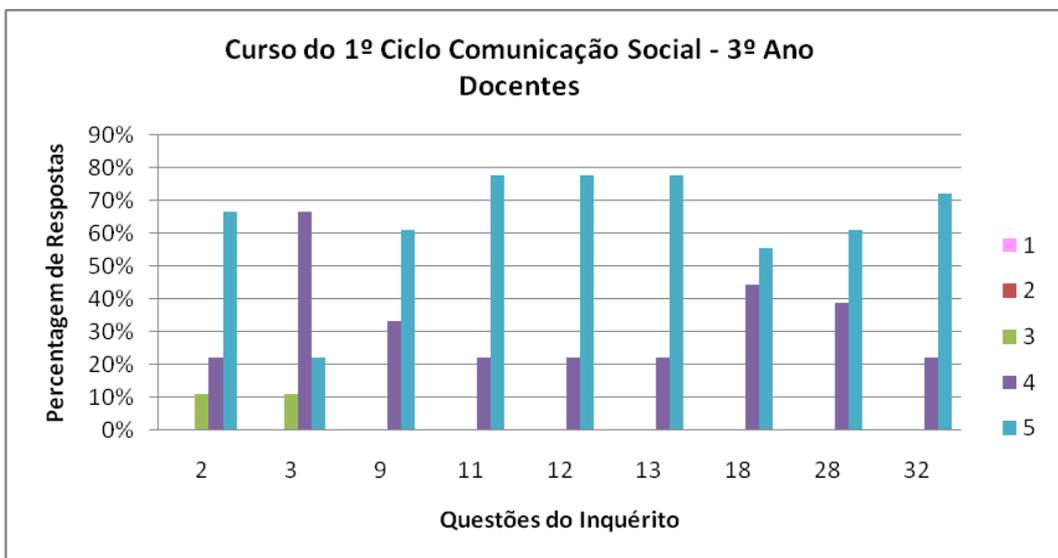


### 3º Ano de Comunicação Social

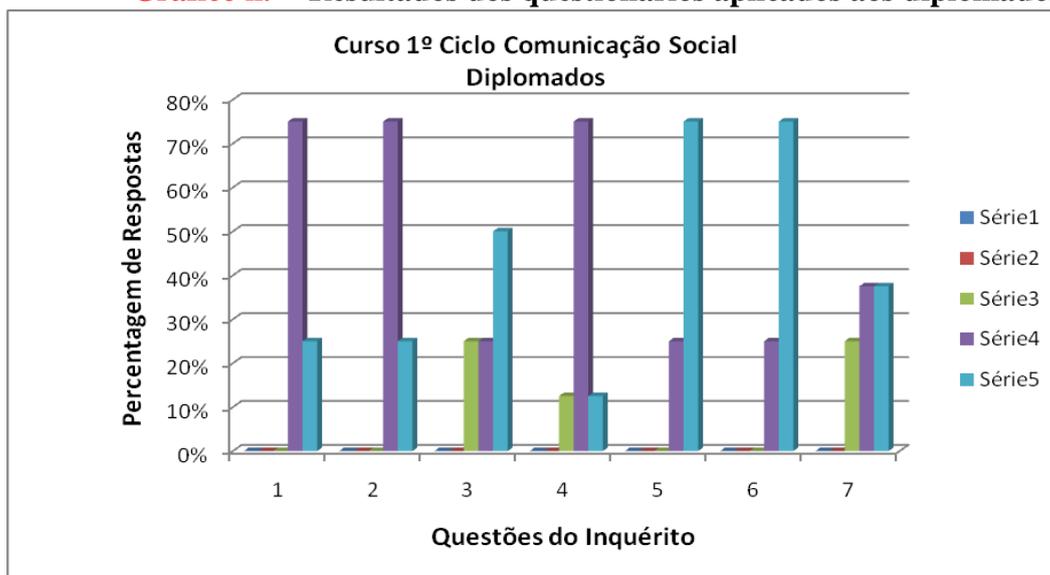
**Gráfico n.º - Resultados dos questionários aplicados aos alunos do 3º ano**



**Gráfico n.º - Resultados dos questionários aplicados aos docentes que leccionaram o 3º ano**



**Gráfico n.º - Resultados dos questionários aplicados aos diplomados**

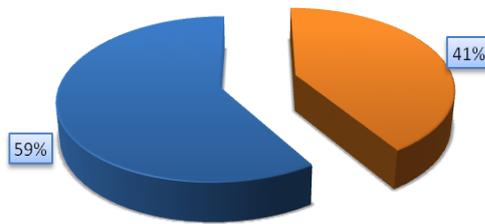


No caso presente, a população de estudo/**amostra deveria ser representativa**, estando previamente definida e devendo corresponder à totalidade de alunos/ ano do Curso em análise (1º Ciclo em Comunicação Social) seja, **47 para o 1º ano, 44 para o 2º ano e 60 para o 3º ano**. Todavia, perante o número de questionários respondidos pelos alunos, ficamos com a convicção de que se não pode fazer uma inferência estatística válida quando a amostra da população em estudo não é exactamente a amostra teórica de partida. As conclusões orientam-nos deste modo para uma amostragem probabilística, ou seja, para um universo de 47 alunos do 1º ano, responderam 32, para 44 do 2º ano, responderam 18, para 60 do 3º ano, responderam apenas 8, e, no caso dos diplomados, igualmente 8.

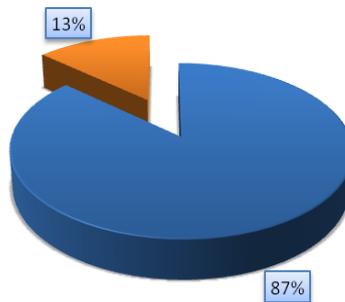
**68% de Percentagem de Respostas aos Inquéritos 1º Ano**



41 % de Percentagem de Respostas aos Inquéritos 2º Ano



13% de Percentagem de Respostas aos Inquéritos 3º Ano e Diplomados



Tratando-se de uma variável qualitativa medida numa escala ordinal e apesar da amostra reduzida, as conclusões obtidas remetem-nos para que, no caso do 1º ano e, segundo a escala apresentada (1 a 5) relativamente ao grau de satisfação, os valores de 4 e 5 assinalados nas respostas correspondem, respectivamente a 57% e 43%. No caso do 2º ano, os valores de 4 e 5 correspondem, respectivamente a 33% e 31%; as respostas correspondentes ao valor 3 da escala correspondem a 22%, 9% ao valor 2 e 5% ao valor 1. No que concerne ao 3º ano, os valores 3 e 4 correspondem, respectivamente a 37% e 43%; 18% ao valor 5 e 2% ao valor 2 da escala. Em nossa opinião, estes resultados apontam, apesar de tudo e na sua generalidade, para uma avaliação positiva do curso, considerando-se, todavia, que se deverá fazer uma reavaliação da dos questionários e, acima de tudo, sensibilizar os alunos para a importância e necessidade de responder aos mesmos no processo de avaliação do curso e das unidades curriculares.

## **Curso de Artes Plásticas e Multimédia**

### **Resultados dos questionários aplicados aos alunos**

**Questão 2 – Articulação da unidade curricular com as restantes** – a análise das respostas permite concluir que, quanto aos dois primeiros anos, a maioria dos respondentes considera que

a articulação é adequada. Já quanto aos discentes do 3º ano, a maioria classificou-a de nem muito nem pouco adequada.

**Questão 3** – Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular – a maioria dos alunos do 1º e 3º anos considerou que o tempo previsto é adequado. Ressalva-se a opinião dos alunos do 2º ano, que optaram pelo nem muito nem pouco adequado.

**Questão 9** – Capacidade do docente de articular conhecimentos transversais – a análise das respostas permite concluir que a maioria dos alunos do 1º ano optaram pelo muito adequado, enquanto a maioria dos alunos do 2º e 3º anos considerou a capacidade dos docentes como adequada.

**Questão 11** – Explicitação das competências a desenvolver na unidade - A maioria dos alunos do curso é da opinião que os docentes abordam as competências a desenvolver de forma explícita.

**Questão 12** – Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos - a maioria dos alunos do 1º e 3º ano considera que os docentes recorrem a métodos que privilegiam a participação activa dos alunos. Ressalva-se a resposta a esta questão dos alunos do 2º ano, cujas opiniões se dividem de, forma muito próxima, entre o adequado (32%) e o nem muito nem pouco adequado (31%).

**Questão 13** – Articulação entre a metodologia e a avaliação - a maioria dos alunos do 1º e 3º ano consideram existir articulação. Quanto ao 2º ano, a opiniões dividem-se, de forma muito próxima, entre o adequado (34%) e o nem muito nem pouco adequado (32%).

**Questão 19** – Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso - a análise das respostas permite concluir que a maioria dos respondentes considera que as estratégias utilizadas pelos docentes são adequadas.

**Questão 25** – Capacidade do docente para gerir uma aula interactiva - a análise das respostas permite concluir que a maioria dos respondentes considera que a capacidade dos docentes é adequada.

**Questão 29** – Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados - a maioria dos alunos do 1º e 3º ano considera que os documentos de apoio fornecidos pelos docentes são adequados. Quanto ao 2º ano, 32% dos inquiridos opta pela classificação de nem muito nem pouco adequado.

## **Resultados do inquérito de opinião aplicado aos docentes do curso de Artes Plásticas e Multimédia**

**Questão 2-** Articula a unidade curricular com as restantes do curso – a análise das respostas permite-nos concluir que a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao 2º e 3º ano do curso as articulam com as restantes de forma contínua. Quanto aos docentes que leccionaram unidades curriculares ao 1º ano, a maioria fá-lo quase sempre.

**Questão 3-** Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado – a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera que o tempo destinado ao trabalho autónomo do aluno foi sempre adequado.

**Questão 9-** Articula conhecimentos transversais - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera ter sempre articulado conhecimentos transversais.

**Questão 11-** Explicita as competências a desenvolver na unidade - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera ter explicitado sempre as competências.

**Questão 12-** Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização e participação activa dos alunos - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera utilizar sempre métodos activos.

**Questão 13-** Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera ter feito, sempre, a articulação referida.

**Questão 18-** Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos - maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao 1º ano considera ter utilizado quase sempre estratégias que favoreceram o sucesso educativo dos alunos. Já os docentes que leccionaram unidades curriculares ao 2º ano e 3ºano consideram ter utilizado sempre estratégias com esse objectivo.

**Questão 28-** Dinamiza aulas interactivas - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera ter sempre conduzido aulas interactivas.

**Questão 32-** Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso considera ter tido sempre a preocupação de disponibilizar recursos essenciais de apoio à disciplina.

## Curso Desporto e Actividade Física

Os dados referentes às respostas dos alunos às unidades curriculares do 1º e 2º semestre do curso de Desporto e Actividade Física, no ano lectivo de 2007/2008, foram tratados, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Identificação dos Itens Avaliados	Scor de 1-5
2. Articulação da unidade curricular com as restantes	3,67
3.Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular	3,56
9. Capacidade do docente de articular conhecimentos transversais	3,75
11.Explicitação das competências a desenvolver na unidade	3,68
12.Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos	3,57
13.Articulação entre a metodologia e a avaliação	3,56
19. Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos	3,46
25.Capacidade docente para gerir uma aula interactiva	3,59
29. Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados	3,52
<b>Média Global</b>	<b>3,6</b>

31 questionários tratados

Como conclusão podemos dizer que existe um score médio próximo do valor 4, sendo o mais frágil relativo à *variedade de estratégias adoptadas pelos docentes para combater o insucesso escolar dos alunos* (3,46), e nestas destaca-se a unidade curricular de “Técnicas de Avaliação em Desporto” (2,52) no 2º semestre e a de “Metodologia da Investigação” (2,45) no 1º semestre.

Os scores mais fortes são relativos à *articulação das unidades curriculares com as restantes* (3,67) e a *explicitação das competências a desenvolver na unidade curricular* (3,68), sendo os scores mais altos obtidos em “Actividades Físicas e Desportivas I” (4,23) no 1º semestre e em “Fisiologia do Exercício” (4,1) no segundo semestre.

Curiosamente, a avaliação dos docentes relativamente à sua intervenção nas unidades curriculares, oferece-nos uma avaliação global superior.

Identificação dos Itens Avaliados	Scor de 1-5
2. Articula a unidade curricular com as restantes do curso	4,82
3. Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado	3,75
9. Articula conhecimentos transversais	4,88
11. Explicita as competências a desenvolver na unidade	4,71
12. Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos	4,71
13. Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação	4,59
18. Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos	4,47
28. Dinamiza aulas interactivas	3,94
32. Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio	4,88
	Média Global 4,53

Significa que a expectativa dos alunos, embora ainda positiva, não chega aos níveis da avaliação feita pelos professores.

No questionário feito pelos próprios alunos ao nível da Comissão de Curso do Conselho Pedagógico os resultados relativamente aos graus de satisfação (1 – nada satisfeito; 2 – pouco satisfeito; 3 – satisfeito; 4 – muito satisfeito) foram os seguintes:

Itens Avaliados	Scores (1-4)
1. Organização do curso (plano de estudos)	3
2. Funcionamento do curso	2
3. Ambiente escolar	4
4. Instalações da escola – geral	2
5. Instalações da escola – relativamente ao curso	1
6. Serviços da escola – geral	2
7. Serviços da escola – relativamente ao curso	1
8. Oferta de formação complementar	1
9. Natureza das disciplinas/unidades curriculares (UC)	3
10. Implementação das disciplinas/unidades curriculares (UC)	3
10.1. Domínio e actualização científica e pedagógica dos docentes	3
10.2. Processos de ensino-aprendizagem	2
10.3. Estratégias de avaliação e de promoção do sucesso	2
11. Relações interpessoais docentes-alunos e alunos-alunos	3
12. Recursos pedagógicos necessários ao funcionamento das disciplinas/UC	1
13. Preparação para o mercado de trabalho	2
	Média 2,2

Podemos concluir desde logo que, em termos de média dos scores, os alunos têm um score de 2,2, ou seja, mais próximo do pouco satisfatório do que do satisfatório.

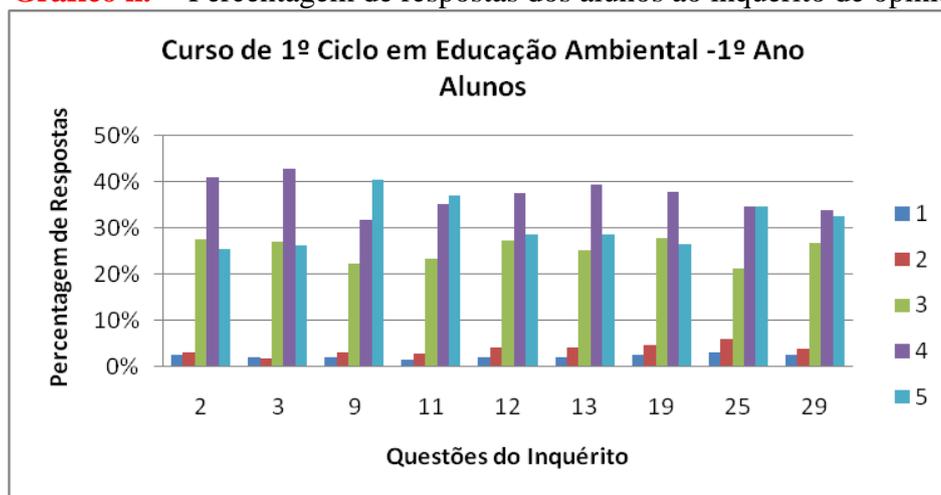
O Score mais satisfatório é o do ambiente escolar (4) e os menos satisfatórios (score 1) são: instalações específicas para o curso, serviços específicos ao curso, oferta de formação complementar e recursos pedagógicos para o funcionamento das unidades curriculares.

A organização do plano de estudos é satisfatória, embora o funcionamento do curso seja considerado pouco satisfatório.

### Curso Educação Ambiental

Da análise das respostas dos alunos que frequentaram o 1º ano do 1º ciclo de estudos em Educação Ambiental no ano lectivo de 2007/2008, ao inquérito de opinião relativamente ao funcionamento das unidades curriculares do curso, constata-se que, numa escala de 1 a 5, 37% e 31% dos alunos classificaram, respectivamente de 4 (Adequado) e de 5 (Muito adequado), os itens analisados dos inquéritos. A classificação de 3 (Nem muito nem pouco adequado) foi efectuada por 25% dos alunos e apenas 2 e 4% atribuíram a classificação, respectivamente de 1 (Não adequado) e de 2 (Pouco adequado). São de salientar os valores percentuais de 40 e 32% e de 37 e 35%, obtidos respectivamente para as posições 5 e 4 da escala de opinião, referentes às questões 9 (capacidade do docente articular conhecimentos transversais) e 11 (explicitação das competências a desenvolver na unidade curricular) do inquérito.

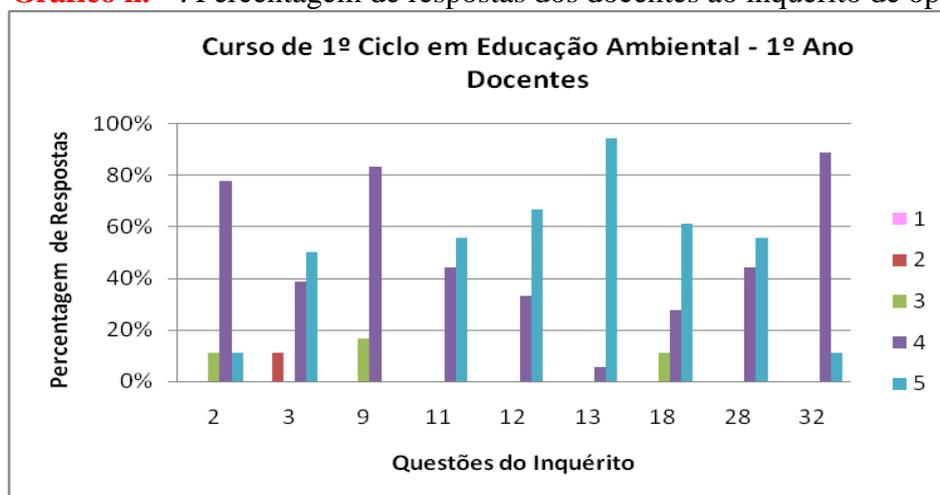
**Gráfico n.º** - Percentagem de respostas dos alunos ao inquérito de opinião.



NOTA: Questões: 2. Articulação da unidade curricular com as restantes; 3. Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular; 9. Capacidade do docente de articular conhecimentos transversais; 11. Explicitação das competências a desenvolver na unidade; 12. Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos; 13. Articulação entre a metodologia e a avaliação; 19. Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso dos alunos; 25. Capacidade docente para gerir uma aula interactiva; 29. Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados.

De acordo com o gráfico abaixo, relativo às respostas dos docentes ao inquérito relativamente ao funcionamento das unidades curriculares do curso, verifica-se um valor percentual total de 94% para as posições 4 (Quase sempre) e 5 (Sempre) da escala de opinião. É de salientar o valor percentual de 83% obtido na posição 4 da escala, relativamente às respostas dos docentes à questão 9 (Articula conhecimentos transversais). Apesar de 89% dos docentes considerarem que o tempo de trabalho autónomo dos alunos (item 3) é adequado, 11% das respostas dos docentes apontam para a necessidade do seu aumento.

**Gráfico n.º** - Percentagem de respostas dos docentes ao inquérito de opinião



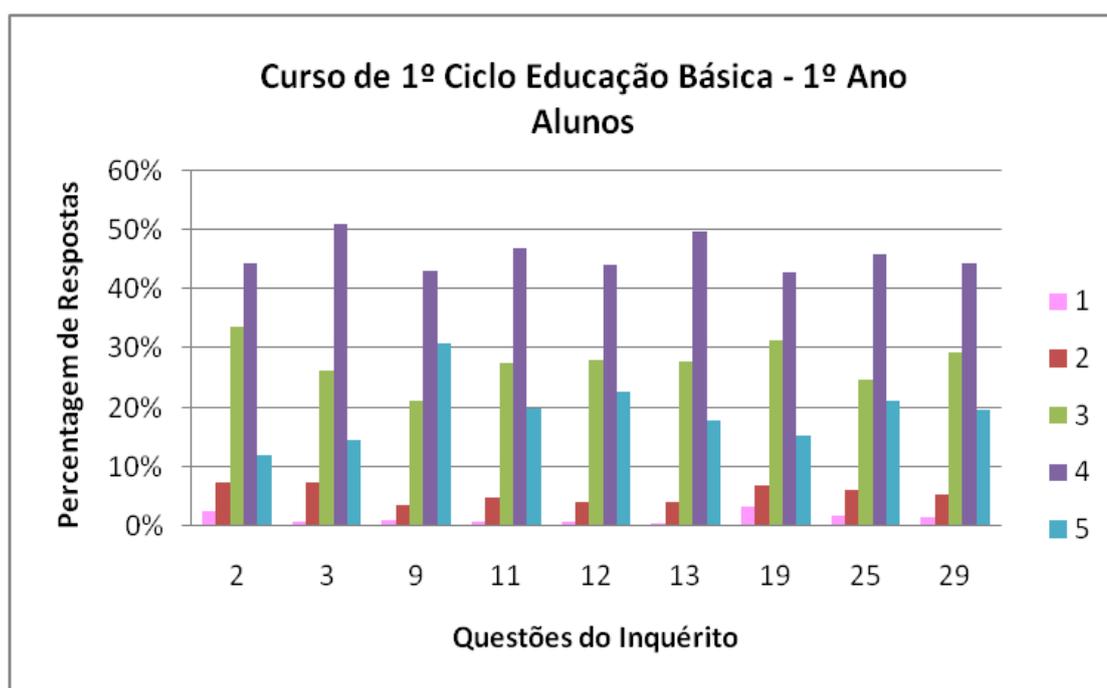
NOTA: Questões: 2. Articula a unidade curricular com as restantes do curso; 3. Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado; 9. Articula conhecimentos transversais; 11. Explicita as competências a desenvolver na unidade; 12. Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos; 13. Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação; 18. Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos; 28. Dinamiza aulas interactivas; 32. Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio.

### Curso de Educação Básica

Realizou-se um inquérito por questionário a alunos e docentes, do Curso de Educação Básica (1º Ciclo), abrangendo os múltiplos aspectos do funcionamento do Curso, por referência às unidades curriculares.

Cinquenta e seis alunos, num total de 90 alunos, representando 62,2%, responderam ao questionário, assinalando a sua opinião, exprimindo o seu grau de concordância relativamente a cada unidade curricular leccionada, no respeitante aos itens considerados, de acordo com a escala: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Por vezes; 4 - Quase sempre; e 5 - Sempre. Apresentam-se, a seguir, conclusões resultantes do tratamento e análise dos dados recolhidos.

**Gráfico n.º** - Resultados obtidos nos questionários aplicados aos alunos.



Em relação à articulação de cada unidade curricular com as restantes do plano de estudos, sobressai que 44% dos alunos referiram que acontece quase sempre e 12% consideraram mesmo que acontece sempre.

Relativamente ao tempo de trabalho autónomo do aluno, 51% dos alunos consideram-no quase sempre adequado e 14% sempre adequado.

São bastante expressivos os resultados quanto à capacidade dos docentes para articularem conhecimentos transversais visto que 43% dos alunos consideram-na quase sempre adequada e 31% sempre adequada. Esta capacidade dos docentes é, assim, bastante valorizada pelos alunos (74%).

São também resultados muito positivos os relativos à explicitação das competências a desenvolver em cada unidade, com 47% dos alunos assinalando quase sempre explicitadas e 20% sempre.

O recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos foi referido como quase sempre por 44% e sempre por 23%.

Com 50% dos alunos a considerarem quase sempre adequada e 18% sempre adequada, a articulação entre a metodologia e a avaliação apresenta-se também bastante valorizada pelos alunos.

A variedade das estratégias adoptadas pelos docentes para combater o insucesso dos alunos foi considerada quase sempre adequada por 43% e sempre adequada por 15%.

Com 46% dos alunos a considerarem quase sempre adequada e 21% sempre adequada a capacidade do docente para gerir uma aula interactiva, podemos considerar que esta característica é bastante valorizada pelos alunos.

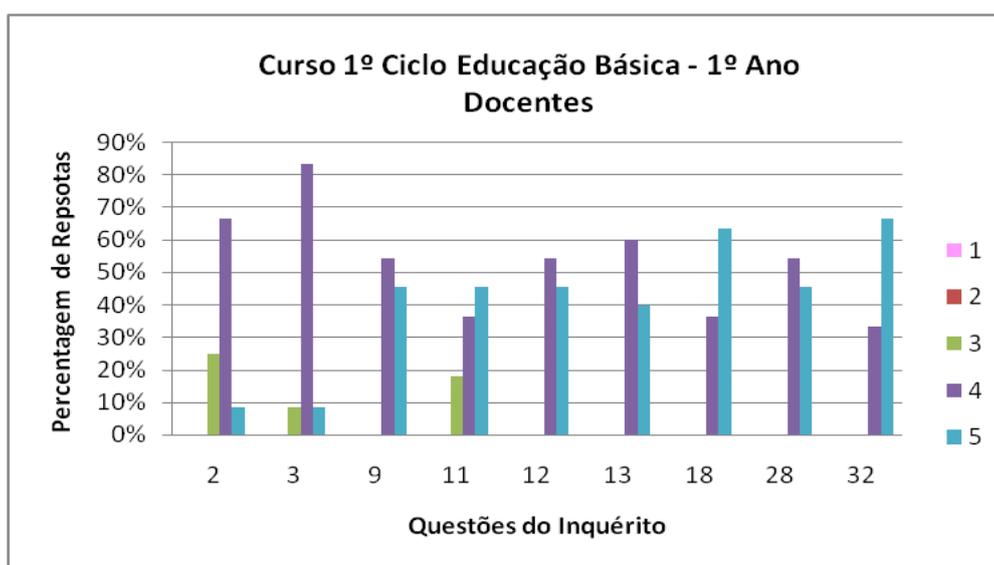
São também significativos os resultados, relativamente a recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados, com 44% respondendo quase sempre adequados e 20% sempre adequados.

Os aspectos referidos acima foram considerados, em média, por vezes adequados por 28% dos alunos e, em média, raramente por 6%. Como nunca adequados, apenas foram considerados por, em média, apenas 1% dos alunos.

Sobressai, dos elementos referidos acima, que os aspectos considerados, em relação ao Curso de Educação Básica, são bastante valorizados pelos alunos que o frequentam.

Responderam também a um questionário 12 docentes do curso, representando 70,6% dos docentes que leccionaram no Curso, assinalando a sua opinião com um número de 1 a 5 que exprimisse o seu grau de concordância, relativamente à unidade que leccionou, no respeitante aos aspectos considerados, de acordo com a escala: 1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Por vezes; 4 - Quase sempre; e 5 - Sempre. Apresentam-se, a seguir, algumas conclusões resultantes do tratamento e análise dos dados recolhidos.

**Gráfico n.º** - Resultados obtidos nos questionários aplicados aos docentes.



Em relação à articulação de cada unidade curricular com as restantes do plano de estudos, sobressai que 67% dos docentes referiram que acontece quase sempre e 8% consideraram mesmo que acontece sempre.

Relativamente ao tempo de trabalho autónomo do aluno, é bastante significativo que 83% dos docentes consideram-no quase sempre adequado e 8% sempre adequado.

55% dos docentes consideram que articulam conhecimentos transversais quase sempre e 45% sempre.

Quanto à explicitação das competências a desenvolver em cada unidade pelos docentes, 36% dos docentes assinalando que o fazem quase sempre e 45% sempre.

A utilização de métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos foi referida como quase sempre por 55% e sempre por 45%.

60% dos docentes fazem quase sempre, e 40% sempre, a articulação entre a metodologia e a avaliação.

Em relação à utilização de estratégias para combater o insucesso dos alunos, 36% afirmaram que o fazem quase sempre e 64% sempre.

55% dos docentes refere que dinamiza aulas interactivas quase sempre e 45% sempre.

Relativamente à disponibilização de recursos, bibliografia e documentos de apoio 33% dos docentes respondem que o fazem quase sempre e 67% sempre.

Os docentes responderam “por vezes” em relação aos itens: 2. (25%); 3. (8%); e 11. (18%). Nenhum dos professores respondeu “raramente” ou “nunca”.

Sobressai, dos elementos referidos acima, que os docentes afirmam que, relativamente aos itens abordados, em relação ao Curso de Educação Básica, pautam a sua acção por práticas aí consideradas, em média 53%, como quase sempre e 41%, em média sempre.

## **Curso de Educação Visual e Tecnológica**

### **Resultados dos questionários aplicados aos alunos**

**Questão 2 – Articulação da unidade curricular com as restantes** – a análise das respostas permite concluir que, quanto aos dois primeiros anos, a maioria dos respondentes considera que a articulação é adequada. Já quanto aos discentes do 3º ano, a maioria classificou-a de nem muito nem pouco adequada.

**Questão 3** – Tempo de trabalho total previsto para a unidade curricular – a maioria dos alunos do 1º e 3º anos considerou que o tempo previsto é adequado. Ressalva-se a opinião dos alunos do 2º ano, que optaram pelo nem muito nem pouco adequado.

**Questão 9** – Capacidade do docente de articular conhecimentos transversais – a análise das respostas permite concluir que a maioria dos alunos do 1º ano optaram pelo muito adequado, enquanto a maioria dos alunos do 2º e 3º anos consideraram a capacidade dos docentes como adequada.

**Questão 11** – Explicitação das competências a desenvolver na unidade - A maioria dos alunos do curso é da opinião que os docentes abordam as competências a desenvolver de forma explícita.

**Questão 12** – Recurso a métodos pedagógicos centrados na participação activa dos alunos - a maioria dos alunos do 1º e 3º ano consideram que os docentes recorrem a métodos que privilegiam a participação activa dos alunos. Ressalva-se a resposta a esta questão dos alunos do 2º ano, cujas opiniões se dividem de, forma muito próxima, entre o adequado (32%) e o nem muito nem pouco adequado (31%).

**Questão 13** – Articulação entre a metodologia e a avaliação - a maioria dos alunos do 1º e 3º ano consideram existir articulação. Quanto ao 2º ano, a opiniões dividem-se, de forma muito próxima, entre o adequado (34%) e o nem muito nem pouco adequado (32%).

**Questão 19** – Variedade das estratégias adoptadas pelo docente para combater o insucesso - a análise das respostas permite concluir que a maioria dos respondentes considera que as estratégias utilizadas pelos docentes são adequadas.

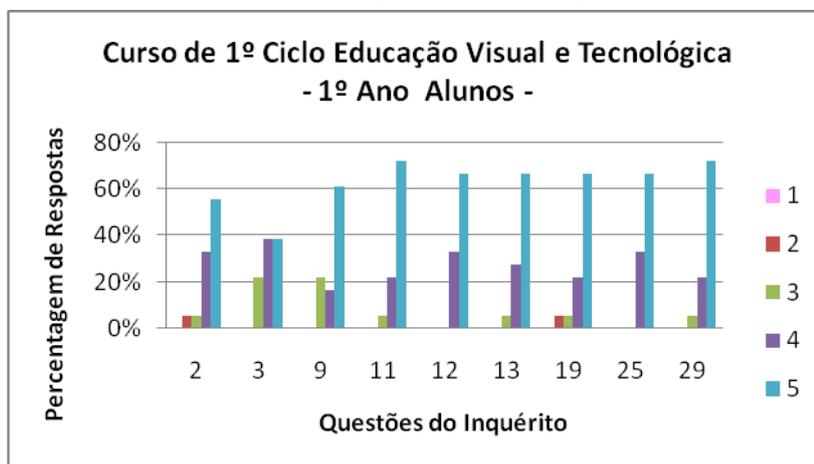
**Questão 25** – Capacidade do docente para gerir uma aula interactiva - a análise das respostas permite concluir que a maioria dos respondentes considera que a capacidade dos docentes é adequada.

**Questão 29** – Recursos, bibliografia e documentos de apoio disponibilizados - a maioria dos alunos do 1º e 3º ano consideram que os documentos de apoio fornecidos pelos docentes são adequados. Quanto ao 2º ano, 32% dos inquiridos opta pela classificação de nem muito nem pouco adequado.

### Quadro n.º - Frequências das respostas

Frequências Absolutas								Frequências Relativas (%)					
Itens	1	2	3	4	5	Tota l	Média	Itens	1	2	3	4	5
2	0	1	7	21	37	66	4,42	2	0%	2%	11%	32%	56%
3	0	0	7	26	33	66	4,39	3	0%	0%	11%	39%	50%
9	3	2	13	10	38	66	4,18	9	5%	3%	20%	15%	58%
11	0	0	7	18	40	65	4,51	11	0%	0%	11%	28%	62%
12	0	1	6	24	33	64	4,39	12	0%	2%	9%	38%	52%
13	0	1	5	25	34	65	4,42	13	0%	2%	8%	38%	52%
19	5	4	9	16	32	66	4,00	19	8%	6%	14%	24%	48%
25	1	3	9	24	29	66	4,17	25	2%	5%	14%	36%	44%
29	1	1	11	15	38	66	4,33	29	2%	2%	17%	23%	58%
<b>Média</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>35</b>		<b>4,31</b>		<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>13%</b>	<b>30%</b>	<b>53%</b>

### Gráfico n.º - Resultados dos questionários aplicados aos alunos



## **Resultados dos questionários aplicados aos docentes**

**Questão 2-** Articula a unidade curricular com as restantes do curso – a análise das respostas permite-nos concluir que a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao 2º e 3º ano do curso as articulam com as restantes de forma contínua. Quanto aos docentes que leccionaram unidades curriculares ao 1º ano, a maioria fá-lo quase sempre.

**Questão 3-** Considera o tempo de trabalho autónomo do aluno adequado – a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram que o tempo destinado ao trabalho autónomo do aluno foi sempre adequado.

**Questão 9-** Articula conhecimentos transversais - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram ter sempre articulado conhecimentos transversais.

**Questão 11-** Explicita as competências a desenvolver na unidade - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram ter explicitado sempre as competências.

**Questão 12-** Utiliza métodos pedagógicos centrados na dinamização e participação activa dos alunos - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram utilizar sempre métodos activos.

**Questão 13-** Faz a articulação entre a metodologia e a avaliação - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram ter feito, sempre, a articulação referida.

**Questão 18-** Utiliza estratégias para combater o insucesso dos alunos - maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao 1º ano consideram ter utilizado quase sempre estratégias que favoreceram o sucesso educativo dos alunos. Já os docentes que leccionaram unidades curriculares ao 2º ano e 3ºano consideram ter utilizado sempre estratégias com esse objectivo.

**Questão 28-** Dinamiza aulas interactivas - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram ter sempre conduzido aulas interactivas.

**Questão 32-** Disponibiliza recursos, bibliografia e documentos de apoio - a maioria dos docentes que leccionaram as unidades curriculares ao curso consideram ter tido sempre a preocupação de disponibilizar recursos essenciais de apoio à disciplina.

## **CONCLUSÕES:**

A partir do descrito no presente Relatório, por um lado, e, por outro, com base no conhecimento proporcionado pelo acompanhamento da implementação, na ESEV, do Processo de Bolonha, foi possível identificar alguns dos principais pontos fortes e algumas das maiores dificuldades e fragilidades no desenvolvimento deste percurso.

De entre os aspectos mais positivos, na nossa perspectiva, salientamos os seguintes:

### **Pontos Fortes**

#### **Cooperação Internacional // ECTS**

- Interesse, motivação, empenhamento e preocupações evidentes na aplicação:
  - o Do Processo de Bolonha e o seu acompanhamento;
  - o Das recomendações do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida;
  - o Da legislação e regulamentos em vigor;
- A todos os níveis e em todas as actividades de todos os órgãos, serviços, centros;
- Participação activa da Associação de Estudantes;
- Aplicação de procedimentos e de regulamentos do IPV;
- Implementação de vários procedimentos, havendo a preocupação de alterar e actualizar os regulamentos internos da ESEV, adequando-os e ajustando-os à nova realidade;
- Discussões em grupos de trabalho e em Comissões de Cursos;
- Divulgação intensiva.

#### **Curso Educação Social**

- Dinamização pedagógica assente na capacidade do docente em articular conhecimentos transversais e em ser capaz de gerir uma aula interactiva, fundamentais no âmbito das exigências de Bolonha;
- Promoção do contacto próximo com os contextos, incentivando e fortalecendo as interacções com a comunidade nas diferentes unidades curriculares, sobretudo ao nível dos seminários e estágios, numa perspectiva de valorização do(s) contributo(s);
- Manutenção dos protocolos existentes e ênfase no reforço de um trabalho mais aprofundado com as entidades, podendo alargá-lo à investigação em parcerias;
- Continuação do investimento nos instrumentos de auto-regulação do curso de licenciatura, no sentido da sua melhor adequação às exigências da formação;

- Continuação da rentabilização das unidades curriculares de opção no sentido de alargar e/ou aprofundar o espectro da formação, de acordo com as necessidades avaliadas nos alunos.

### **Curso de Animação Cultural**

- Componente teórica e prática do curso, visando uma articulação coerente da formação proporcionada e o desenvolvimento de competências práticas;
- Acompanhamento individualizado dos alunos, através do apoio estabelecido no horário de atendimento e também noutros contextos mais informais, designadamente, ao nível das áreas mais específicas do curso;
- Trabalho docente em equipa, por e entre áreas científicas, visando a promoção da articulação dos conteúdos programáticos das unidades curriculares do curso;
- Implementação de processos de avaliação da qualidade interna referentes à monitorização da qualidade formativa do curso, através da análise de respostas de estudantes e docentes, a inquéritos.

### **Curso Desporto e Actividade Física**

- Ambiente escolar;
- Organização do Curso;
- Actualização académica e científica dos docentes.

### **Curso Educação Ambiental**

- Modularização das unidades curriculares, que minimiza a fragmentação disciplinar, facilitando a articulação dos objectivos de formação e das competências de forma progressiva e estruturada, conferindo coerência interna, subjacente à interdisciplinaridade e flexibilização dos objectivos de formação dos sistemas modulares, dos recursos humanos e de espaço e das modalidades de ensino, aprendizagem e avaliação;
- Individualização dos percursos formativos dos estudantes, perspectivada nos resultados da sua aprendizagem;
- Adaptação dos estudantes a novas, diversificadas, activas e colaborativas metodologias de ensino (que incluem uma forte componente de trabalho prático investigativo, de campo e laboratorial), a um cronograma de actividades a

desenvolver em cada unidade curricular ao longo de cada semestre lectivo e a um ritmo de aprendizagem dinâmico;

- Promoção da análise reflexiva dos estudantes sobre os resultados da sua aprendizagem;
- Desenvolvimento de competências promotoras da autonomia intelectual do estudante (trabalho de equipa, pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisão em questões ambientais consideradas relevantes);
- Trabalho docente em equipa, por e entre áreas científicas, na concepção global e na implementação dos programas das unidades curriculares;
- Implementação de processos de avaliação da qualidade interna referentes ao controlo da qualidade académica do curso e aos serviços internos, através da análise de respostas de estudantes e docentes, a inquéritos.

#### **Curso Educação Básica**

- A capacidade dos docentes articularem conhecimentos transversais, reconhecida por 43% dos alunos como quase sempre, e por 31% como sempre;
- A utilização de métodos pedagógicos centrados na dinamização activa dos alunos, que foi referida como quase sempre por 44% dos alunos e sempre por 23%;
- O empenhamento dos professores de áreas científicas como a Matemática em proporcionarem um apoio acrescido aos alunos.

#### **Curso de Publicidade e Relações Públicas**

- Empenho e compromisso dos docentes na leccionação, de acordo com os novos modelos de trabalho;
- Generalização do uso das TIC para contacto com os alunos e disponibilização de conteúdos;
- Interdisciplinaridade (articulação de projectos conjuntos em 2 ou mais disciplinas).

Do nosso ponto de vista, de entre as fragilidades e aspectos menos conseguidos no desenvolvimento deste caminho, sobre os quais importa agir, continuando o esforço para os ultrapassar, constam os seguintes:

## **Pontos Fracos**

### **Cooperação Internacional // ECTS**

Falhas na ligação plena entre comissões de curso, no âmbito do Conselho Pedagógico, e a figura do Coordenador de Curso. De facto, os actuais Estatutos da ESEV não prevêm a existência desta figura, pelo que, por se sentir a sua necessidade, o Coordenador de Curso tem sido designado por nomeação do Conselho Directivo; Por outro lado, a composição e o processo de eleição dos membros do Conselho Pedagógico, estatutariamente consignado, leva a que o Coordenador de Curso nem sempre faça parte daquele órgão, o que origina grandes constrangimentos, sobretudo ao nível da falta de articulação entre os actores intervenientes nos processos;

Constata-se também a necessidade:

- De agilizar os procedimentos de creditação;
- De rever os planos de formação, com o objectivo de aferir a caracterização das horas de contacto e a respectiva atribuição de ECTS, bem como de incentivar a inter, a multi e a pluridisciplinaridade;
- De implicar mais os alunos e antigos alunos nos vários processos, proporcionando-lhes acções de formação;
- De criar a figura de “Tutor” (orientação tutorial);
- De implementar o Suplemento ao Diploma;
- De aplicar a Escala Europeia de Comparação de Classificações;
- De acompanhar, de modo mais sistemático, a implementação do Processo de Bolonha num modelo auto-reflexivo;
- De aumentar a colaboração entre os vários órgãos, serviços e centros da ESEV, bem como com o IPV;
- De seguir o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente no que diz respeito à atracção de novos públicos, implicados em todas as aprendizagens (formais, não formais e informais).

### **Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Viseu (AEESEV)**

- Robustecer a relação entre o IPV e outras instituições do Ensino Superior, promovendo assim maior informação relativa à implementação do Processo de Bolonha e permitindo maior comparabilidade de procedimentos;

- Incentivar a realização de colóquios, debates, fóruns e a participação de toda a comunidade escolar e, ao mesmo tempo, aumentar a dinâmica necessária ao Processo de Bolonha;
- Aumentar a oferta de formação para ex-alunos, fomentando a aprendizagem ao longo da vida (continuar a formar ex-alunos);
- Incrementar a participação dos estudantes nos processos desta natureza;
- Fomentar a criação de Projectos interdisciplinares, com forte envolvência com a comunidade, obviamente coordenados por docentes, mas envolvendo os alunos, com o objectivo de promover a empregabilidade e de desenvolver competências transversais;
- Elaborar e redigir relatório sobre a empregabilidade dos licenciados pela unidade orgânica;
- Criar grupos de trabalho constituídos por professores e alunos de forma a minimizar as consequências menos positivas que qualquer período de transição pode suscitar;
- Aumentar a oferta da formação extra-curricular, valorizando a aprendizagem não-formal e informal;
- Envolver os alunos nos processos e metodologias de avaliação de cada unidade curricular;
- Envolver os alunos na definição dos ECTS, fazendo-os participar de observatórios, sistemas de monitorização ou grupos de trabalho. Para tal é necessário fomentar a comunicação docente-docente e docente-discente em cada curso;
- Implementar novas metodologias de ensino (aulas abertas onde participam profissionais da área dos diferentes cursos);
- Implementar o regime tutorial;
- Melhorar a informação transmitida aos alunos e professores em relação ao ECTS;
- Incentivar a participação das Associações de Estudantes nas discussões junto dos órgãos responsáveis pelo efeito;
- Operacionalizar o Suplemento ao Diploma, devido à sua pertinência na certificação do aluno;
- Promover a relação entre as diferentes unidades orgânicas, criando e desenvolvendo projectos comuns para a comunidade;
- Aumentar as parcerias institucionais envolvendo trabalhos e projectos de alunos;
- Aumentar o número de acções de sensibilização sobre a importância da mobilidade internacional, dirigidas aos alunos do IPV;

- Melhorar o envolvimento das Associações de Estudantes na promoção da mobilidade internacional;
- Maior envolvimento dos próprios alunos na implementação e acompanhamento do Processo de Bolonha, através de um trabalho mais sério nos Conselhos Pedagógicos;
- Melhorar os centros de conhecimento, como as bibliotecas (bibliografia disponível) e centros de informática para que os alunos tenham as condições apropriadas para realizar o seu trabalho autónomo, que, sem dúvida, deve ser exigente;
- Proporcionar cursos de línguas, sem dúvida uma ferramenta fundamental para a mobilidade internacional e para uma melhor preparação do mercado europeu;
- Aumentar os apoios para a execução de projectos no âmbito cultural, desportivo e recreativo, uma vez que são imprescindíveis para um desenvolvimento pessoal e social harmonioso do aluno;
- Melhorar as condições de acessibilidade nas unidades orgânicas para pessoas portadoras de deficiências e apoio psicológico e social imediato e próximo do aluno nessas situações;
- Procurar profissionais especializados no âmbito do trabalho social para dar respostas adequadas a estas problemáticas sociais de muitos alunos em desvantagem.

### **Curso Educação Social**

- Reforçar as reuniões com docentes e alunos para efeitos de interligação dos diferentes programas e assuntos respeitantes à dinâmica do curso;
- Rever a relação entre os objectivos, competências e a estrutura curricular, promovendo a auscultação dos alunos (e parceiros da comunidade) no respeitante à relação volume de trabalho e ECTS;
- Agilizar procedimentos, numa óptica institucional, de apoio à inserção na vida activa;
- Potenciar parcerias de investigação no âmbito do estágio, de cariz nacional e internacional;
- Criar um maior número de oportunidades de incentivo à aquisição de competências extra-curriculares pelos alunos, por via, nomeadamente, da dinamização de congressos e/ou promoção de cursos breves;
- Fomentar a mobilidade de alunos, de recém-licenciados e de docentes do curso;
- Proporcionar informação aos docentes da licenciatura, com base nos resultados dos inquéritos de monitorização, com vista à aferição mais fundamentada de procedimentos e que permitam a consolidação de uma cultura do curso;

- Divulgar os resultados da avaliação interna do curso.

### **Curso de Animação Cultural**

Fomentar:

- A mobilidade europeia dos estudantes e professores afectos ao curso;
- A formação complementar dos estudantes em áreas singulares (e.g., dança, música...) e afins (pessoas com necessidades especiais e grupos desfavorecidos, pessoas idosas, gestão de negócios, etc.);
- A promoção da empregabilidade e do espírito empreendedor;
- Linhas de investigação associadas ao curso;
- Acesso a estágios em instituições e serviços culturais.

### **Curso Desporto e Actividade Física**

- Instalações específicas para o curso;
- Recursos pedagógicos para o curso;

No sentido de ultrapassar os constrangimentos acabados de referir, desde já se sugere que sejam tomadas as seguintes medidas:

- Estabelecer estratégias pedagógicas de promoção do sucesso escolar;
- Compatibilizar horários com instalações e transportes;
- **Modernizar o equipamento do LAPE e dinamizar o seu funcionamento;**
- Aumentar os recursos pedagógicos.

### **Curso Educação Ambiental**

- Inexistência de linhas de investigação associadas ao curso;
- Inexistência de processos de avaliação da qualidade interna referentes às actividades de investigação associadas ao curso;
- Desenvolver processos que permitam a avaliação da qualidade interna do curso na sua globalidade;
- Fomentar a mobilidade nacional e europeia dos estudantes (alunos) e professores afectos ao curso;
- Contributo para a promoção da empregabilidade e do espírito empreendedor;

- Contributo para a participação na aprendizagem ao longo da vida, promovendo a cidadania activa, o diálogo intercultural e realização pessoal de indivíduos de todas as idades, incluindo as pessoas com necessidades especiais e grupos desfavorecidos;
- Inexistência de mecanismos de avaliação externa que visem a garantia da qualidade (acreditação académica e profissional) do curso.

### **Curso Educação Básica**

- Falta de mobilidade internacional por parte dos alunos.

Contudo, como nota final positiva, não podemos deixar de considerar que algumas das fraquezas e dificuldades detectadas, (sendo que a solução, para algumas delas, não depende apenas da ESEV), são facilmente ultrapassáveis num futuro próximo. Porque é preciso não esquecer que o caminho faz-se caminhando.